

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Câmpus de Rio Claro

**QUALIDADE DE VIDA E PROCESSOS SÓCIO-AMBIENTAIS EM
INDAIATUBA- SP. ESTUDO DE CASO DO BAIRRO JARDIM
MORADA DO SOL**

Adriana Corrêa Alves

Orientador: Prof^a. Dr^a. Solange T. Lima Guimarães

Dissertação de mestrado elaborada junto
ao Curso de Pós-graduação em
Geografia – Área de Concentração em
Organização do Espaço, para obtenção
do Título de Mestre em Geografia.

Rio Claro (SP)
2003

Alves, Adriana Corrêa

Qualidade de vida e processos sócio-ambientais em Indaiatuba - SP. Estudo de caso do bairro Jardim Morada do Sol. /Adriana Corrêa Alves. Rio Claro, 2003.

130p.:il.

Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Programa de Pós-graduação em Geografia. Área de Concentração em Organização do Espaço.

Quality of life and socio-environmental processes in Indaiatuba - SP. case study of the neighborhood Jardim Morada do Sol.

1. qualidade de vida 2. Indaiatuba 3. dinâmica populacional 4. planejamento urbano

Comissão Examinadora

Adriana Corrêa Alves

Rio Claro, _____ de _____ de _____

Resultado: _____

DEDICATÓRIA

Quando ingressei no mestrado, não imaginava que em tão pouco tempo teria que enfrentar tantos desafios. Sem o apoio dos meus familiares e amigos, que felizmente foram muitos, esta caminhada poderia ter sido ainda mais difícil. A todos que estiveram ao meu lado nestes momentos e em especial aos meus pais, Alcides e Dilza, e aos amigos, Patrícia e Marcelo, dedico esta dissertação. Também às pessoas que entrevistei e que aceitaram compartilhar comigo um pouquinho de si, dedico-lhes, além deste trabalho, meu profundo respeito e admiração.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de retribuir com um agradecimento especial a minha orientadora Prof^a. Dr^a Solange T. Lima Guimarães, pela seriedade com que conduziu o presente trabalho e pelo apoio nos momentos difíceis.

À FAPESP, pelo suporte financeiro que possibilitou a realização desta pesquisa.

A todos os funcionários da biblioteca e em especial à Meire.

Aos funcionários do IGCE.

À Prefeitura Municipal de Indaiatuba e, em particular, ao Pro-Mémória.

À minha irmã Damaris pela ajuda durante o período das entrevistas.

A todos os meus familiares pela torcida durante esta caminhada.

Um agradecimento especial aos amigos Gilberto, Zé Flávio, Lussandra e William pelo incentivo e apoio.

A todas as amigas da República Barbarela's e, em especial, à Patrícia, que compartilhou comigo horas difíceis e muitos momentos de alegria sabendo sempre transmitir confiança e amizade.

Aos amigos das Repúblicas Batovi, Homens de Pedra e Paratodos pelo companheirismo e alegrias.

Àqueles que contribuíram direta e indiretamente para o desenvolvimento deste trabalho.

SUMÁRIO

Índice.....	ii
Índice de Tabelas	iv
Índice de Figuras	vi
Índice de Fotos.....	vii
Resumo.....	viii
Abstract.....	ix
I. Introdução	1
II. Referencial Teórico.....	5
III. O Cenário em Estudo	28
IV. Conhecendo os atores sociais	60
V. Considerações Finais.....	107
Bibliografia	116
Anexos	127

ÍNDICE

I. Introdução	1
II. Referencial Teórico.....	5
1. Qualidade de vida: algumas considerações	6
2. Indicadores de qualidade de vida	15
3. Indicadores subjetivos	18
4. A utilização conjunta de indicadores objetivos e subjetivos	19
5. O bairro e as identidades coletivas	20
6. A dimensão espacial e a qualidade de vida	24
III. O Cenário em estudo.....	28
1. Localização	29
2. Breve Histórico.....	29
3. Aspectos da evolução industrial de Indaiatuba	33
4. Indaiatuba no contexto da região de Governo de Campinas	35
5. Dinâmica populacional do município de Indaiatuba.....	37
5.1. Componentes do Crescimento Populacional	41
5.2. Crescimento Migratório.....	41
5.3. Crescimento Vegetativo.....	46
6. Evolução da população rural e urbana.....	51
7. Estrutura por Sexo e Idade.....	54
7.1. Estrutura Etária	54
7.2. Razão de Dependência	57
7.3. Razão de idade e sexo	58
IV. Conhecendo os atores sociais	60
1. Pesquisa de Campo: a construção metodológica.....	61
1.1. Determinação da área amostral para a pesquisa de campo.....	63
1.2. Metodologia para definição da amostra pesquisada	67

1.3. Distribuição da Amostra.....	69
2. Apresentação dos resultados	70
2.1. Estrutura da população por sexo e idade	70
2.2. Estado Civil	72
2.3. Mobilidade Populacional.....	73
2.4. Local de última residência	75
2.5. Tempo de residência e relação de parentesco.....	76
2.6. Escolaridade	79
2.7. Participação da população no mercado de trabalho	81
2.8. Renda Familiar.....	83
2.9. Acesso a serviços de saúde.....	85
2.10. Condições de moradia.....	88
2.11. Condição de segurança.....	92
2.12. Transporte Público Municipal	94
2.13. Condição ambiental	96
2.14. Tipo de Poluição	97
2.15. Áreas de lazer.....	99
2.16. Atividades desenvolvidas nos tempos livres.....	102
2.17. Atuação do poder público.....	104
2.18. Satisfação da população com o local onde vive.....	105
V. Considerações Finais	107
Bibliografia	116
Anexos	127

ÍNDICE DE TABELAS

01. Porcentagem da população de 10 anos e mais, ocupada por setor de atividade, município de Indaiatuba 1970, 1980 e 1991.....	34
02. População residente, crescimentos absoluto e relativo e taxa de crescimento médio anual para o município de Indaiatuba, 1970 a 2000	39
03. Componentes do crescimento populacional de Indaiatuba. Período 1970 a 1996	43
04. População total e população não-natural do município de Indaiatuba. Período 1970 a 1991.....	43
05. Pessoas não-naturais do município de Indaiatuba, por lugar de nascimento, 1970-1991	45
06. Taxa de fecundidade geral para o estado de São Paulo e para o município de Indaiatuba. Período 1980 a 1997	47
07. Taxas de natalidade para o município de Indaiatuba, 1980 a 2000	48
08. Taxas de mortalidade geral e mortalidade infantil para o município de Indaiatuba. Período de 1980 a 2000	49
09. Esperança de vida ao nascer (em anos) da população do município de Indaiatuba. Período de 1970 a 1991	50
10. População total por situação domiciliar, taxa de urbanização para o município de Indaiatuba. Período 1970 a 2000.....	52
11. Densidade demográfica para o município de Indaiatuba. Período 1970 a 1996	53
12. Grandes grupos populacionais, por grupos de idade, para o município de Indaiatuba Período 1970 a 1991	57
13. Distribuição da população do município de Indaiatuba por sexo e idade, 1970 a 1991	59
14. Tipos de ocupação dos lotes do Jardim Morada do Sol, 2000.....	66

15. Distribuição da população entrevistada no bairro Jardim Morada do Sol, segundo o estado civil, 2000	72
16. Distribuição da população entrevistada segundo a naturalidade, 2000	74
17. Distribuição da população entrevistada segundo a Unidade da Federação de última residência	76
18. Tempo de residência da população entrevistada no município de Indaiatuba	77
19. Tempo de residência da população entrevistada no bairro de residência	78
20. Distribuição da população entrevistada segundo o nível de escolaridade.....	80
21. Participação da população entrevistada no mercado de trabalho.....	82
22. Distribuição da população segundo a renda familiar	84
23. Distribuição da população entrevistada segundo o nível de satisfação com relação ao atendimento médico no Sistema Único de Saúde (SUS)	87
24. Distribuição da população entrevistada segundo as formas de apropriação da moradia	89
25. Distribuição da população entrevistada segundo o nível de satisfação com relação ao sistema de segurança pública.....	93
26. Distribuição da população entrevistada segundo o nível de satisfação com relação ao sistema de transporte público.....	95
27. Distribuição da população entrevistada segundo o tipo de poluição ambiental.....	97
28. Distribuição da população entrevistada, segundo tipo de atividade realizada nos dias livres	103

ÍNDICE DE FIGURAS

01. Quadro esquemático da qualidade de vida urbana segundo MARANS	14
02. Mapa de localização do município de Indaiatuba no estado de São Paulo	30
03. Mapa da Região Metropolitana de Campinas, 2001	37
04. Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População. Estado de São Paulo e Indaiatuba. Período 1970/2000.....	40
05. Evolução relativa dos totais da população urbana e rural para o município de Indaiatuba, 1970 a 2000	46
06. Componentes do crescimento para o município de Indaiatuba (1970 a 1996)...	53
07. Pirâmide etária do município de Indaiatuba, 1970.....	55
08. Pirâmide etária do município de Indaiatuba, 1980.....	55
09. Pirâmide etária do município de Indaiatuba, 1991.....	56
10. Evolução histórica da ocupação urbana da cidade de Indaiatuba e localização do Jardim Morada do Sol	64
11. Pirâmide etária da população entrevistada no Jardim Morada do Sol, 2000	71
12. Situação da população segundo a relação de parentesco no bairro.....	79
13. Distribuição da população entrevistada segundo o serviço de saúde utilizado, Jardim Morada do Sol, 2000	86
14. Avaliação dos moradores com respeito as condições de moradia	91
15. Distribuição da população segundo utilização do transporte público municipal	94
16. Distribuição da população segundo percepção de poluição ambiental no bairro.....	96
17. Avaliação da qualidade das áreas de lazer	100
18. Distribuição da população segundo o nível de satisfação com a atuação do poder público no bairro.....	104
19. Distribuição da população segundo o nível de satisfação com o bairro.....	106

ÍNDICE DE FOTOS

20. Vista aérea da cidade de Indaiatuba, São Paulo, Brasil, 2002.....	32
21. Vista aérea da cidade de Indaiatuba, São Paulo, Brasil, 2002.....	32
22. Vista do Jardim Morada do Sol, Indaiatuba, São Paulo, Brasil, 2000.	65
23. Vista do Jardim Morada do Sol, Indaiatuba, São Paulo, Brasil, 2000	65

RESUMO

O presente trabalho analisa questões relacionadas ao crescimento demográfico e planejamento do ambiente urbano em Indaiatuba, São Paulo, e a influência destes aspectos na qualidade de vida dos moradores do bairro Jardim Morada do Sol. Este bairro apresenta características relevantes no contexto da cidade, destacando-se, entre elas, o processo de rápida ocupação territorial, alta concentração populacional e a predominância de população migrante. Mediante a análise das informações coletadas na pesquisa de campo, pôde-se conhecer as percepções dos moradores com relação ao acesso e à qualidade dos serviços de infra-estrutura além da identificação de problemas decorrentes de impactos ambientais. Os resultados obtidos mostram que, apesar dos moradores identificarem vários problemas no bairro, eles declararam estarem satisfeitos com o entorno onde vivem. Observou-se a presença de uma forte identidade dos moradores com o bairro e uma rede social bem estabelecida. Verificou-se a necessidade de um plano de desenvolvimento urbano, com proposições de soluções referentes às carências e problemas específicos do bairro, tais como o controle efetivo da expansão urbana e o melhoramento das redes de serviços públicos, objetivando um desenvolvimento sustentável para o futuro.

ABSTRACT

The current work analyzes issues related to the demographic growth and urban planning in Indaiatuba, São Paulo, and the influence of these aspects in the life quality of the residents of the *Jardim Morada do Sol* neighborhood. This neighborhood has relevant characteristics in the city context, standing out, among them, the process of fast territorial occupation, high demographic concentration and the predominance of migrating population. Analyzing the information collected during the interviews, the perceptions of the residents regarding the access and quality of the infrastructure services could be understood, as well as the identification of problems happening due to environmental impacts. The obtained results show that, in spite of the residents having identified several problems in the neighborhood, they seemed satisfied with the place they live. The presence of a strong identity between the residents and the neighborhood was also observed, and a very established social network has been found. It was verified the necessity of a urban development plan containing proposals to solve the specific problems of the neighborhood, such as the effective control of the urban expansion and the improvement of the public services network, aiming at a sustainable development for the future.

I. Introdução

Nos últimos anos, as denominadas cidades médias têm atraído o interesse dos pesquisadores sociais, ambientais e planejadores urbanos, configurando-se como base para um sistema de cidades mais eficientes, que conduzem a uma qualidade de vida superior a oferecida pelas grandes metrópoles.

Uma das características do processo de urbanização na América Latina é a existência de um número reduzido de grandes centros urbanos, nos quais concentra-se uma importante proporção da população. Ao mesmo tempo em que os grandes centros urbanos ganham indiscutível relevância sócio-econômica cultural, tecnológica e política, afirmando-se como contextos territoriais mais propícios à criação de riqueza e de emprego, eles também são tomados por um conjunto de aspectos negativos, tais como a degradação ambiental, a exclusão social, a insegurança, o congestionamento do tráfego, entre outros. A pesquisa atual sobre a qualidade de vida urbana confronta-se com o desafio de procurar novas abordagens que levem em consideração as mudanças em curso.

É neste contexto que as cidades médias surgem como uma opção adequada para se viver, um abrigo para pessoas com diversos perfis que buscam um objetivo em comum: ter uma qualidade de vida que satisfaça as necessidades e expectativas da população. REDWOOD (1984), por exemplo, chega a afirmar que várias cidades médias brasileiras vêm apresentando indicadores de produtividade econômica e de qualidade de vida superiores aos das grandes metrópoles.

Embora os problemas urbanos, nas cidades médias, possuam uma magnitude menos significativa se comparados com os dos grandes centros, pode-se observar que as cidades de porte médio¹ também já apresentam processos de deterioração urbana, insuficiência de equipamentos de infra-estrutura, problemas ambientais, perda de sua estrutura histórica e, conseqüentemente, a diminuição

¹ Não existe um consenso entre os especialistas sobre a classificação do tamanho das cidades porém o critério mais utilizado refere-se ao tamanho populacional. As cidades que possuem entre 10.000 e 49.999 habitantes são consideradas pequenas; entre 50.000 e 499.999 habitantes são consideradas médias e as que possuem mais de 500.000 habitantes são consideradas grandes.

da qualidade de vida. Além disso, é nas cidades médias aonde vem ocorrendo, na atualidade, os mais ativos processos de migração e urbanização, com altas taxas de crescimento demográfico, que resultam em problemas urbanos cada vez mais complexos.

A qualidade de vida, na atualidade, é sinônimo de um bem-estar, um viver saudável, em contato com elementos da natureza, tranquilo, longe da violência das grandes cidades. Nos últimos anos a expressão *qualidade de vida* passa a ser utilizada como sendo uma solução para aqueles que buscam viver bem. A população, governos, empresas e entidades sociais apresentam o mesmo discurso, embora os interesses sejam diferenciados: para viver bem é preciso ter uma vida com qualidade.

Apesar de ser uma temática que vem ganhando cada vez mais importância nos últimos anos, alguns autores assinalam que o conceito de qualidade de vida não é novo porque retrata a antiga procura utópica do ser humano de viver melhor, tanto no sentido objetivo quanto no subjetivo. De acordo com as palavras de BARBOSA (1996:6), *“O indivíduo busca sempre melhorar suas condições objetivas e subjetivas de vida e é esta necessidade que o movimenta ao longo de sua existência”*.

No presente trabalho se discutirá a definição de qualidade de vida desde diferentes perspectivas que abrangem tanto os indicadores objetivos quanto os subjetivos. Os primeiros compreendem a análise de elementos de infraestrutura física e social, enquanto que os segundos correspondem à percepção subjetiva que os indivíduos têm sobre o entorno onde vivem, que é diferente de pessoa para pessoa. Acredita-se que cada um deles aborda diferentes aspectos da sociedade e, por isso é relevante considerar as virtudes de cada indicador e buscar resultados que retratem de forma coerente e realista o nível de qualidade de vida da população em estudo.

O município de Indaiatuba pertence à Região Metropolitana de Campinas, estado de São Paulo, e vem se destacando nas últimas décadas pelo seu crescimento econômico-populacional, apresentando-se como um importante foco de atração migratória do estado e, também, de fora dele. As especialidades do processo de urbanização e industrialização ocorridas provocaram mudanças muito visíveis na vida da cidade. De um lado, geraram grandes potencialidades e oportunidades em função da base produtiva que foi estabelecida, com o

desenvolvimento de atividades modernas, diversificação do comércio e serviços, geração de empregos, entre outros. De outro, acarretaram desequilíbrios de natureza ambiental e deficiências nos serviços de infra-estrutura física e social.

Em relação à distribuição espacial, pode-se observar que apesar de toda a mancha urbana de Indaiatuba ter apresentado crescimento nas últimas décadas, este crescimento não foi homogêneo. Isto porque, foi na zona sul da cidade que ocorreu uma maior concentração deste fenômeno, com o aparecimento de vários novos bairros populares que se destacam pela importante presença de migrantes. A pesquisa de campo foi realizada em um destes bairros, o Jardim Morada do Sol, no período de março e abril de 2000. Este bairro apresenta características relevantes no contexto da cidade, tais como: processo de rápida ocupação territorial, alta concentração populacional, predominantemente de migrantes, e a presença de problemas de infra-estrutura física e social.

A proposta deste trabalho é levantar algumas considerações relativas ao crescimento demográfico, planejamento do ambiente urbano e a influência destes aspectos na qualidade de vida dos moradores do bairro *Jardim Morada do Sol* no município de Indaiatuba.

Este trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro discute-se o conceito de qualidade de vida, o uso de indicadores objetivos e subjetivos, a importância do bairro como elemento de identidade coletiva e a dimensão espacial da qualidade de vida, sendo apresentadas contribuições importantes para o trabalho. Como iremos desenvolver mais à frente, o conceito de qualidade de vida engloba diversos aspectos, que vão desde questões objetivas, ligadas à satisfação das necessidades humanas básicas, até às questões subjetivas, relacionadas à percepção individual sobre a qualidade de vida. A identificação destes temas teve como principal objetivo analisar a visão de diferentes estudiosos sobre o assunto e ampliar o embasamento teórico-metodológico para o desenvolvimento do trabalho.

Uma descrição da área de pesquisa, forma o segundo capítulo deste trabalho. Neste capítulo apresenta-se um panorama da dinâmica demográfica de Indaiatuba, destacando-se os processos de crescimento demográfico, urbanização e a participação da população migrante na composição populacional do município.

No terceiro capítulo deste trabalho apresentam-se os resultados da análise de dados primários coletados a partir da pesquisa de campo realizada no bairro Jardim Morada do Sol. Para a realização desta etapa do trabalho aplicou-se um questionário com questões objetivas e subjetivas que teve como finalidade obter informações que possibilitassem caracterizar o perfil da qualidade de vida dos moradores.

No questionário da pesquisa de campo foram consideradas três dimensões distintas: o conjunto de dados envolvendo as características gerais dos entrevistados (idade, sexo, escolaridade, etc.); dados relativos às perguntas sobre a renda, educação, saúde e condição de residência no município e no bairro; e, um conjunto envolvendo questões subjetivas com a finalidade de obter informações sobre o nível de satisfação dos moradores do bairro com relação aos aspectos relacionados com as condições de habitação trabalho, renda, saúde, lazer; segurança pública, transporte público, meio ambiente, satisfação com a atuação do poder público, e satisfação com o bairro, entre outros.

O resultado da pesquisa de campo pretendeu interpretar a leitura que os cidadãos fazem sobre o padrão da qualidade de vida no bairro e as suas transformações. Além disso, estes resultados também contribuem para fundamentar políticas e medidas de intervenção destinadas a favorecer a melhoria sustentada da qualidade de vida da população. As respostas dadas pela comunidade poderão oferecer subsídios importantes, tanto para o planejamento urbano como para a tomada de decisões administrativas.

Finalmente, apresenta-se uma discussão sobre o crescimento das cidades médias e a sustentabilidade da qualidade de vida dos seus habitantes. Nesta etapa também são expostos os principais resultados obtidos na pesquisa de campo, buscando observar quais são os problemas que mais afetam a qualidade dos vida dos moradores. Para concluir, destacam-se questões relacionadas ao fortalecimento das relações entre o poder público e a população, através de políticas de gestão participativa.

É importante notar, que este trabalho não busca ser um caminho único para o entendimento das questões anteriormente levantadas, mas sim, refletir sobre o tema e tentar, através deste exercício, contribuir para a análise da qualidade de vida a partir das inter-relações entre ecossistemas e a realidade experienciada por suas populações.

II. Referencial Teórico

O indivíduo busca sempre melhorar suas condições objetivas e subjetivas de vida e é essa necessidade que o movimenta ao longo da sua existência.

Sônia Regina da Cal Seixas (1996:6)

1. Qualidade de vida: algumas considerações

A temática da qualidade de vida tem-se revelado uma discussão fundamental da atualidade, projetando-se como uma das principais questões a serem abordadas pela sociedade e pelo poder público. O conceito ideológico de qualidade de vida está intimamente relacionado com o desenvolvimento do bem-estar da sociedade, e conduz à idéia de uma vida ideal, tendo conexão com os discursos utópicos de todas as fases da história da humanidade. Observa-se recentemente um grande interesse tanto por parte dos planejadores urbanos quanto de acadêmicos em pesquisar sobre aspectos referentes à qualidade de vida das populações e o grau de satisfação das suas necessidades. Além disso, é cada vez mais freqüente o espaço ocupado por este tema nos discursos políticos e nos meios de comunicação.²

Estes fatos têm gerado uma repercussão positiva na sociedade, pois a população começou a refletir e questionar mais sobre o tema, que passou a ser objeto de debates, permitindo assim a discussão de aspectos cruciais da organização do espaço em suas instâncias: sócio-econômica, cultural, ambiental, jurídica, política, etc.

² Cláudio de Moura Castro. O país do presente. **Revista Veja**. Ponto de Vista, edição 1614, 08 de setembro de 1999, pp. 21. Disponível em: http://www2.uol.com.br/veja/080999/p_021.html

Diogo Schelp. *Onde as coisas dão certo*. **Revista Veja**. Brasil, Santa Catarina. Edição nº. 1753, 29 de maio de 2002. Disponível em: http://www2.uol.com.br/veja/290502/p_048.html

Eliana Simonetti. *Favelões urbanos*. **Revista Veja**. Edição nº. 1608 18 de julho de 1999. Disponível em: http://www2.uol.com.br/veja/280799/p_070.html

Marcelo Leite. *Onde você mora?* **Folha de São Paulo**. São Paulo, 11 de fevereiro de 1996. Disponível em: http://www1.uol.com.br/folha/ombudsman/omb_19960211_1.htm

Patrícia Zimmermann. *Qualidade de vida melhora, mas cresce concentração de renda no Brasil*. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 de julho de 2002. Disponível em: <http://www.uol.com.br/folha/brasil/ult96u34958.shl>

William K. Rashbaum. *In new focus on quality of life, city goes after petty criminals*. **New York Times/New York Region**, 22 de maio de 2002. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2002/05/22/nyregion/22CRIM.html>

Entre os compromissos internacionais voltados para a melhoria da qualidade de vida destaca-se a Agenda 21, principal documento da Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, também conhecida como Rio-92. A Agenda 21 estabelece a implementação do desenvolvimento sustentável que conjugue a melhoria da qualidade de vida em harmonia com o meio ambiente e a justiça social.

Existe um grande número de trabalhos que citam ou utilizam o conceito de qualidade de vida. Alguns superficialmente, outros com um maior detalhamento, com variadas abordagens associadas ao tema. Na realidade, pode-se observar dificuldades para se obter uma única definição. Isto ocorre porque “*qualidade de vida*” é um conceito complexo e, muitas vezes, ambíguo, que requer várias aproximações a partir de diferentes perspectivas teóricas. O emprego de um termo definitivo consiste em uma tarefa árdua devido à diversidade e complexidade das dimensões geográfica, cultural, econômica, jurídica, social, ambiental, política, psicológica e espacial em que cada sociedade está inserida.

O termo *qualidade de vida* está freqüentemente associado a outros, como condições de vida, nível de vida, bem-estar, estilo de vida, padrão de vida e desenvolvimento humano³, sendo às vezes utilizado como sinônimo destes. Estudiosos de diferentes áreas do conhecimento científico investigaram individualmente o conceito “*qualidade de vida*”, mas não tiveram sucesso em estabelecer um consenso.

Com base nos trabalhos desenvolvidos por diversos autores (KNOX 1975; CARLEY 1985; STOLKS 1990; BARBOSA 1996; SMITH 1998), pode-se caracterizar três momentos distintos em relação ao estabelecimento de critérios para definir e mensurar a qualidade de vida.

Em uma primeira fase, que abrange a década de setenta, observam-se estudos de caráter quantitativo, vinculados à economia e fundamentados nos indicadores objetivos como, por exemplo, porcentagem da população atendida por água tratada e taxa de mortalidade infantil. Para este tipo de análise, geralmente utilizam-se como fonte de dados estatísticas oficiais, associando-se a qualidade de vida ao crescimento econômico e ao nível de consumo, este último

³ A partir de 1990, as Nações Unidas, em seu Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), não utiliza mais o conceito de qualidade de vida, e sim de Desenvolvimento Humano.

definido como a quantidade de bens e serviços consumidos pela população em um período definido.

O uso da análise quantitativa levantou questões e críticas sobre a desigualdade na distribuição da riqueza e o grau de satisfação das necessidades da população, evidenciando a necessidade da adoção de novos indicadores para a análise da qualidade de vida. Assim, a fase do determinismo econômico é substituída por uma visão mais abrangente e passa a incluir outras variáveis que expressam a realidade de forma sistêmica.

A partir dos anos oitenta, observou-se o aumento da análise qualitativa nos estudos sobre qualidade de vida, com o uso de indicadores subjetivos sobre a percepção das pessoas em relação às suas necessidades. Os indicadores subjetivos são mais complexos porque a subjetividade adota uma concepção sobre qualidade de vida baseada na satisfação de preferências e na percepção e interpretação individual.

Nesta linha de pensamento, encontram-se as idéias de KNOX (1975), que afirma existirem aspectos da qualidade de vida que não podem ser medidos quantitativamente, tais como tranquilidade e a realização pessoal. Para este autor, o nível de vida de um conjunto de pessoas que residem em uma determinada área está constituído pela composição total de suas necessidades: moradia, saúde, educação, nível social, emprego, recreação, segurança e estabilidade social existentes. Ainda neste sentido, o filósofo canadense McCALL (1975:235), propõe que qualidade de vida *“consists in the obtaining of the necessary conditions for happiness in a given society or region”*.

Mais recentemente, sobretudo a partir da década de noventa, temos os trabalhos que combinam estes dois critérios, o objetivo e o subjetivo, e a incorporação da dimensão geográfica como um elemento fundamental, porque permite incluir na análise as particularidades de cada área. Assim, é indispensável conhecer em que medida a variável espacial interfere na possibilidade de satisfação das necessidades e aspirações da população e na qualidade de vida como um todo.

Em 1990, a Organização das Nações Unidas, através do Programa da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento, inaugurou uma série de publicações anuais, denominadas *Relatório de Desenvolvimento Humano*, e passou a substituir a utilização do termo *“qualidade de vida”* por *“desenvolvimento*

humano". Estas publicações inovaram o tradicional conceito de *desenvolvimento* (fundamentado em índices econômicos), através de uma nova definição para o termo, que passou a ser entendido como "o processo de ampliação das escolhas pessoais" (PNUD,1990:01). Este fato mudou a perspectiva para a definição e mensuração da qualidade de vida, pois privilegiou uma visão mais abrangente do tema.

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) o desenvolvimento está relacionado com os resultados econômicos e sociais, como a aumento dos rendimentos e das condições de saúde e educação, objetivando a promoção da liberdade, do bem-estar e da dignidade da população. O IDH é uma medida resumo simples de três dimensões do conceito de desenvolvimento humano: viver uma vida longa e saudável, ser instruído e ter um padrão de vida digno. Dessa maneira, combina indicadores de esperança de vida, escolaridade e renda. Apesar do IDH ser uma medida válida e importante, ele omite aspectos relevantes para a análise da qualidade de vida. Uma pessoa pode ter boas condições financeiras, ser saudável e bem educada, mas se estiver insatisfeita com o local onde vive, por exemplo, a sua qualidade de vida fica comprometida.

Da mesma década são os trabalhos de YUAN et al. (1993:03), que evidenciam que as condições de vida da população estão estreitamente relacionadas ao seguinte contexto: tempo, espaço e sociedade, sendo que o espaço exerce papel fundamental na determinação de qualidade de vida. Segundo a autora: "*How people define quality of life would vary accordingly to where they live and work*".

SMITH (1998), desenvolveu importantes trabalhos sobre aspectos qualitativos, tratando o tema a partir do estudo daquilo que denomina "*geografia do bem-estar*", onde considera que a qualidade de vida está relacionada diretamente com as *necessidades e desejos* do ser humano. Estas *necessidades* configuram-se como algo imperativo no homem e representam os elementos básicos para a sua sobrevivência do indivíduo. Logo, os *desejos* são definidos pela própria sociedade, onde o aspecto cultural é determinante e a satisfação dos desejos está relacionada com a capacidade de consumo de bens e serviços.

De acordo com o estudo de BROCK (1993), três principais abordagens para determinar qualidade de vida podem ser identificadas. A primeira é constituída por *características da vida*, que são ditadas pelos ideais normativos da

sociedade, baseados em um sistema tradicional e religioso. De acordo com este princípio, as pessoas acreditam que uma qualidade de vida satisfatória somente é alcançada através da ajuda ao próximo, fundamentando suas atitudes e modo de vida em princípios religiosos.

A segunda abordagem está centrada no que o autor denomina de *satisfação de preferências* relativas à utilidade e às escolhas. Neste caso, as pessoas selecionam os elementos básicos que elas acreditam serem necessários para determinar uma qualidade de vida satisfatória de acordo com as suas próprias restrições de recursos.

A terceira abordagem para definir qualidade de vida está fundamentada nas experiências individuais. Assim, se uma pessoa acredita que as suas experiências de vida são satisfatórias, ela provavelmente assume que a sua qualidade de vida também é satisfatória. Neste contexto, experiências alegres e prazerosas, satisfação pessoal, felicidade e contentamento são importantes. Esta abordagem está associada a uma perspectiva de bem-estar subjetiva muito utilizada pela psicologia.

Questões relacionadas à urbanização e à qualidade de vida são tratadas por CARMO (1995), que estabelece reflexões sobre as mudanças ocorridas na qualidade de vida da população do município de Campinas, no estado de São Paulo, durante o processo de rápido crescimento da população urbana. Este autor conclui que o crescimento urbano e econômico do município não contribuiu para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes, sobretudo a dos migrantes, que constituíram um elemento básico do crescimento populacional, como também econômico.

O estudo da qualidade de vida deve aproximar-se da pesquisa sobre qualidade ambiental, pois esta adequação é um requisito fundamental para a análise do bem-estar da população. CARMO (1995:9-10), afirma que “*na luta pela sobrevivência, os seres humanos interagem com seu meio ambiente, transformando-o e sendo transformados por ele*”. A análise da qualidade de vida requer um enfoque integrado, pois não podemos retratar a qualidade de vida de uma determinada população sem levar em consideração a paisagem vivida.

A preocupação da comunidade internacional com questões relacionadas ao crescimento econômico, populacional e o meio ambiente tiveram início nos anos sessenta quando começaram as discussões sobre os riscos da

degradação ambiental. Tais discussões ganharam tamanha intensidade que levaram a Organização das Nações Unidas a promover a *Conferência sobre o Meio Ambiente* em Estocolmo no ano de 1972, onde se estabeleceu que a proteção e melhoria do ambiente humano constituíam-se necessidades iminentes da população global. Neste contexto, as ações em busca da proteção e melhoria do meio ambiente deveriam estar vinculadas com o desenvolvimento econômico e social da população, sendo um dever de todos os governos, empresas, instituições, comunidades e cidadãos.

Em 1973, o canadense Maurice Strong lançou o conceito de *ecodesenvolvimento*, cujos princípios foram formulados por Ignacy Sachs. Segundo estes autores os caminhos para alcançar o desenvolvimento seriam seis: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; programas de educação. Esta conceituação referia-se principalmente às regiões subdesenvolvidas, envolvendo uma crítica à sociedade industrial. Foram os debates em torno do *ecodesenvolvimento* que abriram espaço para os questionamentos sobre o conceito de desenvolvimento sustentável.

Em 1987, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas presidida por Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, apresentou um documento chamado "*Our Common Future*", mais conhecido por *Relatório Brundtland*. Neste relatório definiu-se *desenvolvimento sustentável* como um desenvolvimento social e econômico a longo prazo que leve em conta a limitação dos recursos naturais e a capacidade de regeneração da natureza, buscando satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades. Também se considerou a questão da justiça distributiva, especificando que as necessidades da sociedade não devem ser satisfeitas às custas das gerações futuras ou de outras regiões.

Neste sentido, a Agenda 21, aprovada em 1992 na Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, no Rio de Janeiro, RJ, estabeleceu princípios para atingir o desenvolvimento sustentável baseados na necessidade de promover a economia, o ambiente e atender as questões sociais

e culturais de uma forma coerente e coordenada. A Agenda 21 recomenda que os governos locais fortaleçam suas políticas de planejamento urbano com o objetivo de incorporar a dimensão ambiental nos processos de urbanização, desenvolvimento e organização do espaço.

Com base na Agenda 21 a noção de “cidades sustentáveis” surge como forma de conjugação harmônica das questões social, econômica, política e ambiental. O desenvolvimento das cidades sustentáveis tem como premissa o comprometimento do poder local com o processo de urbanização e práticas urbanísticas que incorporem a dimensão ambiental na produção e gestão do espaço urbano, definido pelos espaços edificados e pelos espaços livres. Além disso também defende e procura incorporar a idéia de limite dos recursos naturais, tais como a água, solo e ar, buscando alternativas de diminuir a sua degradação e desperdício e construir canais institucionais para o comprometimento da população em práticas de co-responsabilidade.

Uma importante proposta sobre a relação entre bem-estar e recursos ambientais foi sugerida por STOKOLS (1990). Para este autor, o bem-estar possui três dimensões básicas: a saúde física, o bem-estar emocional e a coesão social. Na opinião do autor, o bem-estar depende, em certa medida, da disponibilidade de recursos ambientais e paisagísticos que os indivíduos podem desfrutar. Por exemplo, a saúde física requer condições térmicas e acústicas adequadas, um certo nível de conforto físico, etc. O bem-estar emocional depende da capacidade de controle, das qualidades estéticas, da existência de elementos paisagísticos, da segurança do meio físico. A coesão da rede social está em restrita relação com as condições em que ocorre a interação e o contato social, a capacidade de participação comunitária, etc. Esta maneira de abordar as condições de bem-estar pode parecer simplista, mas permite detectar problemas ambientais vividos pela população e servir de pauta para definir programas de intervenção em campos mais amplos.

Numa visão sobre qualidade de vida e sustentabilidade urbana, GARCÍA (1997:179), diferencia algumas conceituações, caracterizando como *nível de vida* a capacidade de consumo resultante dos recursos individuais; *condições de vida* como as relações do Homem com o seu marco social (saúde, educação, alimentação, tempo livre, etc.); e *qualidade do ambiente* como o entorno natural que proporciona serviços físico-biológicos (ar puro, água limpa,

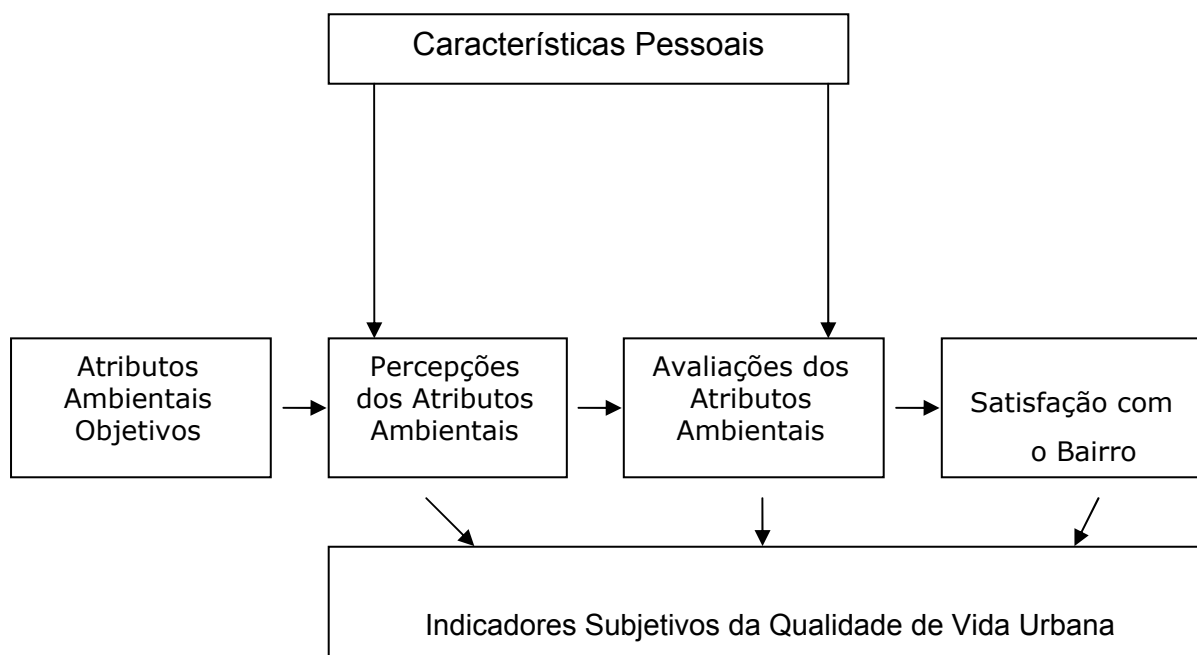
solos disponíveis), serviços estéticos (belas paisagens) e serviços científicos (conhecimentos). Deste modo, a autora sugere que a junção destes elementos – nível de vida, condições de vida e condições do ambiente– são os componentes básicos para se mensurar a qualidade de vida da população.

Em BARBOSA (1996:132), encontra-se um importante estudo sobre a qualidade de vida e as condições de saúde da população do município de Paulínia/SP. A análise é realizada a partir da percepção que os moradores têm sobre a vivência no meio ambiente urbano e as alterações decorrentes deste processo sobre as condições de saúde dos mesmos. A autora afirma que as condições do ambiente incidem diretamente na possibilidade do indivíduo satisfazer as suas necessidades, desejos e aspirações, influenciando diretamente no cotidiano da população, “... o estado do ambiente, ou seja, a qualidade ambiental de uma sociedade e a organização interna do sistema social, é um dos fatores principais que incidirão sobre a qualidade de vida”.

Em um contexto geral, entende-se por *qualidade de vida* o juízo de valores relacionados ao estado ou condição do ambiente. OLIVEIRA (1993), utiliza a percepção como um fator imprescindível para a determinação da qualidade de vida e da qualidade ambiental, ressaltando que as condições de análise são muito subjetivas, e serão satisfatórias ou não de acordo com a realidade da população em questão, de como estes indivíduos percebem o entorno onde vivem e que relação estabelecem com ele.

A figura 01 apresenta o modelo de qualidade de vida construído por MARANS (1981:20), que possui enfoque espacial no bairro. Este autor retrata a importância de se pesquisar a qualidade de vida além dos indicadores objetivos, levando em consideração como são percebidos e avaliados pelos residentes os domínios ambientais aos quais eles pertencem. A qualidade de vida não abrange somente os aspectos materiais, como nível econômico, disponibilidade de infraestrutura física e social, mas também os aspectos menos tangíveis da vida, como a satisfação com o entorno e o bem-estar psicológico.

Figura 01: Quadro esquemático da qualidade de vida urbana segundo MARANS



Fonte: MARANS, Robert. **The concept and measurement of neighborhood quality**. Washington D.C.: U.S. Department of Housing and Urban Development, 1981, p. 20.

A multiplicidade de componentes que integram o conceito de qualidade de vida tem contribuído para o surgimento de estudos com utilização de diversas variáveis, aplicados a grupos específicos de população e abrangendo diferentes desagregações espaciais. Assim, pode-se encontrar trabalhos sobre qualidade de vida com relação à habitação ou ao emprego, enquanto, no que diz respeito à desagregação espacial, encontra-se trabalhos a nível urbano, regional, nacional e internacional, contemplando grupos de população específicos, como, por exemplo, os idosos e os deficientes físicos.

Enfim, não é objetivo deste trabalho definir um conceito único sobre *qualidade de vida*, mas fornecer subsídios para se pensar a qualidade de vida como resultado dos indicadores objetivos e subjetivos em um determinado espaço geográfico, a partir da percepção que a população possui sobre o seu espaço vivido. Acredita-se que o estudo da qualidade de vida requer uma análise das condições objetivas e subjetivas da população e as experiências destas com

o ambiente ao qual pertencem exigindo, em conseqüência, conhecer como eles vivem e quais são as suas expectativas de transformação.

2. Indicadores de qualidade de vida

Conforme abordado anteriormente, a qualidade de vida depende de uma gama extensiva de fatores que variam entre indivíduos e localidades. Idealmente, qualquer indicador para mensurar qualidade de vida deveria incorporar todos os atributos que possam aumentar o nível de bem-estar humano, mas, na prática, sabemos que esta não é uma tarefa fácil.

A ausência de um consenso entre os especialistas sobre o conceito de qualidade de vida prejudica o desenvolvimento de uma metodologia para seleção e avaliação dos indicadores de uma forma satisfatória. Os indicadores são utilizados como instrumentos que permitem caracterizar as condições de vida da população e definir metas para projetos de desenvolvimento.

Durante as últimas décadas, duas abordagens científicas foram desenvolvidas com o intuito de mensurar a qualidade de vida. A primeira está fundamentada em indicadores sociais, ou objetivos, e a segunda em indicadores de percepção, ou subjetivos. Cada uma destas abordagens possui metodologia e informações particulares, e apresentam características negativas e positivas que devem ser consideradas.

Os indicadores objetivos refletem características quantificáveis da vida das pessoas em uma determinada unidade cultural e geográfica. Este tipo de indicador utiliza como principal fonte de informação os dados estatísticos. Por exemplo, mortalidade infantil, médicos per capita e longevidade são dados objetivos que compõem um perfil da situação de saúde da população; as taxas de homicídio, policiais per capita, roubo à propriedade privada são dados examinados nas características de segurança. As informações sobre moradia, infra-estrutura urbana e educação também são utilizadas freqüentemente como dados que compõem os indicadores objetivos de mensuração da qualidade de vida.

Um fator positivo dos indicadores objetivos é que eles são, na maioria das vezes, definidos e quantificáveis facilmente, sendo considerados

convenientes para os estudos que exigem comparações entre nações, regiões e cidades. Além disso, este tipo de indicador possibilita mensurar características da população com um elevado grau de precisão (como por exemplo, mortalidade infantil, anos de escolaridade, etc.). Pode-se dizer, enfim, que os indicadores objetivos são uma importante ferramenta para mensurar os níveis de qualidade de vida, pois eles podem captar características da população que não são refletidas adequadamente nas avaliações subjetivas.

Até a década de setenta, o conceito de qualidade de vida esteve associado com o de crescimento econômico. Por este motivo, os indicadores objetivos freqüentemente privilegiavam as variáveis como consumo e renda na mensuração do nível de qualidade de vida. Vale mencionar a existência de uma interessante discussão sobre a relevância e utilização destas variáveis.

Muitos autores reconhecem que a utilização da variável consumo consiste em um trabalho muito delicado, em virtude das diferentes demandas de necessidades criadas a partir de cada cultura específica. Além disto, o consumo não representa a cobertura das necessidades reais da população.

GARCÍA (1999), por sua vez, diferencia os termos *consumo* e *consumismo* da seguinte maneira: o consumo corresponde a um estado inicial do desenvolvimento, no qual se consumia aquilo que correspondia às necessidades reais da população, na fase atual do desenvolvimento, denominada pelos autores de consumismo, muitas necessidades são criadas artificialmente para que respondam à oferta da produção capitalista.

Pode-se verificar que o crescimento econômico contribui para a atenuação de problemas. Por outro lado, produz vários efeitos indesejáveis, como, por exemplo, intensificação da má distribuição de renda, congestionamento do tráfego urbano, tempo perdido em deslocamentos, desordem e tensão social, enfraquecimento dos laços familiares e de amizade, falta de identidade com o entorno, poluição do ar, água, solo, etc.

Em um estudo realizado por CARLEY (1985) sobre o tema, critica-se as formas de mensuração da qualidade de vida produzidas a partir de indicadores econômicos específicos, como o PIB⁴, por exemplo, pois estas medidas não podem quantificar a realização pessoal, a felicidade ou a satisfação psicológica

⁴ Produto Interno Bruto

do indivíduo. Neste sentido, juntamente ao aumento do PIB ocorre uma maior polarização da renda, gerando, através desse processo, uma maior diferenciação entre pobres e ricos, como também o aumento do abismo social entre as classes.

Os indicadores objetivos também possuem várias deficiências. Uma delas consiste na possibilidade dos dados apresentarem inconsistências. Como exemplo, podemos verificar os incidentes de violência familiar, já que muitos casos não são registrados na polícia, sobretudo em sociedades mais conservadoras, o que faz com que estes dados sejam inconsistentes. Similarmente, é mais difícil mensurar o índice de natalidade em países onde a maioria das crianças é nascida em casa. Conseqüentemente, em países onde o registro de nascimentos é inadequado, há maior dificuldade de se determinar a longevidade. Assim, embora os indicadores objetivos sejam considerados *precisos*, eles são freqüentemente alterados devido aos problemas relacionados à mensuração.

Neste sentido, CARLEY (1985), afirma que os trabalhos que utilizam os indicadores sociais enfrentam dois problemas principais: o primeiro refere-se à possibilidade de manipulação dos dados para fornecer resultados que favoreçam posturas políticas específicas. O segundo está relacionado à questão metodológica, e consiste na dificuldade de se estabelecer uma correlação entre os fenômenos objetivos e subjetivos. O autor sugere que os indicadores subjetivos podem ser utilizados sem a necessidade da quantificação, podendo servir para destacar problemas e preocupações sociais e formular planos de ação. Para CARLEY (1985:14), *“o que se faz necessário obviamente é uma combinação de medidas objetivas com indicadores de percepção, através de um arcabouço rigoroso e sistemático”*.

CARMO (1992), ainda discorre sobre pesquisadores que utilizam os indicadores objetivos, recomendando que estes devem estar atentos, pois os trabalhos realizados com estes indicadores, longe de representar uma verdade absoluta sobre os fenômenos sócio-econômicos, fornecem, principalmente, indicações sobre tendências, possível magnitude, grupos sociais mais afetados, localização espacial, etc.

Também devemos considerar que os indicadores objetivos não abrangem importantes características da qualidade de vida, como a experiência da população com o entorno e a paisagem. Estes inconvenientes desencadearam

nos planejadores um grande interesse em melhorar a forma de mensurar a qualidade de vida, valorizando os indicadores subjetivos das necessidades humanas.

3. Indicadores subjetivos

A partir dos anos oitenta, os pesquisadores começaram a verificar os efeitos negativos do crescimento econômico sem planejamento e mudaram a concepção sobre o desenvolvimento de uma localidade com base no incremento econômico, passando, então, a utilizar os indicadores subjetivos.

Como o termo indica, os indicadores subjetivos estão fundamentados na percepção e interpretação individual sobre as condições de vida. Nesta abordagem, é importante considerar as experiências de vida das pessoas, através das reações cognitivas e afetivas, bem como o específico domínio de vida, ou seja, o ambiente em que determinada sociedade está inserida. É importante ressaltar que indicadores subjetivos incluem as experiências positivas e também as negativas, ao contrário do que se pode imaginar.

BARBOSA (1996:178-179), faz uma análise bastante ampla sobre o vínculo entre os aspectos emocionais do indivíduo e a qualidade de vida, argumentando que o bem-estar humano não se limita aos indicadores objetivos (alimentação, moradia, educação, saúde, transporte, emprego, etc.), mas está associado principalmente à subjetividade (lazer, cultura, ócio, relações afetivas e sexuais). *“É importante olhar para os indicadores sociais, mas não se pode deixar de lado as questões subjetivas. Ou seja, a realidade exterior e a realidade psíquica”*.

A maior vantagem dos indicadores subjetivos é que eles adotam uma visão fundamentada na satisfação das preferências e nas experiências vividas pela população. Como a maioria dos indicadores objetivos são mensurações indiretas sobre o que as pessoas sentem a respeito de suas condições de vida, os indicadores subjetivos fornecem uma importante contribuição, pois eles capturam experiências que são significativas para o indivíduo.

Questões relativas às vantagens de se utilizar os indicadores subjetivos são abordadas por DAVIS & FINE-DAVIS (1997). Os autores

consideram que quando os resultados obtidos através desta metodologia apresentam inadequações, é possível realizar modificações de uma maneira mais flexível do que quando trabalhamos com indicadores objetivos, os quais são usualmente obtidos por pesquisas que não estão ao alcance do pesquisador (como censo e outros registros oficiais do governo).

Os indicadores subjetivos também apresentam alguns problemas. Embora a auto-resposta possa mensurar características de qualidade de vida com validade e confiança, é ingênuo assumir que toda resposta individual é totalmente válida e precisa. Além disso, as respostas podem estar vinculadas apenas a fatores sentimentais sem considerar o contexto sócio-econômico e cultural no qual as pessoas estão inseridas.

4. A utilização conjunta de indicadores objetivos e subjetivos

Cada tipo de indicador apresenta qualidades e deficiências, mas pode-se considerar que eles são conceitual e metodologicamente complementares. A qualidade de vida é uma construção complexa que requer abordagens de diferentes ângulos. Para realizar uma análise subjetiva sobre as condições de vida da população, é necessário saber como as condições objetivas influenciam na avaliação das pessoas sobre suas vidas. Semelhantemente, para entender a influência dos indicadores objetivos se faz necessário compreender os valores pessoais.

Para uma adequada mensuração da qualidade de vida, tanto indicadores objetivos quanto subjetivos devem ser utilizados. Os indicadores objetivos compreendem o tangível, os aspectos objetivamente verificáveis da vida (baseados em estatísticas quantitativas), enquanto que os indicadores subjetivos compreendem a medida dos valores individuais e coletivos sobre a vida, tais como satisfação e felicidade, incluindo a percepção e interpretação dos aspectos físico, cultural, social e psicológico da paisagem.

DEINER & SUCH (1997), acreditam que o uso paralelo de indicadores subjetivos e objetivos é importante porque eles retratam diferentes aspectos relativos à qualidade de vida da população. Assim, os autores comentam que é um equívoco defender argumentos sobre a superioridade de um dos dois

métodos de mensuração em detrimento do outro. Ocasionalmente, políticos ou economistas podem considerar os indicadores subjetivos superficiais, embora indicadores objetivos também possuam desvantagens. Por outro lado, estudiosos envolvidos com o estudo da percepção freqüentemente criticam economistas e pesquisadores de indicadores objetivos por ignorarem os resultados dos indicadores subjetivos.

Apesar de se aceitar que as dimensões objetivas interferem nas condições de vida da população, torna-se cada vez mais evidente o peso da dimensão subjetiva que, sobretudo nos contextos urbanos, se projeta com maior visibilidade, mas cuja influência na qualidade de vida não é facilmente mensurável.

No presente trabalho se utilizará uma combinação dos indicadores objetivos e subjetivos, dando ênfase à realidade territorial da área de estudo, neste caso o *Jardim Morada do Sol*, no município de Indaiatuba, SP. Pretende-se, assim, conjugar a informação de caráter objetivo, caracterizada pelos elementos de infra-estrutura física e social, com a percepção subjetiva, através da opinião da população em relação ao entorno onde vivem, buscando obter um perfil mais completo da qualidade de vida da área de estudo.

5. O bairro e as identidades coletivas

Com a intenção de expor algumas reflexões sobre a relação entre qualidade de vida e percepção do espaço vivido, optou-se por adotar como ponto de referência de análise um bairro⁵. Neste sentido, considerou-se *bairro* como um segmento da paisagem urbana, composto por um grupo de indivíduos com características sociais e culturais similares, com suporte de estruturas física, espacial e ambiental uniformes. A citação de NIÑO (1994:231), expressa de maneira exemplar a luta da população na formação dos bairros:

⁵ A Fundação Seade define bairro como parte ou circunscrição em que se divide a cidade. Ver: Demografia Municipal www.seade.gov.br/500anos/definicoes.htm

Los barrios conforman la parte más entrañable de la ciudad. Se construyen a golpes de tiempo, de luchas, de esperanzas. Se moldean con la arcilla de la vida de las gentes, desde el momento que por diversas circunstancias se encuentran frente a frente con un espacio que deben ocupar y transformar, no en pocas ocasiones en condiciones de dureza y de desigualdad, como si estuvieran inventando el primer día de la creación.

Um assentamento urbano se converte em um bairro a medida que passa a ser cenário das experiências, ações, interesses e necessidades comuns dos seus moradores. Aos poucos, vai se formando um tecido social e um universo simbólico que permite aos seus atores se conhecerem como *vizinhos*. Assim, passam a considerar o restante da população da cidade de maneira distinta, porque esta não faz parte da mesma identidade coletiva do bairro. A este respeito, vale lembrar a posição assumida por RELPH (1979), que considera as experiências vividas não como uma soma de objetos, mas sim como um sistema de relações entre o Homem e suas vizinhanças.

Na opinião de LEE & VALDEZ (1994), o bairro é a apropriação e produção da cidade por parte de grupos específicos. ROSSI (1986:23), subordina a definição de bairro ao zoneamento do território, caracterizando-o como uma estrutura paisagística, social e funcional muito particular no panorama urbano, em que a mudança de um destes elementos é suficiente para fixar o seu limite. E ainda, como acrescenta o autor, *“como parte diversa da cidade, desde um ponto de vista formal e histórico, constituído de feitos urbanos complexos”*.

A proposta de HERNÁNDEZ (2000), sugere que não se pode considerar a cidade como um todo, porque os cidadãos percebem diferentes territórios em função de suas possibilidades de apropriação e acesso. Neste contexto, o bairro configura-se como um espaço capaz de sustentar tipologias, usos e pessoas diferentes, mas com elevado grau de sociabilidade, onde o indivíduo pode sentir-se parte de um coletivo social. Segundo LEFEBVRE (1970:31), *“o bairro é a essência da realidade urbana”*, representando o *“agrupamento do doméstico ao redor de elementos simbólicos”*.

Dentro do espaço de cada bairro, seus atores percebem e identificam elementos mais complexos que a delimitação municipal (estritamente física, hierarquizada e numerada). A partir de diferentes critérios, vão surgindo na

convivência estabelecida dentro deste espaço relações onde as condições ambientais, sociais e as características culturais tendem a ser similares. Apesar de cada indivíduo possuir sua própria experiência na percepção do entorno onde vive, estas pessoas são submetidas ao mesmo fluxo de informação, dividem um território comum, compartilham com o restante da população do bairro características da percepção e interpretação do meio ambiente.

Em um estudo realizado sobre o tema, RIAÑO (1991:5), faz uma caracterização da percepção cultural dos moradores sobre o bairro. Para esta autora, o bairro é o lugar da confluência e comunicação:

as ruas, esquinas, comércios, portas das casas representam centros de sociabilidade popular e encontro comunicativo (...). Trata-se de lugares que possuem uma funcionalidade diversa, são utilizados para a comunicação, para a recreação, para o intercâmbio com a vizinhança.

Inclui-se entre os estudo relevantes o de AMÉRIGO (1995), que analisou as características dos residentes de um determinado bairro na cidade de Astúrias, na Espanha, e registrou como principais características de satisfação da população o apego ao lugar e à rede social. Isto se explica porque é através do sentimento de enraizamento no lugar que as pessoas mantêm a própria identidade, podendo-se dizer que a auto-identidade é em grande parte a identidade estabelecida com o lugar. No mesmo sentido, é apontada também a definição de TUAN (1983:218), que considera que “*o encanto pelo bairro se deve às qualidades inerentes dos hábitos arraigados e ao direito moral que as pessoas têm de manter seus costumes típicos contra as forças de modificação*”.

LYNCH (1985), com base nos seus trabalhos sobre a legibilidade e imagem urbana, introduziu em sua análise as imagens que a população de determinada cidade tem sobre seus elementos, entre eles o bairro, as quais permitem ajustar uma linguagem comum compreensível por todos os seus habitantes. É no bairro que se constroem relações significativas do Homem com seu espaço vivido, suas relações de parentesco e suas redes de afinidades. O bairro é o cenário onde o Homem cria, recria e afirma as suas relações sociais, culturais e ambientais; é também o lugar onde constrói seus espaços de representação.

Fundamentos importantes para a compreensão e percepção do espaço vivido são encontrados nos trabalhos de TUAN (1974), que discute os laços afetivos estabelecidos pelas pessoas com o seu entorno físico através da definição do conceito de *topofilia*, que se caracteriza como o conjunto de relações emotivas e afetivas que une uma pessoa a um determinado lugar. O autor também discute a idéia que cada indivíduo constrói seus espaços e lugares em torno de si mesmo, com uma série de valores centrados na própria pessoa a partir de perspectivas experienciais.

É através das experiências pessoais, de suas histórias de vida, da sua interação com a paisagem que o Homem percebe o mundo e cria os seus sentimentos, o apego ao lugar, com o lugar, as raízes, ou em outras palavras, estabelece o elo sentimental com o seu entorno, com as suas paisagens. De acordo com as palavras de LIMA (1996:155):

o sentimento por um lugar, topofílico ou topofóbico, pode ser desenvolvido e incentivado sob infinita formas, apresentando-se, para TUAN (1983:156) “transitórios e pessoais”, de conformidade com o poder de ficarem gravados em nossa memória e que, ao serem evocados, nos levam a um verdadeiro reencontro com os nossos espaços vividos, isto é, com os espaços ou lugares de nossa história de vida.

O bairro, como construção coletiva, possui uma trama de relações comunitárias que é formada a partir das *experiências de vida* de seus habitantes, provenientes de outros lugares e com histórias familiares e pessoais diversas. Segundo a visão de TUAN (1983), toda esta riqueza de vivências contribui para a construção do *sentido de lugar* no bairro, para a formação de um lugar comum entre seus moradores, de um processo de enraizamento. Estes processos podem ser observados através das manifestações lingüísticas, do gosto musical, das práticas lúdicas, desportivas, crenças religiosas, etc. Estas manifestações são o que se pode denominar de *identidade coletiva* do bairro, claramente distinta da dos outros grupos sociais da cidade, gerando imagens singulares do lugar.

CARRILLO (2000), trabalha com a problemática da identidade da população urbana, e, neste grupo, mais especificamente com a população

migrante. A hipótese do autor é que os bairros populares, entendidos como construção histórica e cultural, constituem um espaço onde se configuram diferentes elementos da identidade coletiva. A conquista da identidade social e cultural pelos migrantes ocorre através da luta por conseguir uma moradia, dotá-la de infra-estrutura e construir um ambiente simbólico próprio. O bairro, assim, mais que um espaço residencial, de consumo e reprodução da força de trabalho, é também um cenário de socialização e experiências vividas. Os grupos de migrantes, muitas vezes sem se conhecerem, vão compartilhando trajetórias de vida e de luta em comum, e estas experiências e interpretações vão moldando uma nova identidade coletiva no bairro.

Pode-se dizer que a *identidade do bairro* se fundamenta na experiência compartilhada da ocupação, produção e uso do território, formando através deste processo um referencial simbólico do lugar, expresso sob a forma de apreensões e representações individuais e coletivas de suas paisagens e de seus territórios.

6. A dimensão espacial e a qualidade de vida

Em geral, os estudos sobre qualidade de vida utilizam referências espaciais para examinar similaridades e diferenças nas condições de vida de determinada população. Neste sentido, é importante compreender como a condição dinâmica da relação entre *espaço* e *lugar* está presente na conduta da população.

Espaço e lugar são dois conceitos que estão intrinsecamente relacionados; por este motivo, a distinção entre eles não é uma tarefa fácil. Por exemplo, o que significa espaço para uma pessoa pode ser considerado lugar para outra. Por outro lado, o que é considerado espaço para determinada pessoa pode ser transformado em lugar ao adquirir significados e valores individuais ou coletivos. O lugar é uma localidade onde a pessoa se encontra ambientada, no qual está integrada, fazendo parte das suas experiências afetivas.

RELPH (1976:6-7), em "*Place and Placelessness*" explora as "*diversas maneiras que o espaço se manifesta em nossas experiências ou em nossa consciência...*". O autor, após diversas observações sobre o espaço e lugar como

fenômenos geográficos, formulou seis distinções para espaço: espaço pragmático ou primitivo; espaço de percepção; espaço existencial (sagrado e geográfico); espaço arquitetônico e de planificação; espaço cognitivo; e o espaço abstrato.

O primeiro analisado pelo autor é o *espaço pragmático* ou *primitivo*, que corresponde ao espaço estruturado inconscientemente por experiências individuais básicas. O espaço primitivo inicia-se na infância e está associado com o senso de direção e com os movimentos corporais da criança.

O *espaço de percepção* está centrado nas necessidades imediatas e experiências práticas, retratando as experiências dos indivíduos com a natureza e com os espaços construídos. Assim, o espaço de percepção nunca é vazio, porque contém elementos da imaginação ou intenção humana.

O *espaço existencial* representa a estrutura mais central do espaço, já que está presente em todas as nossas experiências como indivíduos. O significado do espaço existencial não é a simples soma de percepções individuais sobre o espaço, mas representa a cultura vivenciada por cada pessoa, estando em constante criação e recriação através das atividades da mente humana.

O *espaço existencial* é formado pelo *espaço sagrado* e pelo *espaço geográfico*. O primeiro está relacionado com experiência religiosa, sendo repleto de símbolos e objetos com significados, e o segundo nada mais é do que a consciência humana básica sobre o mundo que o cerca, suas experiências e seus enlacs com o ambiente.

O *espaço arquitetônico* está vinculado com a tentativa de criar espaços. Preocupa-se em criar espaços vazios, indiferentes e objetivamente manipulados segundo as limitações de sua eficiência funcional e às necessidades dos seus planejadores. Apesar disso, é inevitável que os seus trabalhos arquitetônicos considerem as experiências dos seus usuários e os valores que estes possuem com relação ao espaço.

O *espaço arquitetônico* não envolve experiência direta ou imaginativa, estando vinculado com a tentativa de criar espaços. Preocupa-se em elaborá-los segundo as limitações de sua eficiência funcional e de acordo com as necessidades dos seus planejadores, como um recurso de fácil expansão no futuro.

O *espaço cognitivo* consiste na construção abstrata do espaço através da identificação do espaço como objeto para reflexão. É um espaço homogêneo com igual alcance em todos os lugares e em todas as direções.

O *espaço abstrato* corresponde ao espaço da livre criação da imaginação humana. É o espaço das relações lógicas, que nos permite fazer descrições sem necessariamente fundamentá-las em observações empíricas.

RELPH (1976:43), sob uma perspectiva fenomenológica, também ressalta que o principal significado de lugar não está relacionado com localização, nem com as experiências superficiais, mas sim com o lugar onde nascemos e crescemos, onde vivemos momentos importantes no passado ou onde nós vivemos agora. É o lugar que concentra nossas atenções, atitudes, propósitos e experiências, ou "*places of profound centers of human existence*".

O autor ainda considera que a relação dos indivíduos com o lugar contribui para a formação da identidade cultural e do sentimento de segurança. Configurando como o ponto de partida que orienta as nossas experiências individuais com o mundo, "*places are thus basic elements in the ordering of our experiences of the world*" (1996:43).

LEFEBVRE (1991), em "*The production of space*", identifica três momentos inter-relacionados da produção do espaço: práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação.

As *práticas espaciais* se referem às formas que as pessoas geram, utilizam e percebem o espaço. Estas práticas espaciais estão associadas às experiências de vida cotidiana e às memórias coletivas. As *representações do espaço* se referem aos espaços concebidos e a uma lógica particular de conhecimentos técnicos: "*um espaço conceitualizado, de científicos, urbanistas, tecnocratas e engenheiros*" (LEFEBVRE 1991:38). Estes conhecimentos estão vinculados a instituições representativas que trabalham com os *espaços legíveis* representados através de mapas, estatísticas, etc., gerando uma *lógica de visualização*. Os *espaços de representação* são considerados como espaços vividos, que representam formas de conhecimentos locais de maneira informal. São espaços dinâmicos, simbólicos, construídos e modificados pelas experiências e percepção dos seus atores sociais através do tempo.

Quando consideramos o espaço como referência para a análise da qualidade de vida, não podemos deixar de citar os trabalhos realizados por TUAN (1983), sobre *espaço* e *lugar*. O autor escreveu sobre uma distinção dicotômica entre os dois termos. Para ele, *lugar* é o concreto, o centro dos valores, onde uma pessoa é ligada por seus sentimentos de segurança e estabilidade. Neste sentido, lugar é o componente vivido do ambiente, é o local pelo qual desenvolvemos um sentimento de apego e defesa, e é onde podemos encontrar um ambiente familiar. Segundo TUAN (1983:83), “*Quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar*”.

Por outro lado, *espaço* significa liberdade, um ambiente distante, aberto e desejado, mas ao mesmo tempo não familiar e abstrato. TUAN (op. cit., 1983:61), complementa esta idéia sugerindo que:

O espaço fechado e humanizado é lugar. Comparando com o espaço, o lugar é um centro calmo de valores estabelecidos. Os seres humanos necessitam de espaço e lugar. As vidas humanas são um movimento dialético entre refúgio e aventura, dependência e liberdade.

FRÉMONT (1980), desenvolve uma importante análise do espaço vivido e considera que as relações sociais, familiares, de vizinhança são fundamentais para a formação do sentido do lugar. Segundo o autor, o espaço vivido não é neutro, mas ele é formado por um conjunto de relações que o condicionam.

A importância do mundo vivido na conceituação de lugar é ressaltada por BUTTIMER (1980), que busca expressar a orientação subjetiva de pertencer a lugares particulares “*self-identity*”, aos quais os indivíduos e a comunidade desenvolvem sentimentos de apego através das suas experiências, percepções e memórias. Por meio desta perspectiva, pode-se dizer que o mundo vivido corresponde a um lugar onde as pessoas têm um grupo de amigos, parentes e conhecidos; é onde elas aprenderam sobre a vida e adquiriram uma estrutura cultural e social de referência, através da qual interpretam o mundo ao seu redor. Enfim, é o lugar onde as pessoas são socializadas como seres humanos.

III. O Cenário em Estudo

- Sire, já falei de todas as cidades que conheço.

- Resta uma que você jamais menciona.

Marco Polo abaixou a cabeça.

- Veneza – disse Khan

Marco sorriu.

- E de que outra cidade imagina que eu esteja falando?

O imperador não se afetou.

- No entanto você nunca citou o seu nome.

E Polo:

- Todas as vezes que descrevo uma cidade digo algo a respeito de Veneza

- Quando pergunto das outras cidades, quero que você me fale a respeito delas. E de Veneza quando pergunto a respeito de Veneza.

- Para distinguir as qualidades das outras cidades, devo partir de uma primeira que permanece implícita. No meu caso, trata-se de Veneza. (...)

- As imagens da memória uma vez fixadas por palavras cancelam-se – disse Polo – Pode ser que eu tenha medo de repentinamente perder Veneza, se falar a respeito dela. Ou pode ser que, falando de outras cidades, já a tenha perdido pouco a pouco.

(Ítalo Calvino, 2000:82)

1. Localização

O município de Indaiatuba localiza-se na região Sudoeste do estado de São Paulo, pertencendo à Região Metropolitana de Campinas. Segundo a Fundação IBGE, o município possui uma área de 311 km², que está distribuída em 54 km² de área urbana e 257 km² de área rural. Ao norte o município faz limite com Monte Mor e Campinas; ao sul com Salto e Itu; a leste com Itupeva; e a oeste com Elias Fausto. Trata-se de um município fortemente influenciado pelo crescimento de Campinas, do qual está a 22 km, e da capital paulista, a 99 km (Figura 2).

2. Breve Histórico

Inicialmente, Indaiatuba recebia a denominação de Cocais⁶. A origem do povoado está relacionada à sua localização estratégica, no caminho entre as vilas de Itu e São Carlos (atual Campinas). O povoado de Cocais prosperou como local de pouso habitual dos tropeiros, que vinham de Santos e se dirigiam para os estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Na segunda metade do século XVIII, ocorreu a introdução da cana-de-açúcar na região, tendo esta cultura tornado-se a principal atividade agrícola e de base econômica do povoado.

No ano de 1830, o povoado de Cocais foi elevado à categoria de Freguesia com o nome de Indaiatuba⁷, por decreto do imperador Dom Pedro I, datado de 09 de dezembro de 1830. Desta forma, Indaiatuba passou a ser considerada como Distrito da Vila de Itu, em terras desmembradas de Itu, Jundiá e Vila de São Carlos.

⁶ Denominação que ocorre devido à existência da palmeira indaiá na região.

⁷ A origem da denominação Indaiatuba ocorre da junção de dois termos da língua tupi-guarani, em que “indaiá” significa um tipo de palmeira, e “tuba” quer dizer “grande quantidade, muito”. Portanto, Indaiatuba significa “muitos indaiás, local abundante de indaiás”.

Figura 02. Mapa de localização do município de Indaiatuba no estado de São Paulo.



Fonte: Guianet. Disponível em: <http://www.guianet.com.br/sp/mapasp.htm>

Organizado por: ALVES, A. 2003

A vida política e administrativa do distrito esteve ligada a Vila de Itu até 1859. Naquela época, Indaiatuba contava com uma população de 4.526 habitantes e 2.500 escravos e, devido a sua economia baseada na produção de cana-de-açúcar (predominantemente rural), a população urbana era de apenas 142 habitantes.

Em 1859, Indaiatuba foi elevada à categoria de município e o seu povoado-sede à categoria de vila, tendo, a partir desta época, independência político-administrativa, não mais pertencendo a Vila de Itu. De acordo com o recenseamento realizado em 1872, a população da vila era de 3.749 habitantes, dos quais 1.689 eram escravos.

A economia municipal foi marcada inicialmente pela lavoura canavieira com uso significativo de mão-de-obra escrava. Durante o século XIX, a estrutura econômica do município sofreu algumas alterações devido à substituição gradual da cana-de-açúcar pela produção de café, que rapidamente obteve êxito na região. Aos poucos, a agricultura foi gerando um acúmulo de capital que propiciou o desenvolvimento do setor terciário, criando uma infra-estrutura capaz de organizar e sustentar o crescimento industrial que ocorreu a partir do final do século XIX.

Em 1873 foi inaugurada a Estrada de Ferro Ituana, que ligava Itu a Jundiaí, passando pelos bairros de Pimenta e Itaici, em Indaiatuba. Nesta época, o sítio urbano de Indaiatuba já estava consolidado e a estrada de ferro configurava-se como o principal meio de transporte de mercadorias e da população local.

Ao longo de sua história, Indaiatuba foi deixando para trás sua arquitetura tradicional e sua função predominantemente agrícola⁸. O município deu lugar à industrialização e a cidade recebeu um moderno traçado urbano, com ruas e avenidas largas, produzindo uma nova organização do espaço. Também é notável o crescimento de inúmeros bairros, principalmente os localizados na zona sul do município. Influenciados por várias correntes migratórias, são estes bairros periféricos os que mais crescem atualmente.

⁸ Para obter informações mais detalhadas sobre o processo inicial da ocupação de Indaiatuba ver: STEIN (1981).

Foto 01. Vista aérea da cidade de Indaiatuba, São Paulo, Brasil, 2002.



Foto: Silva & Penna, 2002.

Foto 02. Vista aérea da cidade de Indaiatuba, São Paulo, Brasil, 2002.



Foto: Silva & Penna, 2002.

3. Aspectos da evolução industrial de Indaiatuba

A partir da década de sessenta, Indaiatuba começou a implantar o seu programa de industrialização e crescimento econômico. Pode-se notar que a indústria, sobretudo a mecânica-metalúrgica, é atualmente o suporte básico da economia do município e a principal responsável pelo seu desenvolvimento nas últimas décadas.

O crescimento do parque industrial vem ocorrendo em razão das condições favoráveis que o município apresenta para a instalação de indústrias, entre elas a localização geográfica privilegiada, a topografia plana, a facilidade de transporte dos produtos industrializados através das rodovias (Bandeirantes, Anhangüera, Senador José Ermínio de Moraes⁹, Dom Pedro I, Castelo Branco, etc.), e do Aeroporto Internacional de Viracopos. Além disto, a proximidade dos grandes centros consumidores (como São Paulo e Campinas), os incentivos fiscais concedidos pela Prefeitura Municipal e a política estadual de interiorização do desenvolvimento são fatores positivos que também têm contribuído para o desenvolvimento industrial do município.

O distrito industrial “*Domingos Gioni*”, instalado em 1973, teve seu crescimento contínuo e, desde a sua criação, vem atraindo empresas de várias localidades, que se transferem total ou parcialmente para Indaiatuba. Estas unidades industriais aproveitam as vantagens oferecidas pelo município e, ao mesmo tempo, colaboram para o aumento do parque industrial e dos postos de trabalho.

De acordo com registros da Prefeitura de Indaiatuba, em 2002 estavam instaladas 515 indústrias no município. A *Gessy Lever Ltda*, *Toyota do Brasil*, *Singer do Brasil*, *Filtros Mann*, *Yanmar do Brasil S/A*, *Cobreq S/A*, *Metal Leve* e *Fupresa* são consideradas importantes indústrias da cidade. Como pode ser observado na tabela 01 o setor de atividade que mais gera empregos no município é a indústria de transformação, que concentra a indústria mecânica e metalúrgica. Em 1991, a indústria de transformação, juntamente com a indústria de construção civil, empregavam 50% da mão-de-obra do município.

⁹ Antiga rodovia Alberto Santos Dumont.

Tabela 01. Porcentagem da população de 10 anos e mais, ocupada por setor de atividade, município de Indaiatuba 1970, 1980 e 1991.

Setor de Atividade	1970	1980	1991
Agricultura, pecuária e sicultura	27,06	12,62	5,95
Indústria de transformação	47,81	46,40	41,88
Indústria da construção civil	0	8,29	9,22
Outras atividades industriais	0	0,82	0,92
Comércio de mercadorias	6,42	7,16	11,38
Prestação de serviços	11,29	11,31	15,67
Transporte e comunicações	3,79	3,30	2,47
Serviços auxiliares	0	0	2,58
Atividades sociais	4,22	4,11	6,19
Administração pública	1,76	1,95	2,30
Outras atividades	2,51	1,97	1,43
Procurando emprego	0	2,08	0
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Fundação IBGE: Censos Demográficos 1970, 1980 e 1991.

Organizado por: ALVES, A. 1999.

Portanto, Indaiatuba apresenta-se como um importante pólo de atração para a desconcentração relativa das atividades industriais a partir da Região Metropolitana de São Paulo. O desenvolvimento industrial, e a conseqüente geração de empregos, é um dos principais fatores de atração populacional de Indaiatuba.

4. Indaiatuba no contexto da região de Governo de Campinas

A partir dos anos sessenta, e principalmente nos anos setenta, a Região de Governo de Campinas¹⁰ passou a se configurar como um dos principais eixos de expansão industrial do interior do estado de São Paulo. Este processo ocorreu devido à desconcentração relativa das atividades industriais a partir da Região Metropolitana de São Paulo em direção ao interior paulista. MATOS (2000) aponta os crimes, a poluição, o congestionamento do tráfego, os preços dos terrenos, a deterioração do ambiente e os problemas de infraestrutura como os possíveis fatores que estimulam a migração de sua população para outras áreas.

O estudo realizado por BAENINGER (1992:108), reconhece que apesar da importância da Região Metropolitana de São Paulo como centro econômico e populacional, outras áreas no interior do estado tornaram-se dinâmicas, atraindo investimentos de capitais e população. Neste sentido, discordando das teses que previam a megametropolização brasileira, KATZAM (1986:21), sugere que a *“maior parte do crescimento urbano tende a ocorrer em cidades de tamanho médio e naquelas pequenas cidades não muito longe de uma metrópole avançada”*.

Na Região de Governo de Campinas, foram implantadas uma série de infra-estruturas (indústrias multinacionais, Universidades, Aeroporto Internacional de Viracopos, pólos de pesquisa científica, etc.) que permitiram que a região consolidasse seu desenvolvimento e sua função urbana. Além disso, a integração do mercado de trabalho com a subordinação da agricultura à indústria contribuiu para que vários incentivos governamentais beneficiassem a região.

O processo de crescimento industrial ocorreu de forma rápida, atraindo migrantes de várias partes do país que buscavam na Região de Governo de Campinas emprego e melhores condições de vida. Segundo o trabalho de MARTINE & CAMARGO (1997), os movimentos migratórios podem ser considerados como a reorganização de oportunidades econômicas e sociais.

¹⁰ A Região de Governo de Campinas é composta pelos seguintes municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Indaiatuba, Itapira, Jaguariúna, Mogi-Guaçu, Mogi-Mirim, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Sta. Bárbara D'Oeste, Santo Antonio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

Com a instalação de indústrias na região, através da implantação de distritos industriais, houve a intensificação do processo de conurbação dos municípios¹¹, acentuando ainda mais a tendência à metropolização regional.

Neste contexto, através da Lei Complementar no. 870¹² de 19 de junho de 2000 foi criada a Região Metropolitana de Campinas com 19 municípios¹³. Esta região metropolitana, que atualmente se destaca pelo seu potencial populacional e industrial, caracterizando-se como a terceira região industrial do país (atrás somente da Região Metropolitana de São Paulo e Região Metropolitana do Rio de Janeiro), concentra, segundo o Censo Demográfico 2000, um total de 2.007.159 habitantes. (Figura 03)

Vale destacar como uma importante característica regional não apenas o porte urbano de Campinas, mas também a aceleração do crescimento das cidades próximas, viabilizando às empresas diversas alternativas de localização. O trabalho de BAENINGER (1992), analisou o processo de “*periferização*” que ocorre devido à perda relativa¹⁴ da população do município de Campinas para os demais municípios da Região de Governo, marcando assim a formação de um espaço urbano-metropolitano, no qual os limites entre os municípios passam a ser considerados, cada vez mais, apenas uma divisão político-administrativa.

Podemos considerar que o crescimento industrial e populacional de Indaiatuba sofre a influência positiva da expansão da região polarizada de Campinas. Para uma melhor compreensão deste processo, é interessante observarmos o crescimento demográfico registrado entre Campinas e Indaiatuba no período de 1980 a 1991: enquanto Campinas apresentou uma taxa geométrica

¹¹ Como exemplo pode-se citar o caso de conurbação entre os municípios de Campinas, Vinhedo e Valinhos e entre os municípios de Sumaré e Hortolândia.

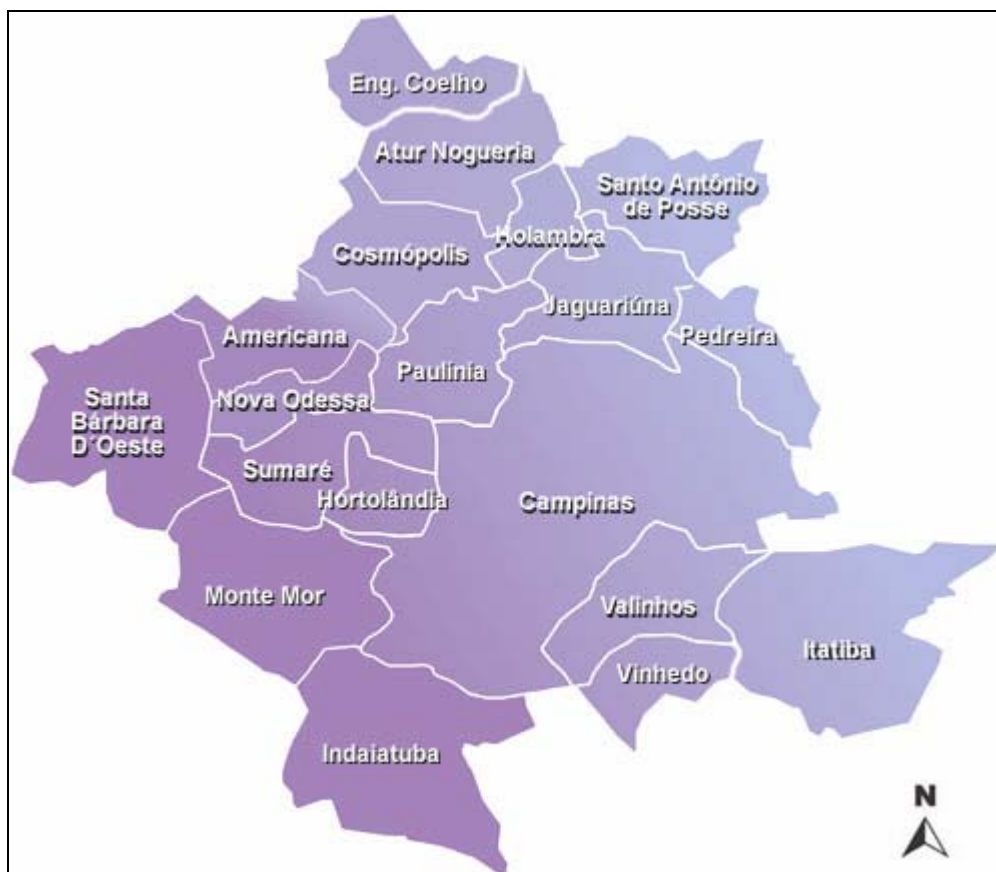
¹²A Lei Complementar nº 870, de 19 de junho de 2000 cria a Região Metropolitana de Campinas, o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas e autoriza o Poder Executivo a instituir entidade autárquica, a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Região de Campinas, e dá providências correlatas.

¹³ Os municípios que compõem a Região Metropolitana de Campinas são os seguintes: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte-Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santo Antonio de Posse, Santa Bárbara Dóeste, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

¹⁴ Diz-se perda relativa da população porque o município de Campinas como sede da Região de Governo continua a crescer, porém, em uma menor intensidade que os municípios do seu entorno.

de crescimento populacional de 2,4% ao ano, Indaiatuba exibiu um taxa anual de 5,4%¹⁵.

Figura 03. Mapa da Região Metropolitana de Campinas, 2001



Fonte: EMPLASA - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A. Metrôpoles em Dados: Região Metropolitana de Campinas 2002. Disponível na internet via: <http://www.emplasa.sp.gov.br>

5. Dinâmica populacional do município de Indaiatuba

A população é o sujeito e o objeto das políticas econômicas e sociais em qualquer região, por este motivo a elaboração de políticas que considerem as tendências demográficas para o desenvolvimento são imprescindíveis.

¹⁵ Com relação à participação industrial, pode-se destacar que o município de Campinas teve um declínio durante a década de 80, enquanto que os municípios de Sumaré, Indaiatuba, Vinhedo e Americana obtiveram aumento na participação do setor industrial.

A problemática da qualidade de vida nas cidades tem sido agravada de maneira simultânea ao crescimento de suas respectivas manchas urbanas. A concentração populacional nas áreas urbanas tem exercido pressão sobre os equipamentos de infra-estrutura física e social. Este fato pode ser observado pela insuficiência ou mesmo inexistência de serviços básicos que atendam as necessidades da população ou ainda pela adoção de ações ambientalmente condenáveis que afetam a qualidade de vida dos habitantes. Neste sentido, o crescimento demográfico das cidades exige do governo local a formulação de políticas amplas que incluam tanto o melhoramento da qualidade de vida quanto o desenvolvimento.

É justamente a preocupação em descobrir e discutir as relações existentes entre a dinâmica demográfica e as mudanças de nível social, econômico e ambiental que justificam o interesse pela temática desta dissertação. Portanto, pode-se dizer que o estudo do comportamento demográfico de Indaiatuba é um dos componentes fundamentais deste trabalho.

Esta etapa da pesquisa tem como objetivo analisar a evolução da população do município de Indaiatuba no período de 1970 a 2000. Assim, inicia-se com uma visão geral do crescimento populacional do município nas últimas décadas, através da análise dos componentes do crescimento (vegetativo e migratório), passando para a evolução da população rural e urbana e a estrutura sexo e idade. O tamanho, a estrutura e o crescimento da população de um determinado território são variáveis básicas na análise demográfica. O tamanho da população refere-se ao número de pessoas que residem no território e o crescimento às mudanças do referido tamanho no tempo. A estrutura é simplesmente a composição da população por sexo e idade.

É importante fazer algumas considerações sobre o período de análise selecionado. Durante o desenvolvimento desta pesquisa, os dados do Censo Demográfico 2000 estavam em fase de processamento, não havendo disponibilidade de dados segundo sexo, idade e movimentos migratórios, além de informações que são construídas a partir destes dados, como por exemplo, a taxa de crescimento (vegetativo e migratório), e razão de dependência. Apesar desta limitação, buscamos analisar a dinâmica populacional do município desde 1970 até o período mais recente de acordo com a disponibilidade de informações. É importante citar que o Cartório de Registro Civil de Indaiatuba envia mensalmente

à Fundação Seade os mapas estatísticos contendo informações detalhadas sobre os registros vitais como: nascimentos, casamentos e óbitos, estando disponibilizados pela Fundação os dados a partir do ano de 1980.

O município de Indaiatuba vem apresentando um acelerado ritmo de crescimento populacional e econômico desde a década de setenta. Pode-se dizer que o crescimento populacional do município é induzido pelas atividades econômicas. Este fato está vinculado, em grande parte, à intensidade e à forma com que ocorreu o processo de industrialização do município, gerando um grande número de empregos, atraindo migrantes e elevando o grau de urbanização e ocupação do solo. A redistribuição espacial da população e a evolução do mercado de trabalho possuem estreita relação entre si. Isto porque a população tende a deslocar-se e fixar-se em determinadas localidades, ou regiões, em função das mudanças na configuração do dinamismo econômico.

O saldo migratório registrado no período entre 1970 e 2000 foi de 62.369 habitantes, ou seja, o município multiplicou por quase 5 vezes seu contingente populacional em apenas 30 anos, passando de 30.555 habitantes em 1970 para 147.050 em 2000. A tabela 02 apresenta detalhadamente os números do crescimento ocorrido na população do município e também os seus componentes.

Tabela 02. População residente, crescimentos absoluto e relativo e taxa de crescimento médio anual para o município de Indaiatuba, 1970 a 2000.

Ano	População Residente	Crescimento Absoluto	Crescimento Relativo (%)	Taxa de Crescimento Médio Anual (%)
1970	30.555	-	-	-
1980	56.234	25.697	84,16	6,30
1991	100.813	44.579	79,27	5,45
2000	147.050	46.237	45.86	4,28

Fonte: Fundação IBGE: Censos Demográficos 1970; 1980; 1991 e 2000.

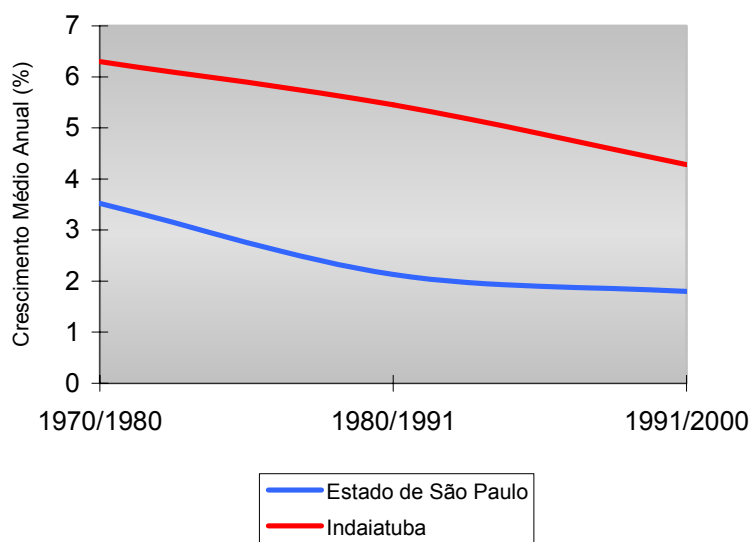
Organizado por: ALVES, A. 2001.

A tabela permite observar que durante o período de 1970 a 1980 a população do município de Indaiatuba quase duplicou, passando de 30.555 para 56.234 habitantes, com um aumento relativo de 84.2% da população total. Já na década de oitenta, a população do município teve um incremento de 44.579 habitantes, apresentando um crescimento relativo de 79,3% e chegando a um total de 100.813 habitantes.

No período de 1991 a 2000, a população municipal manteve a tendência de aumento, embora a velocidade deste crescimento tenha diminuído ligeiramente, apresentando um crescimento relativo de 45,8% no total da população. A população total de Indaiatuba para 2000, segundo a Fundação IBGE, era de 147.050 habitantes.

Ao se comparar as taxas de crescimento da população total de Indaiatuba com aquelas apresentadas pelo estado de São Paulo, entre 1970 e 2000, nota-se que o ritmo de crescimento de Indaiatuba foi mais dinâmico que o do estado (Figura 04).

Figura 04. Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População. Estado de São Paulo e Indaiatuba. Período 1970/2000



Fonte: Fundação IBGE: Censos Demográficos 1970; 1980; 1991 e 2000.
Organizado por ALVES, A. 1999.

Na década de setenta, por exemplo, enquanto a taxa média geométrica estadual foi de 3,52% ao ano, a do município apresentou média anual de 6,3%. A mesma tendência pode ser observada nas décadas de oitenta e noventa, quando o estado de São Paulo apresentou taxas de crescimento anual de 2,13% e 1,80 e Indaiatuba de 5,45% e 4,28%, respectivamente. Estas taxas resultaram numa média de crescimento anual para o município de 5,37% durante o período de 1970 a 2000, o que resultou em um incremento absoluto de 116.513 habitantes.

5.1. Componentes do Crescimento Populacional

Pode-se dizer que a evolução da população ocorre em função de dois componentes: o vegetativo ou natural, que consiste na diferença entre os níveis de natalidade e mortalidade da população, e um componente externo, que é a migração. A influência destes componentes na dinâmica demográfica no município de Indaiatuba é o assunto que se discutirá a seguir.

5.2. Crescimento Migratório

As sociedades humanas convivem diretamente com a mobilidade das populações ao longo da história as correntes migratórias têm sido constantes. Vista como uma das causas de mudança nos padrões de qualidade de vida, a migração¹⁶ é um dos componentes-chave para a análise e descrição da dinâmica espacial.

Os primeiros estudos que associaram a migração com o poder de atração dos centros urbanos foram realizados por RAVENSTEIN (1889). Ao publicar as suas "*Leis de Migração*", este autor deixou claras as relações existentes entre os movimentos populacionais e a importância dos centros urbanos como focos de atração migratória. Além disso, RAVENSTEIN ressalta que entre os fatores que incentivam os movimentos migratórios, nada se compara ao

¹⁶ No presente trabalho estamos considerando a migração como forma de mobilidade populacional entre uma unidade geográfica e outra, envolvendo mudança permanente de residência.

desejo inerente do Homem por melhorar suas condições de vida. O autor sintetiza sua teoria com o raciocínio de que se a migração significa vida e progresso, uma população sedentária expressa estancamento.

Por outro lado, não podemos deixar de considerar algumas dificuldades decorrentes dos processos migratórios. Em muitos casos, as localidades receptoras de migrantes não estão preparadas para atender às necessidades desta população, principalmente no que se refere à infra-estrutura urbana. O crescimento descontrolado da população é um dos fatores que mais contribuem para a deterioração da qualidade de vida.

O fluxo de migrantes que o município de Indaiatuba recebeu no período de 1970 a 2000 é decorrente da combinação de dois importantes fatores: de um lado, o efeito da expulsão de outras áreas do país, sobretudo de outros municípios do estado de São Paulo; de outro, os fatores de atração populacional do município, como a forte industrialização, que desenvolve a possibilidade de emprego (atração de mão-de-obra) e o caráter urbano que supõe uma ampla gama de serviços e equipamentos urbanos.

Os movimentos migratórios podem ser considerados como o principal responsável pelo importante aumento populacional do município, sobretudo na área urbana, e pela configuração da nova dinâmica demográfica. A maneira pela qual os migrantes foram instalados é um aspecto fundamental para entender as mudanças na organização espacial e da qualidade de vida do município. Portanto, devemos considerar a migração como um instrumento de importância social e econômica, e não somente como um dado quantitativo no quadro das populações.

No período entre 1970 e 1980, o município de Indaiatuba apresentou um crescimento absoluto de 25.700 pessoas na população total, sendo 71% representados pelo crescimento migratório e 29% pelo incremento vegetativo.

Entre 1980 e 1991, Indaiatuba registrou um crescimento absoluto da população bastante significativo: 44.579 habitantes. Neste valor, o componente migratório teve participação de 65,9% contra 34,1% do componente vegetativo (Tabela 03).

Tabela 03. Componentes do crescimento populacional de Indaiatuba. Período 1970 a 1996.

Ano	População	Crescimento Absoluto			Crescimento Relativo (%)		
		Total	Vegetativo	Migratório	Total	Vegetativo	Migratório
1970	30.537	-	-	-	-	-	-
1980	56.234	25.697	7.449	18.251	84,16	28,98	71,02
1991	100.813	44.579	15.199	29.380	79,27	34,09	65,91
1996	121.906	21.093	5.945	15.148	46,50	28,18	71,82

Fonte: Fundação IBGE: Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e Contagem Populacional 1996.
Organizado por: ALVES, A. 2001.

Os dados da Contagem Populacional de 1996 revelaram que entre 1991 e 1996 o crescimento da população migrante declinou. Entretanto, o seu significado relativo para o conjunto da população aumentou, representando 71,8% do total de crescimento.

Os constantes fluxos migratórios que Indaiatuba recebeu nas últimas décadas contribuíram para o aumento da participação da população não-natural no município, como pode ser visto na tabela 04.

Tabela 04. População total e população não-natural do município de Indaiatuba. Período 1970 a 1991.

Ano	População Total	Pop. Não-Natural do Município	Pop. Não-Natural/ Pop. Total (%)
1970	30.537	15.453	50,60
1980	56.234	34.827	61,93
1991	100.813	64.207	63,69

Fonte: Fundação IBGE: Censos Demográficos 1970, 1980 e 1991.
Organizado por: ALVES, A. 2001.

No período entre 1970 e 1980, a participação da população não-natural era de 34.827 pessoas, representando 61,93% da população total do município. Analisando a procedência da população não-natural, podemos considerar que as correntes migratórias eram compostas majoritariamente por fluxos intra-estaduais, representando 67,55% do total. Por sua vez, entre os fluxos interestaduais destacaram-se os seguintes estados: Minas Gerais (9,95%), Bahia (3,30%) e Paraná (11,55%). A forte presença da migração proveniente do próprio estado de São Paulo representa o início do processo de desconcentração das atividades industriais da capital em direção ao interior.

No intervalo entre 1980 a 1991, Indaiatuba registrou o seu mais elevado percentual de participação da população não-natural, com 63,69%, totalizando 64.007 pessoas. Deste total, os fluxos migratórios originários do próprio estado de São Paulo (intraestaduais) foram responsáveis por 55,50%, tendo os interestaduais respondido por 44,50%.

Confirmando a tendência dos anos oitenta, os estados que apresentaram a maior participação de migrantes na composição populacional de Indaiatuba foram o Paraná com 19,55%, Minas Gerais com 9,91% , Bahia com 5,27% e Pernambuco com 2,02% (Tabela 05).

O estudo realizado por ALVES (1997:75), analisa as causas do processo migratório Paraná-Indaiatuba e destaca os principais motivos que incentivaram esta corrente migratória. Segundo a autora, a partir dos anos setenta Indaiatuba iniciou seu processo de reestruturação econômica fundamentada na expansão industrial, configurando-se como um foco de geração de empregos e conseqüente atração populacional. Neste contexto, a população migrante do Paraná trouxe a mão-de-obra necessária para o desenvolvimento econômico e industrial do município.

Enfim, pode-se considerar que qualquer tentativa para entender a dinâmica demográfica de Indaiatuba envolve a temática migratória, tanto pelas mudanças causadas na estrutura demográfica quanto pelas implicações de ordem social e econômica, já que a migração contribui para o aumento da demanda por emprego, habitação, saúde, serviços de infra-estrutura, etc., comprometendo a qualidade de vida da população como um todo.

Tabela 05. Pessoas não-naturais do município de Indaiatuba, por lugar de nascimento, 1970-1991.

Lugar de Nascimento	1970		1980		1991	
	n.º	(%)	n.º	(%)	n.º	(%)
População não-natural	15.165	100,00	34.827	100,00	64.007	100,00
Região Sudeste						
São Paulo	13.357	88,08	23.526	67,55	35.526	55,50
Minas Gerais	1.062	7,00	3.465	9,95	6.341	9,91
Rio de Janeiro	55	0,36	116	0,33	279	0,44
Espírito Santo	26	0,17	65	0,18	167	0,26
Região Sul						
Paraná	304	2,00	4.022	11,55	12.513	19,55
Santa Catarina	16	0,11	92	0,26	136	0,21
Rio Grande do Sul	9	0,06	52	0,15	201	0,31
Região Centro-Oeste						
Mato Grosso	64	0,42	194	0,32	185	0,29
Mato Grosso do Sul	32	0,21	112	0,12	241	0,38
Goiás	0	0	40	0,11	132	0,21
Região Nordeste						
Bahia	131	0,86	1.149	3,30	3.376	5,27
Pernambuco	36	0,24	442	1,27	1.296	2,02
Alagoas	23	0,15	411	1,18	869	1,36
Sergipe	4	0,03	266	0,76	373	0,58
Ceará	4	0,03	184	0,53	899	1,40
Paraíba	4	0,03	154	0,44	366	0,57
Piauí	0	0	49	0,14	228	0,36
Rio Grande do Norte	0	0	41	0,12	65	0,10
Maranhão	0	0	30	0,09	31	0,05
Região Norte						
Pará	0	0	39	0,11	69	0,11
Amazonas	0	0	3	0,01	0	0
Rondônia	0	0	0	0	56	0,09
Exterior	38	0,25	521	1,50	414	0,65
Brasil s/especificação	0	0	7	0,02	67	0,10
Naturalizados Brasileiros	0	0	0	0	177	0,28

Fonte: Fundação IBGE: Censos Demográficos 1970, 1980 e 1991.

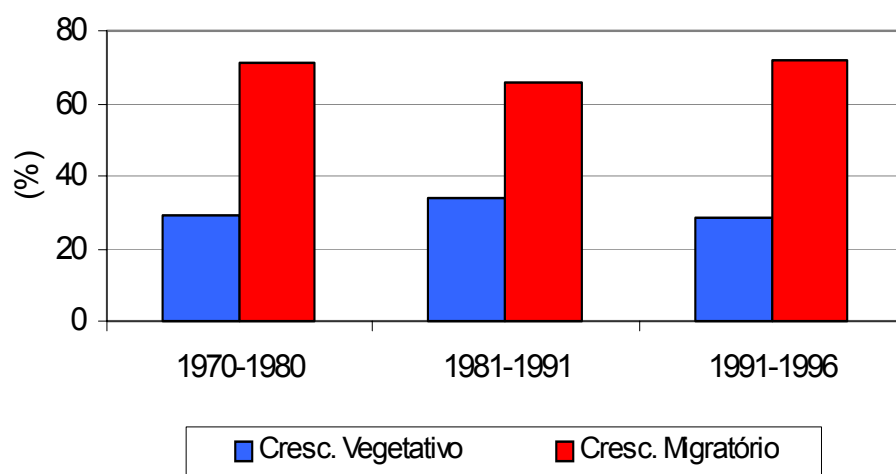
Organizado por: ALVES, A. 2001.

5.3. Crescimento Vegetativo

Primeiramente, é importante considerar que o componente vegetativo pode influenciar o ritmo de crescimento populacional de três formas diferenciadas: através do acréscimo populacional decorrente dos nascimentos (fecundidade), pela sobrevivência da população (mortalidade) e, indiretamente, pelo efeito conjunto que estas duas variáveis exercem sobre a estrutura populacional segundo sexo e idade. Ao analisar a evolução do crescimento vegetativo no município nas últimas décadas, constata-se que ocorreu um acentuado declínio nas taxas de crescimento deste componente. Sempre que possível, se utilizarão comparações dos dados municipais com os estaduais para termos um ponto de referência.

Se compararmos a contribuição do componente vegetativo com o migratório no crescimento populacional do município de Indaiatuba durante o período de 1970 a 2000, verificaremos que a contribuição do componente vegetativo é cada vez menos significativa (Figura 05).

Figura 05. Componentes do crescimento para o município de Indaiatuba (1970 a 1996)



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e Contagem Populacional 1996.

Organizado por: ALVES, A. 2001.

A fecundidade está associada à procriação humana, em termos do número efetivo de filhos em relação às mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos). Do ponto de vista demográfico, a análise da fecundidade é importante para verificar a tendência dos nascimentos e, conjuntamente com a mortalidade e as migrações, o crescimento e a estrutura da população. Ademais, o número de filhos por mulher está estreitamente relacionado com aspectos tais como a saúde materno-infantil e a estrutura de formação das famílias.

De acordo com a tabela 06, a taxa de fecundidade geral¹⁷ no município passou de 104,32 por mil habitantes em 1980 para 73,39 por mil em 1997. Este processo de diminuição da fecundidade em Indaiatuba não representa um fato isolado, mas se insere em um panorama brasileiro e mundial. O aumento da participação da mulher no mercado de trabalho e no sistema de ensino permite um maior acesso às informações sobre os métodos de planificação familiar.

Tabela 06. Taxa de fecundidade geral para o estado de São Paulo e para o município de Indaiatuba. Período 1980 a 1997.

Ano	Taxa de fecundidade geral esta São Paulo (%)	Taxa de fecundidade geral Indaiatuba (%)
1980	108,53	104,32
1991	75,42	84,90
1994	73,96	79,00
1997	71,21	73,39

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE.

Organizado por: ALVES, A. 2001.

Ao compararmos a taxa de fecundidade do estado de São Paulo com a de Indaiatuba, observamos que a partir do anos noventa a taxa do município

¹⁷ Taxa Geral de Fecundidade: expressa o número médio de filhos que uma mulher teria durante sua vida fértil (15 a 49 anos).

permanece mais alta. Este fato pode ser justificado pelo elevado volume de migrantes que o município vem recebendo desde a década de setenta.

De um modo geral, regiões que possuem elevada participação migratória apresentam uma queda mais lenta na taxa de fecundidade. Isto ocorre porque a população migrante geralmente é proveniente de áreas menos desenvolvidas, onde as mulheres, de um modo geral, possuem um número maior de filhos.

A diminuição da taxa de fecundidade está diretamente relacionada à queda da taxa de natalidade¹⁸ (Tabela 07). Desde a década de oitenta, a taxa de natalidade vem apresentando declínios, passando de 26,79% em 1980 para 19,02% em 2000.

Tabela 07. Taxas de Natalidade para o município de Indaiatuba, 1980 a 2000.

Ano	Taxa de natalidade estado de São Paulo (%)	Taxa de natalidade Indaiatuba (%)
1980	28,80	26,79
1985	25,05	22,08
1990	21,23	23,52
1995	20,13	20,53
2000	18,95	19,02

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE.

Organizado por: ALVES, A. 2002.

Esta diminuição se reflete na composição da população total, através do menor peso das faixas etárias iniciais na estrutura populacional, propiciando uma maior representatividade da população com mais de 60 anos e,

¹⁸ Taxa de Natalidade: Quociente entre os nascidos vivos ocorridos em uma determinada unidade geográfica e período de tempo, e a população estimada na metade do período, segunda a fórmula: (nascidos vivos/população média do período) x 1000.

conseqüentemente, o fortalecimento do processo de envelhecimento demográfico.

Com relação à mortalidade geral¹⁹, pode-se observar uma importante queda desta taxa para o município nas últimas décadas, em especial ao que se refere à mortalidade infantil²⁰. Em 1980, a taxa de mortalidade geral foi de 7,46 por mil habitantes, passando, em 2000, para 5,59 por mil. A mortalidade infantil apresentou uma expressiva redução, passando de uma taxa de 76,36 em 1980 para 20,71 em 1999 (Tabela 08).

Tabela 08. Taxas de mortalidade geral e mortalidade infantil para o município de Indaiatuba. Período de 1980 a 2000.

Ano ²²	Taxa de Mortalidade Geral (%)		Mortalidade Infantil (%) ²¹	
	estado de São Paulo	Indaiatuba	estado de São Paulo	Indaiatuba
1980	6,92	7,46	50,93	76,36
1985	6,54	5,75	36,35	30,43
1990	6,65	6,01	31,19	25,99
1995	6,70	5,55	24,58	20,67
2000	6,44	5,59	16,97	18,68

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE.

Organizado por: ALVES, A. 2002.

¹⁹ A Taxa de Mortalidade Geral é definida como o quociente entre óbitos gerais e a população na metade do período, segundo a fórmula (óbitos gerais/população média do período) x 1000.

²⁰ Mortalidade infantil: corresponde ao número de óbitos de menores de um ano de idade (por mil nascidos vivos), em determinada área geográfica e período, e interpreta-se como a probabilidade de um nascido vivo morrer durante o seu primeiro ano de vida.

²¹ A taxa de mortalidade infantil corresponde ao número de crianças que não sobreviveram ao primeiro de vida em cada mil crianças nascidas vivas.

²² Os cartórios do Registro Civil do Estado de São Paulo enviam mensalmente à Fundação SEADE os mapas estatísticos contendo informações detalhadas sobre os eventos vitais: nascimentos, casamentos e óbitos. Infelizmente, a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) não dispõe de dados sobre o crescimento vegetativo anteriores à década de 1980.

A melhoria nos indicadores de mortalidade geral e mortalidade infantil ocorre, principalmente, em função dos avanços da medicina e da melhoria dos serviços de saneamento básico e saúde. De acordo com ALTMANN (1987:36), *“os níveis de mortalidade estão integrados no quadro de saúde da população, quadro este que, no fundo, reflete não só o comportamento biológico do indivíduo, mas as condições de vida da população.”*

Ao se comparar as taxas de mortalidade geral de Indaiatuba com as do estado de São Paulo, verifica-se (com exceção do ano de 1980) que os valores apresentados pelo município são mais favoráveis, demonstrando uma infra-estrutura médica e de saneamento básico mais eficiente. Também com exceção de 1980 a mortalidade infantil apresentou valores para Indaiatuba sempre mais baixos que os do estado. Em 2000, porém, este quadro foi invertido e o estado de São Paulo apresentou uma taxa de mortalidade infantil menor que a de Indaiatuba (16,97%; 18,68%, respectivamente). Com base nestes dados, acredita-se que a tendência para a mortalidade infantil em Indaiatuba é continuar diminuindo até atingir níveis iguais ou melhores que o do estado como um todo. É importante ressaltar que o desenvolvimento verificado nas taxas de mortalidade infantil está diretamente relacionado com o nível de instrução da mãe da criança.

Os resultados positivos apresentados por Indaiatuba quanto às taxas de mortalidade geral e infantil têm reflexo direto na esperança de vida ao nascer da população, como pode ser observado na tabela 09.

Tabela 09. Esperança de vida ao nascer (em anos) da população do município de Indaiatuba. Período de 1970 a 1991.

Ano	Esperança de vida ao nascer (em anos)
1970	56,71
1980	59,36
1991	66,77

Fonte: IPEA/FJP/FIBGE – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1998.
Organizado por: ALVES, A. 2001

A esperança de vida ao nascer corresponde ao número médio de anos que se espera que uma pessoa viva a partir do nascimento, se as condições de mortalidade existentes permanecerem constantes. Assim, quanto menor for a mortalidade, maior será a esperança de vida ao nascer.

No período entre 1970 e 1991 houve um aumento de 10 anos na esperança de vida ao nascer em Indaiatuba. Esta melhoria contínua está relacionada em grande parte à urbanização pois a maior disponibilidade dos serviços de saúde na área urbana implica em um controle mais eficiente das doenças de maior mortalidade. Apesar dos resultados positivos, o município ainda não atingiu os níveis considerados adequados pelas sociedades modernas.

6. Evolução da população rural e urbana

Nas últimas décadas, houve um predomínio da população urbana sobre a rural nos municípios brasileiros, acentuando cada vez mais o grau de urbanização. Os principais motivos que justificam esta mudança no comportamento da população decorrem da inserção da mecanização no campo geradora de desemprego e expropriadora dos pequenos produtores e, por outro lado, a perspectiva de melhores oportunidades na zona urbana.

O incremento populacional na zona urbana explica-se basicamente por três fatores: seu próprio crescimento vegetativo; a migração da população da zona rural e de outros municípios para a zona urbana; e, em pequena escala, da incorporação, no setor urbano, de áreas que em censos anteriores eram consideradas rurais. No caso de Indaiatuba, o processo de urbanização foi caracterizado pela migração da população da zona rural para a zona urbana e, sobretudo, pela migração da população de outras localidades para a zona urbana do município.

Como podemos observar na tabela 10, a evolução da urbanização no município foi marcante entre os anos de setenta e oitenta, quando a população urbana passou de 22.359 habitantes em 1970 para 44.484 em 1980. Entretanto, durante a década de oitenta acentuaram-se ainda mais as diferenças nos quadros urbano e rural. O Censo Demográfico de 1991 revelou uma taxa de urbanização

de 91,01% para o município, registrando 91.752 habitantes na zona urbana e 9.061 na rural.

Tabela 10 – População total por situação domiciliar, taxa de urbanização para o município de Indaiatuba. Período 1970 a 2000.

Ano	População Total	População Urbana	População Rural	População Urbana (%)	População Rural (%)	Taxa de Urbanização (%)
1970	30.537	22.359	8.196	73,18	26,82	73,18
1980	56.234	48.484	7.753	86,22	13,78	86,21
1991	100.813	91.752	9.061	91,01	8,99	91,01
2000	147.050	144.740	2.310	98,43	1,57	98,43

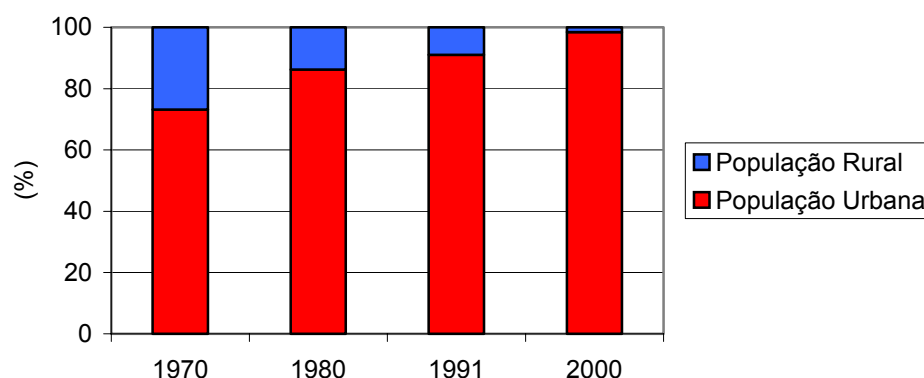
Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 1970; 1980; 1991 e 2000.

Organizado por: ALVES, A. 2002

De acordo com o Censo Demográfico 2000, Indaiatuba apresenta-se como um município predominantemente urbano, com uma população urbana 63 vezes maior que a população rural. A taxa de urbanização registrada nesta data alcançou os 98,43%, contando com 144.740 habitantes na zona urbana e 2.310 na zona rural. Devido a este forte processo de urbanização, o município vem apresentando a intensificação do processo de expansão e reorganização da malha urbana (Figura 06).

No período analisado, a população rural sofreu uma redução constante. Por outro lado, o elevado crescimento da população urbana demonstra que, além da incorporação da população proveniente do campo, o seu crescimento também ocorreu devido a contribuição da população migrante que se dirige diretamente à zona urbana. Este fato evidencia como a influência da migração pode modificar a distribuição espacial da população de uma determinada área.

Figura 06. Evolução relativa dos totais da população urbana e rural para o município de Indaiatuba, 1970 a 2000.



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 1970; 1980; 1991 e 2000.
Organizado por: ALVES, A. 2002.

Com relação à densidade demográfica, é importante destacar que em 1996 o município de Indaiatuba ocupava 311 km² e apresentava um total de 391,98 habitantes por km². Ao se observar os dados da tabela 11, verifica-se um considerável aumento nos valores da densidade demográfica do município nas últimas décadas. Este aumento está diretamente relacionado ao crescimento e à distribuição espacial de sua população, resultando em uma maior concentração de pessoas em um determinado espaço.

Tabela 11. Densidade demográfica para o município de Indaiatuba. Período 1970 a 1996.

Ano	Densidade Demográfica (Hab/Km ²)
1970	98,19
1980	180,82
1991	324,16
2000	472,83

Fonte: Fundação IBGE: Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.
Organizado por: ALVES, A. 2002.

Vale a pena considerar que a questão da densidade demográfica urbana é um aspecto importante para a avaliação da qualidade de vida. Isto porque a concentração populacional pode gerar mudanças nos padrões de comportamento entre os diferentes grupos sociais.

7. Estrutura por Sexo e Idade

7.1. Estrutura Etária

A estrutura etária da população Indaiatuba, até início da década de sessenta, apresentava características de uma população predominantemente jovem, resultado de uma longa trajetória de altos índices de fecundidade, com baixa participação da população idosa. Este quadro começou a mudar a partir da década de setenta, através de transformações ocorridas no perfil social das mulheres, sobretudo das residentes na zona urbana, com sua inserção no mercado de trabalho, aumento no nível de escolaridade, maior acesso a métodos anticonceptivos e, conseqüente, redução do número de filhos.

Porém, esta mudança somente apresentou resultados significativos a partir dos anos oitenta, com o estreitamento da base da pirâmide etária. A pirâmide da população é a forma mais utilizada para apresentar graficamente a estrutura de determinada população.

As figuras 07, 08 e 09 refletem a distribuição da população de Indaiatuba por sexo e idade para os anos de 1970, 1980 e 1991. Ao se comparar as pirâmides etárias de 1970 e 1991, o primeiro fato que se observa é a diminuição da participação das faixas etárias iniciais da pirâmide. Em Indaiatuba, a participação da população jovem, de 0 e 14 anos de idade, no total da população declinou de 36,14% em 1970 para 28,27% em 1991.

Figura 7. Pirâmide etária do município de Indaiatuba, 1970²³.

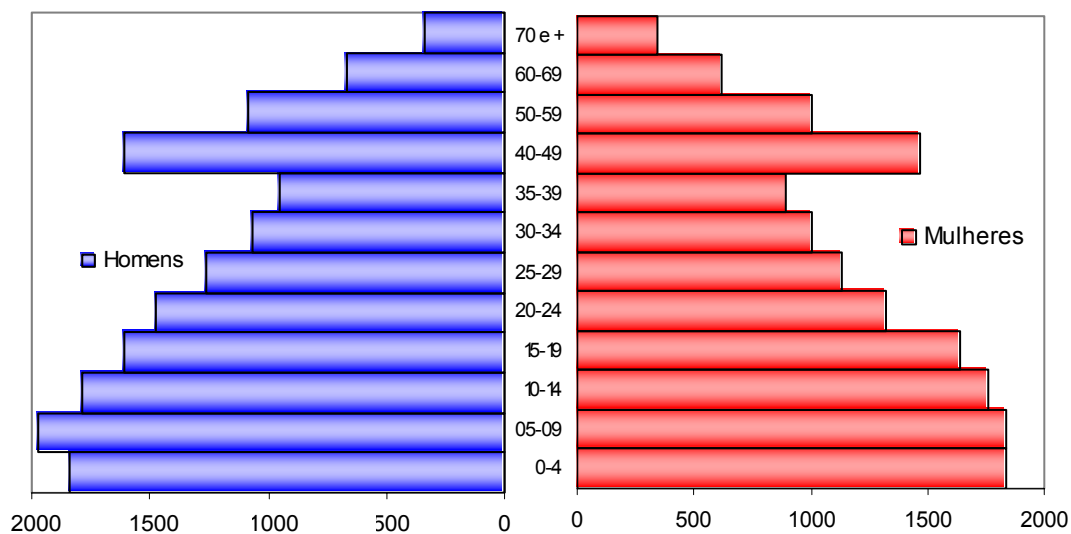
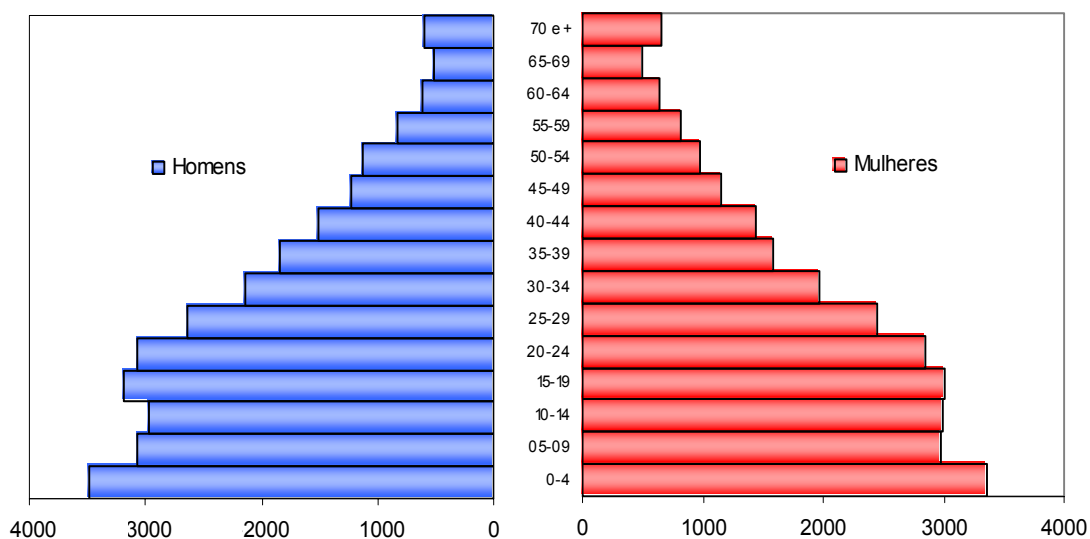
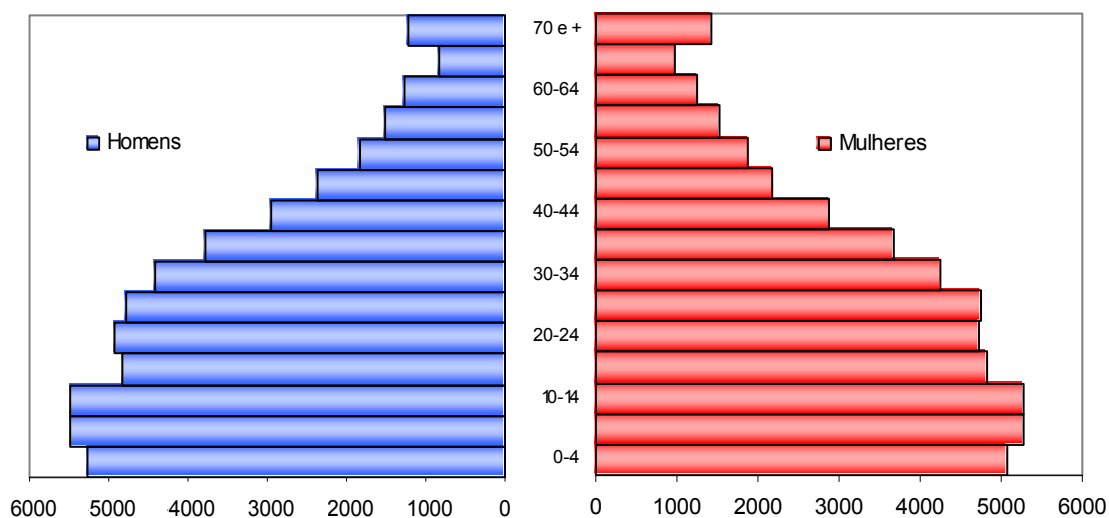


Figura 8. Pirâmide etária do município de Indaiatuba, 1980.



²³ É importante ressaltar que na pirâmide etária de 1970 os grupos de idade foram agrupados com intervalos de dez anos a partir de quarenta anos (40-49 anos, 50-59 e 60-69 e 70 e mais). Por este motivo, estes grupos etários destacam-se na composição total.

Figura 9. Pirâmide etária do município de Indaiatuba, 1991.



Fonte: Fundação IBGE: Censos Demográficos, 1970, 1980 e 1991.

Organizado por: ALVES, A. 2002

Este resultado demonstra a intensificação da prática anticonceptiva no município, que contribui para o declínio da natalidade e o conseqüente estreitamento de base da pirâmide, intensificando, desta forma, o processo de redução do peso relativo dos jovens no total da população.

O grupo de idade entre 15 e 60 anos também elevou sua participação. Em 1970, este grupo correspondia a 57,41% da população, evoluindo para 64,16% em 1996. O aumento da população adulta no município é influenciado pela inserção da população migrante em idade produtiva.

Outro resultado bastante interessante foi o aumento da participação da população idosa no período analisado. O grupo de 60 anos e mais obteve aumento entre 1970 a 1996, passando de 6,45% para 7,57% neste período. Os avanços da medicina, a melhoria da qualidade de vida e o declínio da fecundidade apresentaram como resultado o acréscimo de pessoas idosas. Assim, a população de 60 anos e mais, que em 1970 representava um valor absoluto de 1.969 pessoas, passou em 1996 a contar com um total de 9.210 pessoas.

A tendência futura é um aumento gradativo deste processo, ampliando cada vez mais a sobrevivência humana. É importante destacar que o município necessitará de serviços especiais nas áreas de saúde, lazer e locomoção que atendam às necessidades deste grupo etário.

7.1.2. Razão de Dependência

A relação entre a população que pertence aos grupos entre 0 e 14 anos e 60 anos e mais e o contingente populacional potencialmente ativo entre 15 e 59 anos permite calcular a Razão de Dependência Total, que se caracteriza, segundo a Contagem Populacional, como o peso da população jovem e idosa sobre segmento populacional que, em princípio, poderia estar exercendo alguma atividade produtiva.

Tabela 12. Grandes grupos populacionais, por grupos de idade, para o município de Indaiatuba Período 1970 a 1991.

Grandes Grupos Populacionais (%)	1970	1980	1991
0-14 anos	36,14	33,56	31,60
15 a 59 anos	57,41	60,17	61,50
60 anos e mais	6,45	6,27	6,90
Total	100,00	100,00	100,00
Razão de Dependência	62,27	60,25	56,27

Fonte: Fundação IBGE: Censos Demográficos 1970, 1980 e 1991.

Organizado por: ALVES, A. 2002.

Em 1970, a Razão de Dependência alcançava uma proporção de 62,27% de jovens e idosos em relação às pessoas em idade ativa. Em 1980, este valor declina para 60,25% e em 1991 segue uma trajetória descendente, apresentando participação de 56,27%. A partir deste quadro, podem-se constatar

dois aspectos diferenciados que possivelmente influenciaram neste resultado: o estreitamento da base da pirâmide etária, resultante da queda do índice de fecundidade e a inserção de migrantes em idade adulta, que contribui para uma maior participação do grupo etário entre 15 e 64 anos.

7.1.3. Razão de idade e sexo

A análise da estrutura da população por idade e sexo é outro aspecto de grande importância, pois permite conhecer as características básicas da população, visando a planificação dos serviços de infra-estrutura direcionados ao atendimento das necessidades específicas de cada grupo.

Ao se analisar a tabela 13, observa-se que a distribuição da estrutura populacional de Indaiatuba por sexo apresenta algumas características interessantes. Ao contrário do que ocorre na grande maioria dos municípios brasileiros, Indaiatuba apresenta uma proporção maior de homens na composição de sua população em todo o período analisado.

Em relação a este resultado, é válido considerar que o município proporciona maior oferta de postos de trabalho em setores de atividades em que tradicionalmente a maioria da mão-de-obra é masculina (como as indústrias mecânicas e as metalúrgicas, por exemplo).

Também é importante considerar o fato de Indaiatuba ter recebido uma importante corrente migratória nas últimas décadas, e em geral, estes movimentos populacionais são mais frequentes entre a população masculina. De acordo com MATOS (2000), nem todos os migrantes em potencial detêm as condições psicológicas e as qualidades necessárias para enfrentar as dificuldades associadas à separação do seu lugar de origem, gerando uma seletividade migratória.

Outro ponto a ser considerado é a diminuição da população masculina nos grupos de idade mais avançados em 1980 e 1991, o que pode ser explicado pela sobremortalidade masculina frequente entre a população mais velha.

Tabela 13. Distribuição da população do município de Indaiatuba por sexo e idade, 1970 a 1991.

Grupos de Idade	1970		1980		1991	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0-4	1843	1834	3492	3363	5263	5086
5-9	1971	1837	3075	2971	5483	5285
10-14	1789	1756	2964	2990	5499	5283
15-19	1606	1643	3185	3001	4837	4827
20-24	1473	1321	3069	2840	4938	4737
25-29	1266	1135	2636	2452	4783	4746
30-34	1063	1004	2148	1972	4419	4251
35-39	947	893	1847	1581	3771	3671
40-44	}1606	1470	1506	1438	2949	2878
45-49			1223	1158	2356	2174
50-54	}1088	1007	1129	980	1832	1877
55-59			836	812	1516	1519
60-64	}669	618	618	632	1278	1240
65-69			516	500	830	973
70 e +	342	340	596	660	1215	1432
Idade Ignorada	4	12	23	24	0	0
Total	15667	14870	28863	27374	50969	49979

Fonte: Fundação IBGE: Censos Demográficos 1970, 1980 e 1991.

Organizado por: ALVES, A. 2002.

IV. Conhecendo os atores sociais

Temos que nos concentrar, como nunca, na melhoria das condições dos indivíduos, homens e mulheres, que dão ao estado ou à nação a sua riqueza e o seu carácter.

Kofi Annan (PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano, 2002:14)

1. Pesquisa de Campo: a construção metodológica

No estudo da qualidade de vida, necessitamos considerar qual a estrutura espacial de referência a ser utilizada para análise. O espaço geográfico pode ser dividido em diversas áreas (residência, bairro, cidade, região, país, etc.) e a seleção da unidade territorial apropriada deve ser realizada de acordo com os interesses específicos da pesquisa.

Com o objetivo de melhorar o conhecimento sobre a qualidade de vida dos moradores do *Jardim Morada do Sol*, foi realizada uma pesquisa de campo através de entrevistas junto aos moradores do bairro. Acredita-se que as respostas dadas pelos moradores poderão constituir uma ferramenta efetiva de apoio à gestão e ao planejamento urbano na área, visando melhorar a qualidade de vida da população.

Na abordagem de MINAYO (1996), a pesquisa de campo é uma atividade básica das ciências, caracterizando-se como uma tentativa de aproximar o trabalho científico à realidade vivida. Como a qualidade de vida possui forte característica subjetiva, a pesquisa de campo foi importante para conjugar as informações de caráter mais objetivo com a percepção dos moradores.

Através dos resultados obtidos nas entrevistas, fez-se uma leitura sobre a percepção e interpretação que os moradores têm sobre alguns indicadores de qualidade de vida no bairro. CARVALHO (1997), argumenta que a necessidade da pesquisa de campo deve ser ressaltada não somente para o auxílio, checagem e interpretação dos dados, mas para a consideração da imagem formada pela população acerca dos problemas existentes na qualidade de vida e das prioridades de intervenção.

Ainda deve-se considerar que o estudo da qualidade de vida, apesar de ser um tema muito discutido na atualidade, é carente de pesquisas que levem em consideração a percepção individual e coletiva da população envolvida.

Primeiramente, foi elaborado um formulário teste que foi aplicado em vinte residências. Através da análise das respostas coletadas junto aos entrevistados, foi possível verificar os pontos falhos e corretos deste formulário e, a partir disto, elaborar um formulário definitivo que se encontra em anexo. O

formulário final contém uma introdução explicativa, que informa ao entrevistado as razões pelas quais a pesquisa está sendo realizada e a importância da sua colaboração.

O formulário possui, além do quadro com as características gerais da família, um total de dezessete perguntas. Este número de perguntas foi considerado adequado, pois é sabido que formulários muito extensos não são bem aceitos pelos entrevistados. As perguntas estão relacionadas às condições de vida existentes do bairro, comuns para todos os moradores e que condicionam a vivência no bairro.

A estrutura do formulário foi organizada em três grupos de questões. O primeiro compreende um quadro com as características gerais da família, envolvendo questões sobre características pessoais, tais como: idade, relação com o chefe do domicílio, sexo, estado civil, naturalidade, município e estado de última residência, nível de escolaridade e condição de trabalho.

O segundo grupo de questões aborda a mobilidade espacial, relações de parentesco no bairro e situação econômica do entrevistado. Já o terceiro envolve perguntas de caráter subjetivo, com a finalidade de obter informações sobre o grau de satisfação da população com relação aos equipamentos de infraestrutura existentes, nível de satisfação com o bairro onde vive e com a administração pública municipal. Esta parte do formulário contém os seguintes enfoques: acesso a serviços educacionais; acesso e utilização de serviços de saúde; condição de habitação; lazer; segurança pública; transporte público; percepção de poluição; áreas de lazer e atuação do poder público.

É importante registrar algumas dificuldades observadas quando da realização da entrevista direta. Em primeiro lugar, a pesquisadora aplicou os formulários de entrevista sozinha, buscando, através deste esforço, conhecer as circunstâncias nas quais as entrevistas aconteceram, ou seja, captando a expressão oral e corporal do entrevistado e a ênfase dada nas respostas. Este procedimento, apesar de ser muito importante para a avaliação da qualidade das respostas, implicou em um trabalho exaustivo, visto que a amostra foi distribuída por toda área do bairro, exigindo que se realizassem vários deslocamentos.

Outro obstáculo com relação à entrevista, ocorreu com a inadequada compreensão da pergunta de número dezesseis do formulário, que se referia ao grau de satisfação com a atuação do poder público no bairro pesquisado. Em

muitos casos, os entrevistados associaram “*atuação do poder público*” com a pessoa física do prefeito, e não com o trabalho realizado pelo poder público. Este fato influenciou nas respostas, tanto positiva quanto negativamente. Isto porque, em muitas entrevistas, as pessoas que possuíam simpatia pelo prefeito respondiam que estavam satisfeitas. Em caso contrário, pessoas que possuíam sentimento de antipatia pela pessoa do prefeito respondiam que estavam insatisfeitas com a atuação do poder público no bairro.

1.1. Determinação da área amostral para a pesquisa de campo

Na delimitação da área para a pesquisa de campo, optou-se pelo Jardim Morada do Sol. Esta escolha justifica-se pelo fato deste bairro apresentar características relevantes no contexto da cidade, entre as quais pode-se citar: o processo de rápida ocupação territorial e as transformações na paisagem e na vida urbana de seus moradores nos últimos vinte anos; a alta concentração populacional e a ocupação predominantemente de migrantes; presença de problemas sociais e de infra-estrutura acentuados.

O *Jardim Morada do Sol*, localizado na zona sul da cidade (mapa 02), foi criado a partir de um grande loteamento no ano de 1980. O surgimento deste bairro contribuiu para a expansão da malha urbana da cidade e ao mesmo tempo foi responsável por uma reorganização sócio-espacial de grupos populacionais provenientes de outros bairros que se mudaram para esta área. Além disto, o bairro também passou a ser escolhido como local de moradia para muitos migrantes de baixa renda que se mudavam para Indaiatuba.

A ocupação do bairro ocorreu de maneira rápida, alterando a paisagem local e inserindo um novo padrão de valorização imobiliária na cidade. Na década de oitenta, os preços dos lotes no bairro eram relativamente baratos²⁴ devido à considerável distância do bairro ao centro da cidade (aproximadamente 12 quilômetros) e pela baixa cobertura de equipamentos de infra-estrutura básica, como asfalto, rede de transportes, serviços de saúde, escolas, entre outras.

²⁴ Na época o valor de cada lote era de Cr\$ 48 mil, ou seja, aproximadamente R\$ 1,5 mil (Jornal Tribuna de Indaiá de 25 de março de 2000: Cidade. Morada do Sol faz 20 anos de migração paranaense).

MAPA MORADA DO SOL figura 10

Figura 10. Evolução histórica da ocupação urbana da cidade de Indaiatubada e localização do Jardim Morada do Sol.

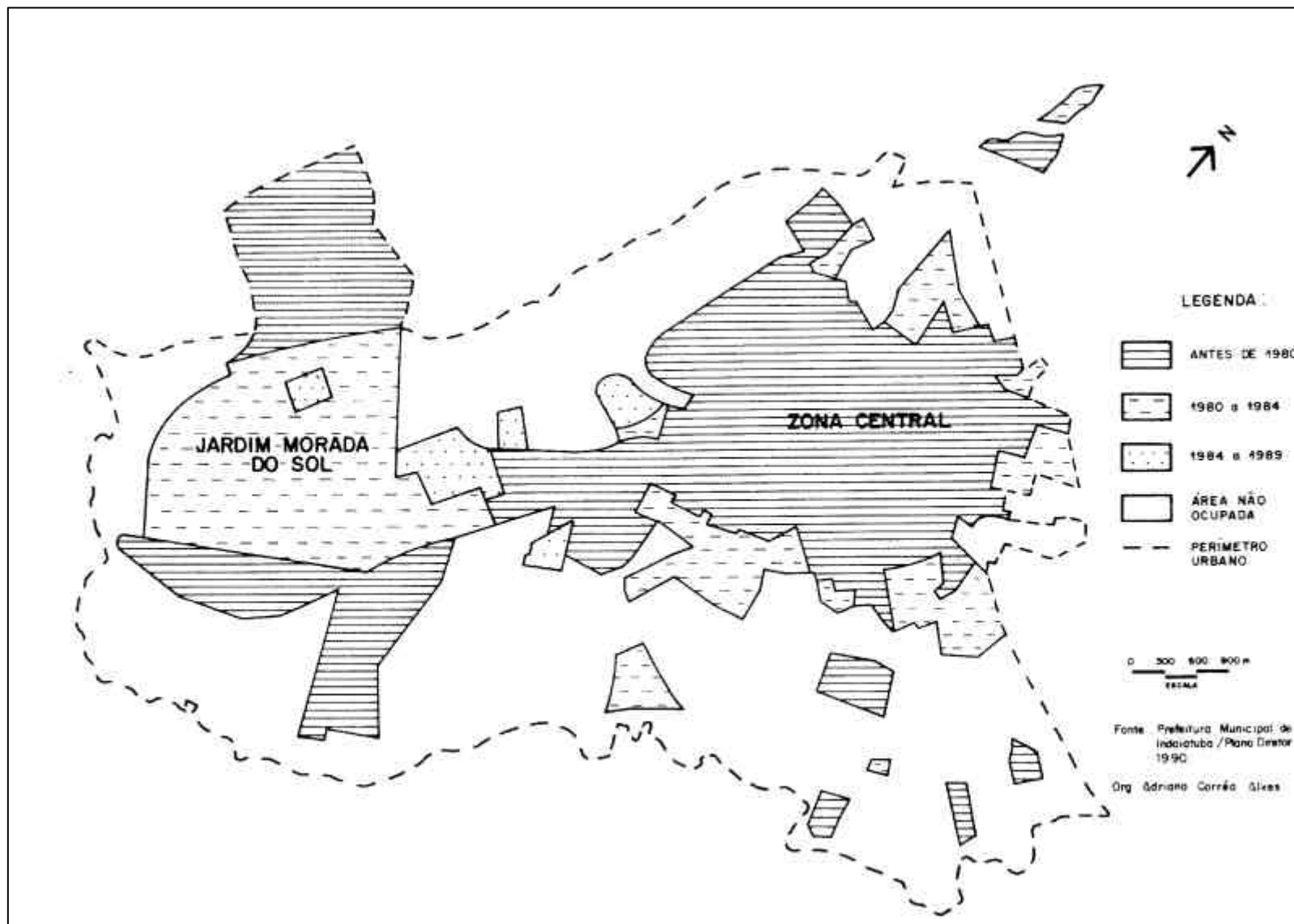


Foto 03. Vista do Jardim Morada do Sol, Indaiatuba, São Paulo, Brasil, 2000.



Foto: Adriana Corrêa Alves, 2000.

Foto 04. Vista do Jardim Morada do Sol, Indaiatuba, São Paulo, Brasil, 2000.



Foto: Adriana Corrêa Alves, 2000.

Outro fator determinante para a ocupação deste bairro foi a sua proximidade com o Distrito Industrial, o que facilitava o acesso dos seus moradores ao local de trabalho. A instalação de várias indústrias no Distrito Industrial a partir da década de setenta favoreceu a oferta de emprego e atraiu, além da população local, muitos migrantes.

Tabela 14. Tipos de ocupação dos lotes do *Jardim Morada do Sol*, 2000.

Tipo de ocupação	Quantidade
Residencial	8.842
Comercial	971
Prestação de Serviços	157
Templo	28
Indústria	17
Educação	15
Lazer/cultura	5
Especial	2
Postos de Abastecimento	2
Terrenos Vagos	2.928
Total Geral	12.967

Fonte: Departamento de Cadastro Imobiliário. Secretaria de Planejamento, Prefeitura Municipal de Indaiatuba, 2000.

Organizado por: ALVES, A. 2001.

Desde a sua formação, o *Jardim Morada do Sol* vem apresentando acentuado crescimento demográfico. Atualmente, sua população é composta predominantemente por migrantes, provenientes sobretudo do estado do Paraná²⁵. Segundo matéria do jornal “*Tribuna de Indaiá*”, de 25 de março de 2000, “*Morada do Sol faz 20 anos de migração paranaense*”²⁶, a chamada publicitária utilizada no lançamento do loteamento para atrair interessados em

²⁵ Sobre esta corrente migratória ver: ALVES, 1997.

²⁶ Gilson Tristão. *Morada do Sol faz 20 anos de migração paranaense*. Tribuna de Indaiá/Caderno Cidade, p. 10, 25 de março de 2000.

adquirir um imóvel no novo loteamento era a seguinte: *“Loteamento popular sem entrada mesmo”* .

Passados mais de vinte anos desde a sua formação, o *Jardim Morada do Sol* é o maior bairro do município com 8.842 residências e, também, o mais populoso, com aproximadamente quarenta e quatro mil habitantes, ou seja, aproximadamente um terço da população total do município. Apesar de demonstrar características de ascensão, o bairro possui população de baixa renda e problemas com os equipamentos de infra-estrutura urbana, que comprometem a qualidade de vida de seus moradores.

1.2. Metodologia para definição da amostra pesquisada

Para a realização da pesquisa de campo foi necessário delimitar uma área de amostra a ser utilizada no bairro selecionado para a aplicação das entrevistas, já que um levantamento completo seria inviável, devido à restrição de tempo para o desenvolvimento do trabalho. Neste ponto surge a dúvida sobre a definição do tamanho da amostra, ou seja: quantas unidades amostrais deveriam ser selecionadas para que a pesquisa de campo apresentasse um certo grau de confiança?

Para a solução deste problema, optou-se pela adoção de um processo de amostragem espacial, que permitisse a seleção de pontos no espaço que merecessem investigação direta através das entrevistas. Segundo GERARDI & SILVA (1981:18), *“é impossível ou inadequado trabalhar com todos os elementos que o compõem de tal forma que o pesquisador se vê obrigado a selecionar, do total, uma parte ou amostra para suas análises”*.

Para a execução deste procedimento utilizou-se a amostragem sistemática que possibilita retirar do universo pesquisado a seleção de uma situação determinada. De acordo com GERARDI & SILVA (1981:14), a amostragem sistemática consiste na *“escolha aleatória da primeira unidade amostral e seleção das unidades subseqüentes através de um intervalo uniforme, constante e pré-estabelecido”*.

A amostra foi obtida seguindo as orientações do livro de GIL (1991), que apresenta uma fórmula para o cálculo do tamanho da amostra para

populações finitas, ou seja, quando a população pesquisada não ultrapassa 100.000 elementos:

$$\frac{n = \sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 \cdot (N-1) + (\sigma^2 \cdot p \cdot q)}$$

Onde:

n = tamanho da amostra

σ = nível de confiança escolhido, expressos em números de desvios padrão

(nível de confiança de 95% = 2 desvios padrão)

p = percentagem com a qual o fenômeno se verifica

(quando não se tem certeza usa-se 50%)

q = percentagem complementar (100-p)

N = tamanho da população ou nº de residências

e = erro máximo permitido

Considerando:

Nível de confiança de 95% ($\sigma = 2$)

Erro máximo permitido de 10% (e = 10)

Cálculo da amostra para o *Jardim Morada do Sol*, que possui 8842 residências:

$$\frac{n = \sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 \cdot (N-1) + (\sigma^2 \cdot p \cdot q)}$$

$$n = \frac{2^2 \cdot 50 \cdot 50 \cdot 8842}{10^2 \cdot (8842-1) + (2^2 \cdot 50 \cdot 50)}$$

$$n = 99$$

Assim, para N = 8842 residências, tem-se uma amostra (n) = 99 residências

1.3. Distribuição da Amostra

Conhecendo o tamanho da amostra a ser utilizada no bairro, a próxima etapa constituiu-se na adoção de alguns procedimentos para a distribuição da mesma, ou seja, estabelecer um intervalo constante para a seleção das unidades amostrais, que nesta pesquisa são representadas pelas unidades residenciais.

Assim, através do número total de elementos da população (N) e o número de elementos que desejamos retirar da amostra (n), pode-se estabelecer um intervalo constante:

$$K = N / n$$

Onde: K = intervalo

N = população

n = amostra

Distribuição amostral para o *Jardim Morada do Sol*, que possui uma população (N) de 8842 residências e uma amostra (n) de 99 unidades:

$$K = N / n$$

$$K = 8842 / 99$$

$$K = 89$$

Desta maneira, deve ser retirado um elemento a cada 89 residências, sendo que o início do processo deve obedecer ao princípio da aleatoriedade. No bairro foram entrevistadas 99 famílias, totalizando 452 pessoas entrevistadas.

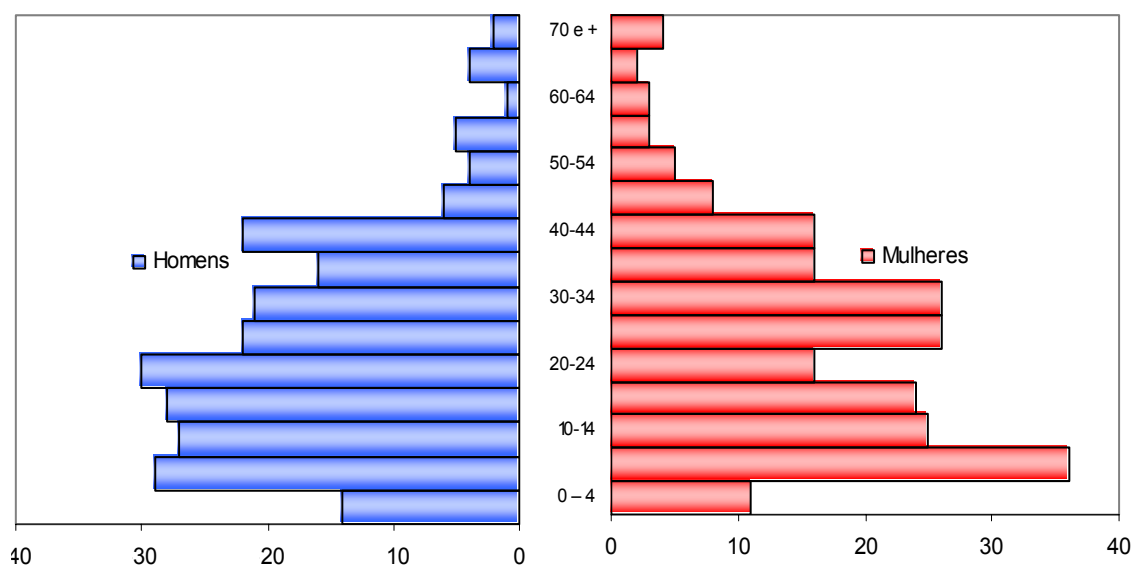
2. Apresentação dos resultados

A pesquisa de campo permite uma interação social entre o pesquisador e a pessoa entrevistada, e as informações coletadas possuem por objetivo o diagnóstico e a orientação de questões relevantes para a pesquisa. Além disso, a pesquisa de campo fornece um conhecimento mais aprofundado da realidade estudada, na medida que a análise dos dados vai revelando a percepção dos moradores sobre a qualidade de vida.

2.1. Estrutura da população por sexo e idade

A análise da estrutura de sexo e idade caracteriza-se como um elemento muito importante na definição do perfil demográfico da população estudada, pois representa uma síntese das mudanças ocorridas. Além disto, possibilita a avaliação estrutural da população economicamente ativa, a execução de projeções de fecundidade e do próprio crescimento natural da população. O anexo II contém uma tabela com a distribuição da população entrevistada no bairro, por sexo e idade.

Figura 11. Pirâmide etária da população entrevistada no *Jardim Morada do Sol*, 2000.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000
Organizado por: ALVES, A. 2000.

O primeiro aspecto observado nesta pirâmide etária é a forma distinta que ela possui. Ao se comparar a forma desta pirâmide com a do modelo típico da população brasileira (com a base mais larga e topo estrito), verifica-se que ela está completamente diferente do padrão, apresentando muitas variações entre os grupos de idade. São verificadas três tendências relevantes: diminuição dos níveis de fecundidade, crescente concentração da população nas faixas etárias entre 15 e 24 anos e uma pequena participação da população idosa.

A diminuição da fecundidade pode ser nitidamente observada através da menor proporção de crianças entre 0 e 04 anos, comparando-as com os grupos de idade entre 05 a 09 anos e de 10 a 14 anos, o que faz que exista um estreitamento da base da pirâmide. Este é o típico perfil da população onde o número de filhos por mulher vem diminuindo sensivelmente.

Além disto, nesta figura fica clara a inserção de migrantes na composição da população do bairro, pois as faixas etárias onde há maior concentração de pessoas são justamente as que se referem à população economicamente ativa. MATOS (2000) reconhece que existe uma seletividade

migratória, ou seja, geralmente migram aqueles mais aptos ao trabalho, a mão-de-obra jovem e solteira.

Também é importante destacar a pequena participação dos grupos de idosos no bairro, pois do total de entrevistados, apenas 3,50% eram pessoas com mais de 60 anos de idade, sendo sete homens e nove mulheres. Devido ao diferencial de mortalidade entre os sexos, que caracteriza-se pela tendência de maior mortalidade masculina que feminina, as mulheres tendem a apresentar uma maior participação nos grupos mais idosos.

2.2. Estado Civil

Outro atributo avaliado foi o estado civil da população entrevistada. A partir dos dados apresentados pela tabela 15, constata-se que no bairro *Jardim Morada do Sol* há uma predominância de pessoas solteiras, totalizando 56,64%. O fato da maior participação de pessoas solteiras neste bairro pode ser atribuído à elevada presença de população em faixas etárias mais jovens, entre 15 e 24 anos, como já foi destacado na análise da estrutura de sexo e idade.

Tabela 15. Distribuição da população entrevistada no bairro *Jardim Morada do Sol*, segundo o estado civil – 2000.

	<i>Jardim Morada do Sol (%)</i>		
Estado Civil	Total	Homens	Mulheres
Solteiro	56,64	31,17	33,94
Casado	32,52	61,47	51,58
Divorciado	2,43	1,30	3,62
Viúvo	3,32	0,87	5,88
Outros	5,09	5,19	4,98
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000

Organizado por: ALVES, A. 2000.

Um dado importante é que do total de pessoas solteiras, 60,55% eram migrantes, confirmando o perfil da mobilidade de pessoas jovens e solteiras que migram em busca de trabalho e melhores condições de vida. Além disto, também foi observado que na maior parte dos casos, a população natural que pertence à categoria de solteiros são filhos de migrantes que constituíram famílias em Indaiatuba após a migração.

As pessoas casadas totalizaram 32,52%, dos quais 92,24% eram de migrantes. Estes dados oferecem subsídios para uma reflexão sobre a influência da população migrante na composição da estrutura demográfica do bairro e seus reflexos na qualidade de vida da população do bairro como um todo.

2.3. Mobilidade populacional

Os movimentos populacionais são fenômenos importantes de serem analisados porque geram mudanças no contexto urbano, inserindo um novo tipo de cidadão, uma força de trabalho válida e disponível mas que ao mesmo tempo demanda uma infra-estrutura social, ambiental e física adequada. Neste sentido, uma importante contribuição sobre os efeitos da migração pode ser encontrada no trabalho de BODEMER et al. (1999:17):

Os efeitos que a migração tem numa cidade dependem, de um lado, da abertura que ela demonstre aos recém-chegados. Os migrantes são pessoas que sofrem discriminação no acesso ao solo, a moradia ou o mercado de capitais, e também são atores que lutam contra estas circunstâncias. De outro lado, os efeitos da migração na cidade dependem também das características específicas dos migrantes. Os recursos dos quais dispõe – dinheiro, educação e relação com redes sociais – têm influência no processo social e econômico de uma cidade. A chegada dos migrantes se traduz também num pluralismo étnico e nacional que, interpretado positivamente, oferece uma boa base para o desenvolvimento e a diversificação cultural, mas que também pode ser invocado para justificar a discriminação...

Os dados em análise revelam a importância da presença de não-naturais no *Jardim Morada do Sol*. Esta característica pode se observada através de variáveis como: naturalidade, local de última residência, tempo de residência no bairro e no município, e relação de parentesco no bairro.

Tabela 16. Distribuição da população entrevistada segundo a naturalidade – 2000.

Naturalidade	Jardim Morada do Sol	
	n.º absoluto	(%)
Indaiatuba	113	25,00
Estado de SP	120	26,55
PR	103	22,79
MG	29	6,42
BA	35	7,75
PE	18	3,98
CE	14	3,10
AL	10	2,21
SE	1	0,22
PB	2	0,44
PI	2	0,44
MT	1	0,22
MS	1	0,22
RJ	1	0,22
PA	1	0,22
Outro país	1	0,22
Total	452	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000

Organizado por: ALVES, A. 2000.

A tabela 16, demonstra a distribuição da população entrevistada segundo o local de naturalidade. No *Jardim Morada do Sol* 75,00% de sua população é composta por migrantes. Destes, 35,40% são migrantes do próprio estado de São Paulo e, 30,38% do estado do Paraná. Apesar da predominância da migração proveniente destas duas áreas, vale considerar o peso relativo dos migrantes da Região Nordeste, considerada tradicionalmente como uma

importante fornecedora de migrantes para o estado de São Paulo. Como demonstra a tabela, 18,14% da população do *Jardim Morada do Sol* era originária de algum estado nordestino.

É importante ressaltar que o grande volume de migrantes provenientes do estado do Paraná residentes no *Jardim Morada do Sol* deve-se ao forte fluxo migratório que Indaiatuba recebeu deste estado a partir do final da década de setenta. ALVES (1997), ao analisar o fluxo migratório do Paraná para o município de Indaiatuba, afirma que com a crise do café no início da década de setenta muitas pessoas abandonaram o norte do Paraná e migraram para o estado de São Paulo, principalmente para a região de Governo de Campinas.

A análise dos dados sobre mobilidade populacional evidenciou a necessidade de avaliar se o modelo de crescimento populacional no qual a cidade de Indaiatuba está inserida, não está afetando a qualidade de vida de sua população. A problemática das correntes migratórias relaciona-se às questões econômicas e sociais, dos quais a maior parte dos problemas está associada com a segregação social, demanda de empregos e demanda de serviços de infraestrutura urbana. Para que o crescimento seja sustentável é necessário planejamento prévio levando em consideração as necessidades dos novos residentes.

2.4. Local de última residência

A partir da análise deste quesito, pode-se verificar a intensidade das correntes migratórias, bem como a ocorrência de migração de repetição. É importante estabelecer que o migrante proveniente de uma região diferente daquela do seu nascimento é mais propenso a migrar do que aquele que é originário, diretamente, da região onde nasceu. Isto se explica pelo fato do migrante de repetição ter na maioria dos casos, menos vínculos com as redes sociais do local de origem, sendo mais propenso à migração (tabela 17).

No *Jardim Morada do Sol*, o local de última procedência da população entrevistada concentrou-se em dois eixos principais: a população proveniente do próprio estado de São Paulo, com participação de 38,72%, e a população migrante do Paraná, com 23,45% do total. Vale mencionar que foi

observada baixa participação da migração de retorno no bairro, ou seja, população natural de Indaiatuba que declarou ter como último local de residência outro município, com apenas cinco pessoas nesta categoria.

Tabela 17. Distribuição da população entrevistada segundo a Unidade da Federação de última residência.

Última residência	Jardim Morada do Sol	
	n.º absoluto	(%)
Natural de Indaiatuba	106	23,45
estado de SP	175	38,72
PR	106	23,45
MG	19	4,21
BA	18	3,98
PE	8	1,77
CE	5	1,11
AL	7	1,55
PI	2	0,44
MT	3	0,66
RJ	0	0,00
RO	3	0,66
Outro país	0	0,00
Total	452	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000

Organizado por: ALVES, A. 2000.

2.5. Tempo de residência e relação de parentesco

A partir da análise do tempo de residência no município, pode-se verificar os períodos de maiores ou menores fluxos populacionais. Pode-se dizer que a mobilidade espacial da população pode ser considerada como um

indicativo das tendências de dinamismo das cidades e expansão do espaço urbano (tabela 18).

Tabela 18. Tempo de residência da população entrevistada no município de Indaiatuba.

Tempo de residência	Jd. Morada do Sol (%)
Sempre morou no município	7,07
Menos de 1 ano	3,03
1-2 anos	13,13
3-5 anos	14,14
6-9 anos	17,17
10-13 anos	23,23
14 anos e +	22,23
Total	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000

Organizado por: ALVES, A. 2000.

Através dos resultados apresentados na tabela 19, constata-se que a maioria dos entrevistados do *Jardim Morada do Sol* vivia no município há menos de 14 anos, ou seja, quase 80% dos moradores entrevistados. Estes dados demonstram a forte influência da migração que Indaiatuba recebeu durante a década de oitenta. Os entrevistados que declararam viver há mais de 14 anos em Indaiatuba totalizaram 22,23%. É importante notar a baixa incidência de entrevistados que declararam ter sempre morado no município, com apenas 7,07% do total.

Também buscou-se informações sobre o tempo de residência da população entrevistada no bairro *Jardim Morada do Sol* (tabela 19). A partir dos resultados, verifica-se que 73,74% dos entrevistados sempre viveram no bairro.

Tabela 19. Tempo de residência da população entrevistada no bairro de residência.

Tempo de residência no bairro	Jd. Morada do Sol (%)
Sempre morou no bairro	73,74
Menos de 1 ano	2,02
1-2 anos	6,06
3-5 anos	6,06
6-9 anos	7,07
10-13 anos	5,05
14 anos e mais	0
Total	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000

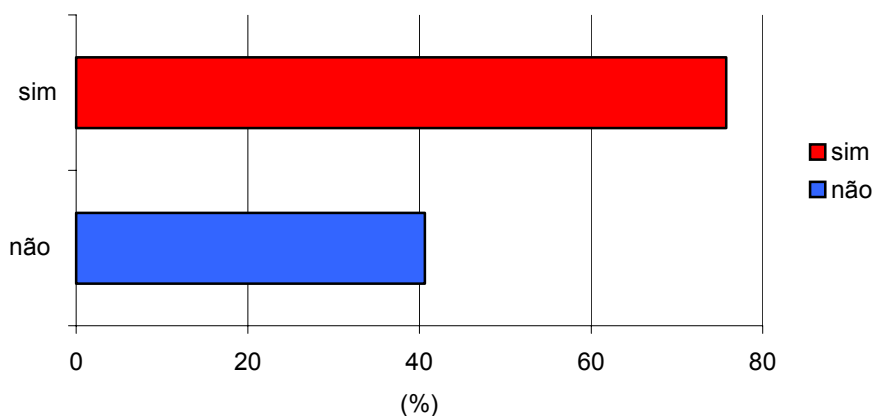
Organizado por: ALVES, A. 2000.

Como já se discutiu anteriormente, a maior parte dos moradores é composta de migrantes, assim pode-se deduzir que estes migrantes ao chegarem em Indaiatuba se fixaram, diretamente, no *Jardim Morada do Sol*. É importante destacar que a ausência de moradores que declararam viver no bairro há mais de 14 anos justifica-se, em parte, pelo fato do bairro ter sido fundado somente no ano de 1980.

Um outro fato que se destacou na entrevista com os moradores foi a forte relação de parentesco existente no bairro. Entre os entrevistados, 75,76% afirmaram possuir outros familiares vivendo no *Jardim Morada do Sol* (figura 12).

Este resultado pode estar associado ao fato de que as famílias de migrantes que se adaptam ao bairro convidam os seus parentes de outros municípios ou estados para se deslocarem também, como é o caso da população migrante do Paraná que, com o passar dos anos, construiu uma importante rede social no bairro. MATOS (2000) destaca que as redes sociais envolvem parentes e amigos nos locais de destino do migrante, e possuem o intuito de facilitar a ausência física, cultural e sentimental da área de origem.

Figura 12. Situação da população segundo a relação de parentesco no bairro



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000

Organizado por: ALVES, A. 2000.

2.6. Escolaridade

A educação é um instrumento essencial para a ampliação da cognição, percepção e interpretação do indivíduo sobre o meio onde vive. Além disso, permite a transmissão do conhecimento, caracterizando-se como um dos principais agentes da multiplicação de capacidades, abertura e aumento de oportunidades sociais e de trabalho. Pode-se dizer que a inversão de recursos em educação é um dos principais instrumentos para a melhoria da qualidade de vida da população a longo prazo.

Analisando a tabela 19, pode-se observar o nível de escolaridade dos moradores entrevistados. O nível de escolaridade dos moradores entrevistados no *Jardim Morada do Sol* pode ser considerado baixo, pois do total apenas 15,70% possuíam ao menos o nível fundamental completo. A maior parte dos moradores se concentrava na categoria denominada fundamental incompleto, que corresponde a menos de oito anos de estudo.

A população analfabeta correspondeu a 3,10% dos entrevistados. Foram consideradas analfabetas as pessoas com mais de 15 anos de idade que

não são capazes de escrever um bilhete simples. É importante considerar que a alfabetização da população é um elemento fundamental para a melhoria da qualidade de vida. Para ALMEIDA (1997:23), *“a capacidade de ler e escrever fornece acesso à informação, abre espaços em termos de oportunidade de empregos e possibilita uma integração social mais ampla.”*

A população com ensino superior representou uma participação muito pequena, pois apenas dois moradores declaram possuir nível superior completo e outros dois, nível superior incompleto.

Tabela 20. Distribuição da população entrevistada segundo o nível de escolaridade²⁷.

Escolaridade	Jardim Morada do Sol (%)
Menores de 7 anos	10,84
Educação Especial	0,44
Analfabetos	3,10
Alfabetizados	0,67
Fundamental Incompleto	69,25
Fundamental Completo	5,31
Médio Completo	5,53
Médio Incompleto	3,98
Superior Completo	0,44
Superior Incompleto	0,44
Total	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000

Organizado por: ALVES, A. 2000.

²⁷ É importante mencionar que os dados deste quesito foram estruturados com base na metodologia utilizada pela Fundação Seade na PCV - Pesquisa de Condições de Vida: Campinas de 1994. Foram consideradas alfabetizadas as pessoas que responderam saber escrever um bilhete simples, mas que nunca haviam freqüentado a escola.

Através da pesquisa de campo constatou-se também que há uma crescente inserção dos moradores, sobretudo de migrantes, nos programas de educação de adultos, denominados supletivos de primeiro e segundo graus. A preocupação da população com o nível de escolaridade tem aumentado, visto que muitas empresas têm exigido como requisito para a admissão de seus funcionários escolaridade mínima de primeiro ou segundo graus completos.

É importante ressaltar que dada a sua localização, o município de Indaiatuba sofre influência do pólo tecnológico da Região Metropolitana de Campinas. As indústrias instaladas em Indaiatuba nos últimos anos pertencem, em sua maioria, a setores produtivos de alta tecnologia, que exigem, cada vez mais, mão-de-obra qualificada para ocupar os postos de trabalho de alta produtividade.

A grande maioria das escolas do Jardim Morada do Sol é de responsabilidade do governo estadual, que se responsabiliza de manter o financiamento, a regulação, a supervisão e a avaliação da educação. Assim, recomenda-se a criação de projetos educacionais que possa vincular a participação de vários níveis de esfera de atuação: poder público municipal, estadual, sociedade civil, terceiro setor e empresas privadas.

Por último, não se pode deixar de considerar que o investimento em educação é um dos principais instrumentos para a melhoria da qualidade de vida da população em longo prazo.

2.7. Participação da população no mercado de trabalho

Desde a década de setenta o setor econômico da cidade de Indaiatuba vem se fortalecendo, apresentado como principal característica às atividades industriais. Na última década a maior parte das empresas passou por um processo de modernização tecnológica para se adaptarem as novas demandas do mercado. Com a implementação de novas tecnologias as empresas passaram a requerer uma mão-de-obra cada vez mais qualificada. Entre os relatos dos entrevistados houve muitos comentários como este fato afetou os trabalhadores:

Quando vim morar em Indaiatuba, em 1978, era fácil conseguir trabalho, as indústrias não pediam estudos nem experiência...a gente chegava e eles ensinavam a usar as máquinas. Agora tem que ter estudos e saber de computador.

(Morador, 49 anos).

Para a análise deste quesito foram consideradas como economicamente ativas as pessoas de ambos os sexos que constituem oferta de mão-de-obra para a produção de bens e serviços durante o período entre 14 a 60 anos de idade (tabela 21).

Tabela 21. Participação da população entrevistada no mercado de trabalho.

Condição de Trabalho	Jardim Morada do Sol (%)		
	Total	Homens	Mulheres
Trabalha	43,36	57,14	29,41
Não trabalha	53,98	40,69	67,42
Aposentados	2,66	2,16	3,17
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000

Organizado por: ALVES, A. 2000.

De acordo com a tabela 21, entre o total dos entrevistados 43,36% declararam participar do mercado de trabalho. Entre os entrevistados do sexo masculino este valor representou 57,14%. Merece ser destacada a baixa participação de pessoas na categoria de aposentados, representando 3,17% do total.

Apesar da participação das mulheres entrevistadas no mercado de trabalho ser de apenas 30,00%, é importante destacar que na cidade de Indaiatuba a incorporação das mulheres no mercado de trabalho e também como chefes de domicílio têm sido crescente. Este fato provavelmente está associado ao maior nível de escolaridade que as mulheres têm alcançado. De acordo com BORJA & CASTELLS (1997:83), a maioria das mulheres que participam do

mercado de trabalho apresenta condições salariais e de estabilidade desfavoráveis, além de acumulam diversas responsabilidades: *“a função múltipla da mulher como produtora e educadora de crianças, administradora do lar e agente de organização da vida cotidiana, torna-se mais importante que nunca no novo modelo de urbanização”*.

Também deve-se considerar a participação da população em atividades do mercado informal de trabalho²⁸ tais como: vendedores ambulantes, faxineiras, etc. Como estas atividades não propiciam benefícios trabalhistas como férias, aposentadoria e seguro-desemprego, elas acabam contribuindo para situações de insegurança e instabilidade que afetam, direta ou indiretamente, a qualidade de vida dos trabalhadores e de suas famílias.

Outro aspecto observado foi o significativo percentual de pessoas desempregadas, 53,98%. Na análise desta problemática, deve-se considerar o aumento da taxa de desemprego no interior do estado de São Paulo nos últimos anos, associada à crescente participação da população no mercado informal de trabalho. Com a presença do desemprego as famílias buscam estratégias de sobrevivência e resolver submeter mais membros no mercado de trabalho, o que prejudica os jovens e as crianças, cuja permanência e dedicação aos estudos fica comprometida, e as mulheres, que aceitam trabalhos em condições desfavoráveis.

2.8. Renda Familiar

A renda familiar é um indicador da situação econômica da população e possibilita a obtenção de uma visão sobre a estratificação social de uma sociedade. ALMEIDA (1997), afirma que quanto maior a renda *per capita* familiar, melhor a qualidade de vida de uma determinada área. Segundo este autor, a renda familiar é um indicador indireto de outros elementos, como por exemplo a diversificação do comércio local, ou a disponibilidade de atividades culturais. Por outro lado, também é indiscutível que, um nível de renda mais elevado pode

²⁸ O conceito de “mercado informal” surgiu no início dos anos setenta. Originalmente fazia referência às atividades econômicas dos desempregados ou subempregados dos bairros marginais, obrigados a ganhar o sustento através de atividades diversificadas pela falta de ocupação no setor formal da economia.

acarretar aspectos negativos, como o estresse, tempo gasto no trabalho, entre outros, que não estão associados a uma melhor qualidade de vida.

Para a análise desta variável, considerou-se a distribuição das famílias entrevistadas por faixas em número de salários mínimos. Os dados para este tipo de análise não são de fácil acesso, porque, muitas vezes, o entrevistado tem receio de informar qual é o valor da renda familiar. Na maioria dos casos ele teme um aumento na cobrança de impostos por parte dos órgãos públicos.

O resultado da pesquisa mostrou que a metade das famílias entrevistadas no Jardim Morada do Sol, ou seja, 48,49%, recebiam até cinco salários mínimos. Na faixa entre cinco a dez salários mínimos, encontram-se 43,43% da população pesquisada. Entre dez e vinte salários mínimos, haviam 6,06% dos entrevistados e na categoria mais de vinte salários mínimos, apenas 1,01%.

Tabela 22. Distribuição da população segundo a Renda Familiar.

Classes de renda em salários mínimos²⁹	Jd. Morada do Sol (%)
Até 1	3,03
Mais de 1 a 5	45,46
Mais de 5 a 10	43,43
Mais de 10 a 20	6,06
Mais de 20	1,01
Sem renda	0,0
Sem declaração	1,01
Total	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000

Organizado por: ALVES, A. 2000.

O fato da maioria das famílias receberem até cinco salários mínimos pode estar associado ao baixo nível de escolaridade que os moradores do bairro apresentam, dificultando o acesso às melhores oportunidades de trabalho.

²⁹ Em salários mínimos de março de 2000.

2.9. Acesso a serviços de saúde

Desde a Constituição da Assembléia Mundial de Saúde de 1946, a Organização Mundial de Saúde adota a seguinte definição para saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de doenças, sendo um direito fundamental de todo ser humano. Esta concepção proporciona um sentido mais amplo para a saúde pois incorpora o meio físico e social, com um enfoque holístico em que se vinculam todos os elementos da existência humana.

Boas condições de saúde constituem um elemento central para o bem-estar das pessoas podendo melhorar a produtividade e a capacidade de aprendizagem das mesmas. Assim, a prestação de serviços de saúde à população é um meio que o poder público possui para melhorar a qualidade de vida da população.

O setor de saúde do município de Indaiatuba está integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS) e é coordenado pela Prefeitura Municipal com apoio técnico e supervisão da Secretaria de Estado de Saúde. As informações apresentadas a seguir permitem algumas considerações sobre as condições de saúde no bairro *Jardim Morada do Sol*.

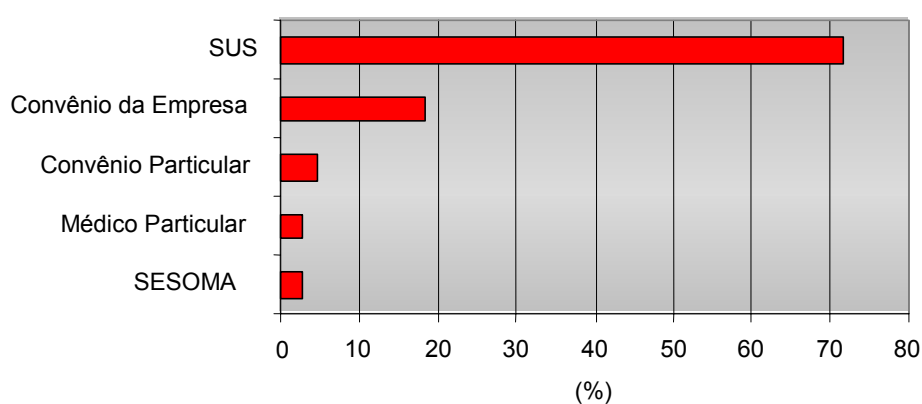
De acordo com a pesquisa, 71,56% dos moradores utilizavam os serviços gratuitos do SUS para atender as suas necessidades em saúde. Os moradores que utilizavam convênio médico de pré-pagamento, também conhecido como seguro de saúde particular, totalizavam 22,94% (4,59% realizavam pagamento diretamente com a seguradora e 18,35% possuíam este benefício através da empresa onde trabalhavam). Vale lembrar que o seguro de saúde oferecido pela empresa aos seus funcionários, muitas vezes é estendido aos outros membros da família.

A população que declarou utilizar os serviço da medicina privada (consultas particulares), representava apenas 2,75%. Além disso, também foi identificada uma pequena proporção de moradores (2,75%) que possuíam

descontos em consultas médicas e exames laboratoriais através do plano funeral SESOMA (Serviço Social Mattioni)³⁰

Pode-se avaliar estes resultados com mais facilidade na figura 13, onde observa-se a distribuição da população segundo o serviço utilizado para o atendimento à saúde.

Figura 13. Distribuição da população entrevistada segundo o serviço de saúde utilizado, Jardim Morada do Sol, 2000.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000

Organizado por: ALVES, A. 2000.

Ainda com relação aos serviços de saúde, foi pesquisado o nível de satisfação da população com relação ao sistema gratuito de saúde, sendo considerada somente a opinião das pessoas que utilizam o Sistema Único de Saúde (SUS), pela sua significância numérica e por ser um serviço oferecido pelo poder público (tabela 23).

³⁰ O convênio da empresa funerária SESOMA proporciona aos seus associados descontos em consultas médicas e exames laboratoriais.

Tabela 23. Distribuição da população entrevistada segundo o nível de satisfação com relação ao atendimento médico no SUS (Sistema Único de Saúde).

Avaliação da qualidade do atendimento	Jd. Morada do Sol (%)
Muito satisfeito	6,41
Satisfeito	20,51
Pouco satisfeito	50,00
Insatisfeito	23,08
Total	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000

Organizado por: ALVES, A. 2000.

Os resultados somados mostraram que 73,08% dos moradores entrevistados vêem o serviço gratuito de saúde como deficitário, (50,00% de pouco satisfeito somado à 23,08% de insatisfeitos). Os principais problemas identificados foram a demora no atendimento devido à superlotação e à falta de médicos especializados.

É importante destacar que o *Jardim Morada do Sol* possui um mini-hospital público onde são atendidas a maior parte dos pacientes residentes no bairro. Quando há necessidade de tratamentos especiais, os pacientes são encaminhados para o Hospital “Augusto de Oliveira Camargo”, que caracteriza-se como hospital público central, atendendo a maior parte da população do município.

Devemos ressaltar que a oferta de serviços de saúde satisfatórios faz parte de um compromisso político do poder local com a população. A saúde deve ser considerada como um elemento fundamental no processo de desenvolvimento físico, mental e social, cuja finalidade seja um melhoramento constante da qualidade de vida e da dignidade da população.

2.10. Condições de moradia

SHWEIZER (1997:16), analisa o significado simbólico da palavra moradia caracterizando-a como uma *“necessidade fundamental do ser humano em possuir um abrigo para nele realizar um conjunto de atividades que variam em função de cada cultura e dos contextos social e ambiental nos quais se inserem”*.

Na atualidade, o déficit habitacional é um dos grandes problemas enfrentados pelos centros urbanos. No caso de Indaiatuba, o rápido crescimento demográfico intensificou a ocupação das áreas pré-existentes e, especialmente, a expansão da malha urbana para novas áreas. Um exemplo desta expansão urbana é o processo de ocupação do *Jardim Morada do Sol*.

O tipo de posse da moradia é importante, porque quanto maior for o número de famílias que vivem em casa próprias, melhor serão as condições de vida da família. É importante notar que, apesar do *Jardim Morada do Sol* ser um bairro de população de baixa renda, ele não possui população favelada.

Os resultados da pesquisa de campo demonstram que a maior parte da população entrevistada no bairro mora em residências próprias, estando nesta situação 71,62% do total. Este resultado pode ser atribuído à modalidade de construção adotada pelos mesmos: a autoconstrução³¹. Esta conduta favorece o acesso das famílias do bairro às moradias próprias, pois diminui os gastos com mão-de-obra na construção das residências.

Por outro lado, pelo fato dos moradores não possuírem qualquer assistência quanto às técnicas de construção, as moradias estão sujeitas a problemas de infra-estrutura, como, por exemplo, a falta de ventilação e iluminação, instalações elétricas e hidro-sanitárias inadequadas, etc. Segundo a FUNDAÇÃO SEADE (1995:104) *“casas ou apartamentos aparentemente confortáveis, pelo espaço disponível, podem esconder, se mal construídos ou mal conservados, problemas de iluminação, ventilação e umidade que trazem riscos à saúde dos moradores”*.

³¹ A autoconstrução é um processo através do qual o proprietário do terreno constrói sua casa sozinho ou auxiliado por amigos e familiares, nos seus horários de folga do trabalho remunerado. No bairro *Jardim Morada do Sol* foi observado pela pesquisadora que a prática da auto construção é freqüente.

A partir das informações dos moradores, também foi constatado que aproximadamente 20,00% das famílias vivem em moradias alugadas. As famílias que residem em moradias cedidas somam 9,09%. Alguns moradores declararam que a não propriedade da moradia (aluguel, cedida e outras situações) determina uma certa discriminação por refletir a instabilidade da família.

Tabela 24. Distribuição da população entrevistada segundo as formas de apropriação da moradia.

Formas de apropriação da moradia	Jardim Morada do Sol (%)
Própria	71,72
Alugada	19,19
Cedida	9,09
Total	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000

Organizado por: ALVES, A. 2000.

No aspecto habitação, outro importante elemento avaliado foi a percepção dos moradores quanto ao nível de satisfação com as condições da moradia. SCHWEIZER (1997:23), destaca a importância da moradia como projeção de vida. Para o autor, o sonho com a casa própria significa realização pessoal:

Sonhar com a casa (e com as suas partes, cada uma delas com significação própria) é um claro indício de ocorrência de fatos importantes na vida do sonhador, é a compreensão do seu conteúdo...

Neste sentido BACHELARD (1994:6), em sua obra "A Poética do Espaço", destaca que "the house is one of the greatest powers of integration for the thoughts, memories and dreams of making." O autor reconhece que a casa é o espaço onde o Homem se defende das forças adversas. A função da casa consiste em abrigar o sonhador, proteger o sonho e permitir que se sonhe em

paz. A casa é um elemento de estabilidade, sem o qual o Homem se senti disperso e perdido.

Considerando que a qualidade de vida está diretamente influenciada pelas condições da moradia, a pesquisa de campo coletou informações sobre a satisfação dos moradores com a moradia atual. A maioria das respostas (76,77%), evidenciou que os entrevistados estavam satisfeitos ou muito satisfeitos com a situação da moradia atual e 23,23% declararam a situação pouco satisfatória ou insatisfatória.

A partir das opiniões dos moradores, observou-se que a satisfação com a moradia está relacionada a dois fatores. O primeiro é a propriedade da residência: as famílias que possuem casa própria, mesmo que sem a presença de condições adequadas, declararam estar satisfeitas. Foram comuns as expressões:

Eu gosto porque sei que a casa é minha.., A casa é simples mas pelo menos eu não pago aluguel...

(moradora, 61 anos)

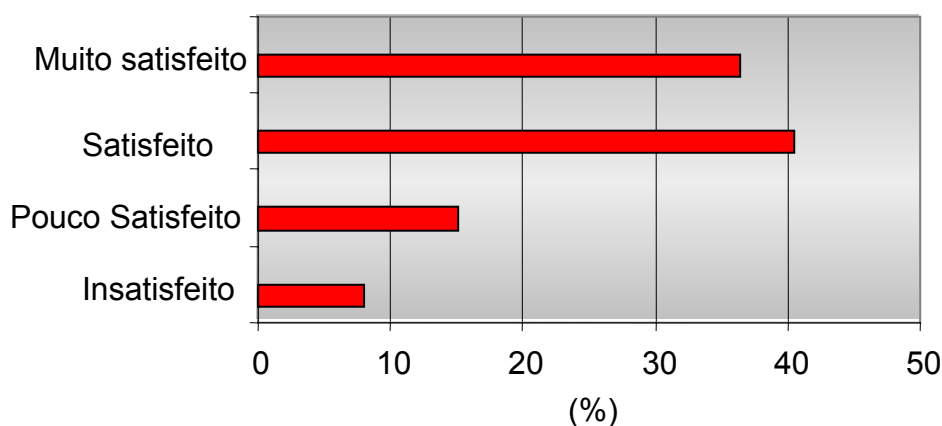
O segundo aspecto observado com relação à satisfação da população com as condições da moradia está na possibilidade de ampliação da residência. Foram registrados comentários como:

Há possibilidade de construir mais um cômodo..., assim que conseguir algum dinheiro vou dar uma reforma geral na casa...

(moradora, 54 anos)

Estes aspectos estão associados à esperança futura da população com a melhoria das condições habitacionais. Entretanto, estes dados tendem a minimizar outras avaliações negativas sobre a habitação, dificultando uma análise mais realista da situação.

Figura 14. Avaliação dos moradores com respeito as condições de moradia



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000

Organizado por: ALVES, A. 2000.

É importante ressaltar que, segundo informações da Prefeitura Municipal, o *Jardim Morada do Sol* está coberto por serviços adequados de energia elétrica, água, esgoto e coleta de lixo. Deve-se considerar serviço *adequado* de água as residências que possuem rede geral de água tratada e poço ou nascente com canalização interna. Com relação ao esgoto, classificam-se como *adequadas* as instalações sanitárias não compartilhadas com outro domicílio e com escoamento através de fossa séptica ou rede geral de esgoto. Estes equipamentos de infra-estrutura são requisitos fundamentais para avaliar a qualidade de vida, porque o abastecimento adequado de água e esgoto contribui para a diminuição de doenças transmissíveis e conseqüente redução da taxa de mortalidade infantil.

A existência de serviços de coleta de lixo também tem relação direta com a saúde pública e o meio ambiente. Quanto maior a proporção de residências atendidas por este serviço, menor é a quantidade de lixo acumulado em áreas residenciais e a possibilidade de formação de focos de doenças, como a leptospirose e o cólera.

2.11. Condição de segurança

O indicador de segurança refere-se à necessidade de proteção que a população espera receber do poder público e da sociedade em geral. A partir da consideração deste aspecto, pode-se avaliar quanto os diferentes grupos sociais estão expostos aos delitos mais comuns.

Na atualidade, a crescente violência no ambiente urbano tem modificado as condições de segurança, afetando diretamente os níveis de qualidade de vida. As frustrações causadas pelas desigualdades sociais estão refletidas no comportamento da sociedade, relacionando-se diretamente com a violência. CARVALHO (1997), lembra que as causas da violência urbana são múltiplas, complexas e inter-relacionadas, e que para aqueles que nada possuem, o crime não representa algo tão grave.

Pode-se dizer que há uma correlação entre as áreas de maior incidência de crimes e as regiões urbanas que sofreram ou sofrem o impacto do rápido crescimento populacional, com fortes mudanças sociais, econômicas ou físicas, o que leva a um certo nível de desorganização urbana. BARRETO (1999), destaca que a satisfação com o lugar de residência constitui um aspecto primordial para a criação do senso de territorialidade entre as pessoas, o qual pode atuar como uma barreira contra o crime.

Os dados da tabela 25 demonstram que a insegurança está muito mais presente no cotidiano dos moradores. Do total, 78,79% dos entrevistados declararam estar pouco satisfeitos ou insatisfeitos com o sistema de segurança pública do bairro. Entre os problemas mencionados, destacam-se a falta de segurança próximo aos clubes e bares e a ausência de integração entre o trabalho da polícia e a população.

É importante registrar que o bairro Parque das Nações, limítrofe ao *Jardim Morada do Sol*, possui um distrito policial que atende toda a região sul da cidade, registrando em média trezentas ocorrências policiais por mês. Normalmente, estas ocorrências envolvem perdas e extravios de documentos, acidentes de trânsito, roubos e furtos em geral. O problema de pequenos furtos pode ser considerado um dos mais freqüentes no bairro.

Os acidentes de trânsito merecem ser mencionados porque também afetam o sentimento de segurança dos moradores. A cidade de Indaiatuba possui tradicionalmente um grande número de ciclistas (devido à topografia plana), e geralmente são eles as vítimas dos acidentes de trânsito. O crescimento da frota de veículos e bicicletas, associado à ausência de ciclovias, obriga os ciclistas a circularem por ruas e avenidas de forma arriscada, resultando em muitos acidentes, como os que ocorrem nas Avenidas Francisco de Paula Leite e Ário Barnabé, localizadas no *Jardim Morada do Sol*.

Tabela 25. Distribuição da população entrevistada segundo o nível de satisfação com relação ao sistema de segurança pública.

Avaliação da qualidade do atendimento	Jd. Morada do Sol (%)
Muito satisfeito	3,03
Satisfeito	18,18
Pouco satisfeito	43,43
Insatisfeito	35,36
Total	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000

Organizado por: ALVES, A. 2000.

Ao se sentirem ameaçadas as pessoas vão se refugiando cada vez mais em suas individualidades, e aos poucos, vai desaparecendo a convivência urbana no bairro e os valores de integração social. Como destaca BODEMER et al. (199:28):

Os setores médios e altos reagem a este fenômeno fechando as duas zonas de residência e mantendo serviços de segurança privados para impedir o ingresso a elas dos setores marginalizados. Para os pobres, esta privação do espaço público implica na perda do acesso livre à cidade.

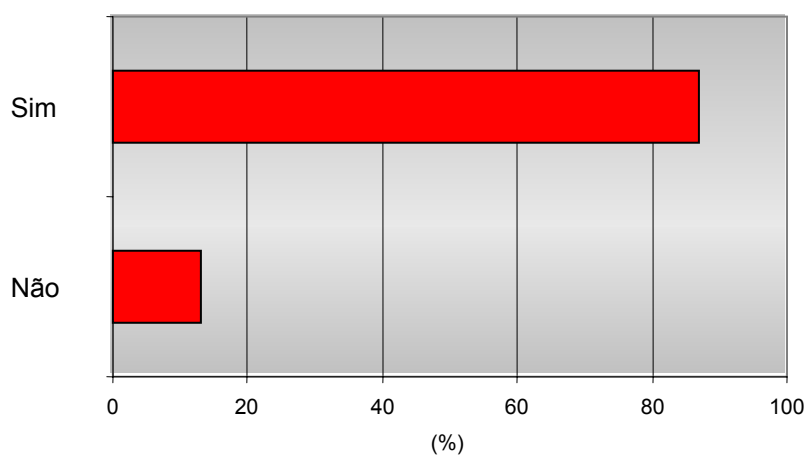
Por outro lado, por causa das limitações financeiras, o governo local tende a direcionar os recursos à segurança pública ao invés de destiná-los às políticas de caráter social.

2.12. Transporte Público Municipal

O transporte público possibilita o acesso da população ao trabalho, serviços sociais, cultura, lazer, etc. Com o crescimento da população urbana há um aumento da demanda por transporte público. Portanto, para a obtenção de uma qualidade de vida satisfatória, se faz necessário a constante melhoria das condições dos transportes urbanos. PEREIRA (2000) afirma que as más condições de transporte e trânsito são percebidas imediatamente pelas pessoas e transformam-se em conflito entre o povo e os seus governantes.

A partir da figura 15, pode-se ter uma visão da percepção dos moradores sobre o transporte coletivo no bairro. Os dados apontam que 86,87% dos moradores entrevistados utilizavam o transporte coletivo.

Figura 15. Distribuição da população segundo utilização do transporte público municipal



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000

Organizado por: ALVES, A. 2000.

Outro aspecto importante considerado foi o nível de satisfação da população em relação ao sistema de transporte público. Os resultados mostram que 44,19% dos moradores entrevistados consideram o sistema de transporte público municipal pouco satisfatório ou insatisfatório. Estes moradores apontam como deficiência do sistema de transporte a superlotação dos veículos, o longo

tempo das viagens com relação aos itinerários, longo tempo de espera e o preço da tarifa.

Tabela 26. Distribuição da população entrevistada segundo o nível de satisfação com relação ao sistema de transporte público.

Avaliação da qualidade do atendimento	Jd. Morada do Sol (%)
Muito satisfeito	10,46
Satisfeito	45,35
Pouco satisfeito	27,91
Insatisfeito	16,28
Total	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000

Organizado por: ALVES, A. 2000.

Também é importante ressaltar que os moradores do *Jardim Morada do Sol* utilizam o sistema de transporte público municipal com maior frequência. Isto ocorre devido à distância do bairro *Jardim Morada do Sol* (aproximadamente 12 km) com relação à área central da cidade, onde estão concentrados os principais serviços como comércio, bancos, clínicas médicas, etc.

A partir destas informações pode-se verificar que o problema do transporte público no bairro está diretamente relacionado à desequilibrada ocupação do solo urbano. O processo de rápido crescimento demográfico ocorrido em Indaiatuba, acompanhado da valorização dos terrenos, fez com que a população buscasse moradia em bairros cada vez mais distantes, aumentando as distâncias de transporte e os custos dos serviços de ônibus.

Uma proposta para amenizar esta problemática seria a desconcentração das atividades de comércio e serviços da área central, através do fortalecimento de sub-centros já existentes nos bairros periféricos, como aqueles localizados no bairro CECAP e *Jardim Morada do Sol*. Esta alternativa também contribuiria para a melhoria do fluxo de veículos, evitando o congestionamento do tráfego na área central.

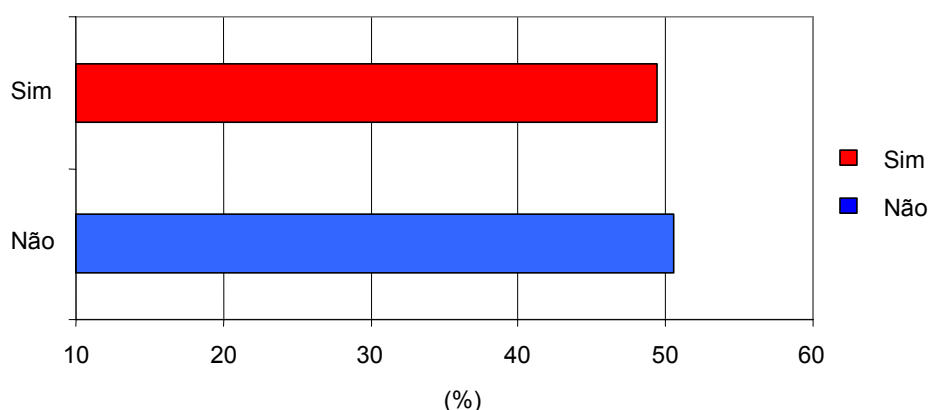
2.13. Condição ambiental

Os problemas ambientais vêm a cada dia levantando mais preocupações. Nas áreas urbanas estes problemas tornam-se cada vez mais graves e perceptíveis, podendo-se dizer que a influência das condições ambientais na qualidade de vida da população é inegável. Por este motivo, o indivíduo não pode ser visto isoladamente, pois existe uma permanente interação entre o ser humano e o ambiente que o cerca.

De acordo com BARBOSA (1996:132), as condições do ambiente incidem na possibilidade do indivíduo satisfazer as suas necessidades, desejos e aspirações, influenciando diretamente no cotidiano da população: *“o estado do ambiente ou seja, a qualidade ambiental de uma sociedade e a organização interna do sistema social são os principais fatores que incidirão sobre a qualidade de vida.”*

Na pesquisa de campo foi inserida uma pergunta sobre a opinião dos moradores sobre a existência de algum tipo de poluição no bairro. Os resultados obtidos foram bem equilibrados, pois 49,49% da população declararam existir algum tipo de poluição no bairro e 50,51% afirmaram não haver (Figura 16).

Figura 16. Distribuição da população entrevistada segundo percepção de poluição ambiental no bairro



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000

Organizado por: ALVES, A. 2000.

2.14. Tipo de Poluição

Entre os problemas relacionados ao meio ambiente, a poluição do ar é um dos mais preocupantes, porque nem sempre é percebida. Os poluentes do ar podem afetar de maneira direta e indireta a saúde da população, prejudicando a qualidade dos indicadores de saúde e de meio ambiente.

Tabela 27. Distribuição da população entrevistada segundo o tipo de poluição ambiental.

Tipo de poluição	Jd. Morada do Sol (%)
Do ar	51,79
Sonora	19,64
Mau cheiro: esgoto Córrego Barnabé	17,86
Resíduos na rua/Terrenos baldios	10,71
Total	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000

Organizado por: ALVES, A. 2000.

Os dados da tabela 27 demonstram a preocupação da população com a poluição do ar. Mais da metade dos moradores entrevistados no bairro (51,79%) declararam preocupação com a qualidade do ar. Os moradores relataram que, a poluição do ar pode causar vários problemas de saúde, particularmente problemas respiratórios, e também dificulta a manutenção da limpeza das casas.

Na cidade de Indaiatuba, bem como toda a Região Metropolitana de Campinas, a expansão das atividades industriais contribui para o aumento de substâncias tóxicas liberadas no ambiente. Além disto, o aumento do número de veículos automotores também tem comprometido a qualidade do ar.

Outro importante fator identificado como poluente do ar em Indaiatuba são as queimadas da cana-de-açúcar. Esta atividade econômica é desenvolvida em toda a Região de Campinas e Piracicaba, afetando diretamente a qualidade do ar dos seus municípios devido às queimadas realizadas nos meses de junho,

julho e agosto, as quais facilitam o processo de colheita da cana. De acordo com CARMO (1995:85), a queima da “palha” da cana ocorre

justamente no período do ano sujeito a inversões térmicas, além de ser também o período de estiagem e de baixa umidade do ar, ocorrendo uma descarga muito grande de fumaça e material particulado na atmosfera.

Outro tipo de poluição percebido pelos moradores foi a poluição sonora, destacada por 19,64% dos entrevistados. De acordo com o depoimento dos moradores, a poluição sonora no bairro ocorre principalmente devido ao trânsito.

A poluição sonora, como outros problemas ambientais, está vinculada à falta de conscientização da população. Observa-se no cotidiano das cidades veículos com escapamento aberto, utilização indevida de buzinas, carros de propaganda com som muito elevado, indústrias ruidosas (como serralherias e metalúrgicas), clubes localizados em locais impróprios, etc., enfim, uma série de atitudes que demonstram o descaso da população com a saúde auditiva.

Outro problema identificado foi o mau cheiro do Córrego Barnabé (17,86%) localizado na parte central do bairro. A poluição da água é causada, principalmente, pelo despejo de resíduos líquidos e sólidos provenientes das residências. Vale ressaltar que, além do desconforto causado pelo mau cheiro do córrego, existe a possibilidade da transmissão de doenças de veiculação hídrica, como a esquistossomose, e a desvalorização dos imóveis próximos às estas áreas.

Toda vez que atravesso o Córrego Barnabé dá para sentir o mau cheiro (...) se eu pudesse passava por outro lugar, mas a gente tem que usar este caminho, fazer o quê? (moradora, 36 anos).

Com base nestas informações fica evidente a necessidade da implementação de uma gestão ambiental urbana democrática e participativa que tenha como objetivo o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população. Para atingir tais objetivos se faz necessário de um lado, a

elaboração de uma política de desenvolvimento econômico, social e ambiental com a participação de vários setores da sociedade, com enfoque na mudança de conduta da população e comprometimento com a defesa do meio ambiente.

2.15. Áreas de lazer

As áreas institucionais destinadas ao lazer (praças, parques, jardins, áreas de esportes) constituem parte do equipamento urbano fundamental para promover o envolvimento do indivíduo com a sociedade e, conseqüentemente, gerar um sentimento de identidade e de apego ao lugar. São nestas áreas de convívio que os moradores têm a oportunidade de usufruir o seu tempo livre, mantendo uma melhor relação social com a comunidade do bairro e desfrutando de um maior contato com a paisagem onde habitam. Os planejadores urbanos não podem deixar de considerar que a tarefa da organização do espaço é a de desenhar um cenário social, um lugar social.

Na pesquisa de campo, registrou-se a opinião dos moradores entrevistados em relação às áreas de lazer existentes no bairro onde moram. A maioria da população entrevistada neste bairro (78,79%) declarou estar pouco satisfeita ou insatisfeita com as áreas de lazer existentes. As pessoas que opinaram estar satisfeitas totalizaram 21,21%, e não houve nenhum entrevistado que declarou estar muito satisfeito com a qualidade das áreas de lazer existentes no bairro.

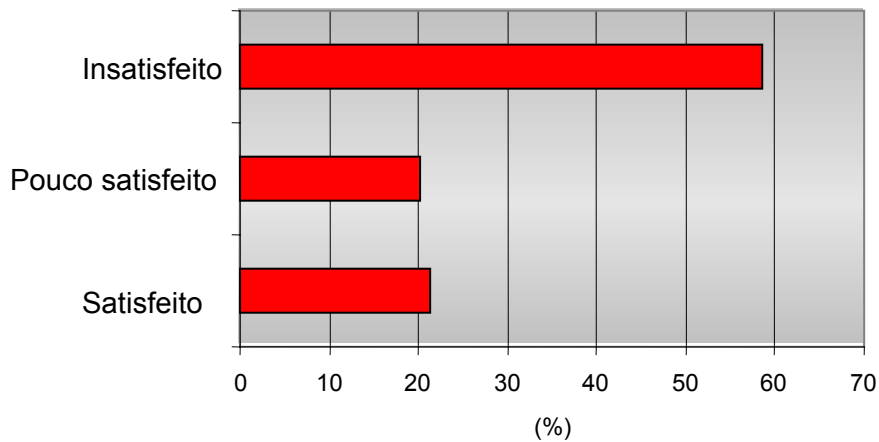
No final de semana não tem nada para fazer na rua, o jeito é ficar em casa ouvindo música e assistindo televisão (...) este bairro é muito bom mas falta divertimento, o Parque Ecológico até hoje não chegou aqui, ficou somente para a banda de lá.

(morador, 29 anos)

Eu gostaria que arrumassem o Parque Ecológico da Morada do Sol, colocassem várias agências bancárias e praças.

(morador, 38 anos)

Figura 17. Avaliação da Qualidade das Áreas de Lazer



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000

Organizado por: ALVES, A. 2000.

De acordo com o trabalho de BARRETO (2002), uma das atividades que exerce maior atração de pessoas para áreas públicas é a possibilidade de olhar e estar em contato com outras pessoas. Os locais com alta atividade social atraem mais pessoas do que aqueles que têm baixa ou nenhuma atividade social; portanto, os espaços públicos apresentam melhores resultados quando estão vinculados à circulação natural de pessoas. Segundo as palavras do autor (2002:20): *"understanding human perception of the social environment is an issue of prime importance in designing spaces for people."*

O *Jardim Morada do Sol* apresenta uma paisagem com um número reduzido de áreas destinadas ao lazer, como por exemplo áreas verdes, praças e parques. Além disto, também há uma carência de equipamentos específicos para a realização de atividades físicas, como centros esportivos e festas.

As áreas de lazer, sobretudo as áreas verdes, por aumentarem o bem-estar da população, contribuem para a melhoria da qualidade de vida. A funcionalidade das áreas verdes não está vinculada apenas aos aspectos de conforto climático, mas também influencia no comportamento dos moradores de maneira positiva, pois contribuem para a formação de ambientes atrativos que possibilitam o aumento da interação entre os moradores e a comunidade local.

Com relação às áreas verdes, ROBINETTE (1972:121), acrescenta que a vegetação é um recurso capaz de reduzir as tensões e as pressões psicológicas dos moradores de áreas urbanas:

Plants may be used aesthetically to evoke memories of other times, of other places, of feelings, of an attitude, of a way of thinking. They may be used to summon or bring forth innate feelings for the nature environment.

O trabalho realizado por WHITE (1977), sobre os espaços urbanos no campo da psicologia ambiental, destaca a importância das praças na paisagem urbana. Segundo a autora, a melhor praça para sentar-se é freqüentemente a mais simples, com boa arborização, bancos, corredores amplos e com pontos de intercessão. Além disso, as praças devem localizar-se em pontos estratégicos, com o objetivo de atrair o maior número de pessoas (vizinhos, visitantes, trabalhadores, crianças, etc.), e concentrar atrações sociais como artistas e vendedores ambulantes, pois estas atividades reforçam o caráter comunitário dos espaços públicos, imprimindo marcas e valores diferenciais na paisagem de uma cidade, de um bairro.

CORRALIZA (2000:9), afirma que as paisagens urbanas vão sendo moldadas através do desenho e planificação das cidades. Além disso, as paisagens urbanas possuem um importante papel na atuação e identificação do indivíduo com o seu entorno. De acordo com este autor, a cidade “*não é somente estrutura e sistema funcional; é também paisagem, ainda que se tenha descuidado disto em um passado recente*”.

Nos bairros onde a presença das áreas de lazer é escassa, percebe-se uma menor integração comunitária e uma percepção superficial da paisagem do entorno. Neste sentido, destaca-se a importância de desenvolver iniciativas para a construção e manutenção de cenários sócio-ambientais no *Jardim Morada do Sol* que promovam a integração dos seus moradores entre si e com o entorno, valorizando os elementos e a dinâmica da paisagem local.

2.16. Atividades desenvolvidas nos tempos livres

Na pesquisa de campo, os moradores também foram questionados sobre as atividades desenvolvidas nos tempos livres. O estudo realizado por SANTINI (1993:18), define tempo livre como *“a parcela do tempo linear marcado pelo relógio e que cada um de nós possui para si, após o cumprimento das atividades profissionais e sócio-familiares.”*

As atividades desenvolvidas nos tempos livres, em geral, são atividades de lazer que buscam satisfazer as necessidades físicas, sociais e psicológicas das pessoas. Neste trabalho, entende-se como lazer as atividades físicas, sociais e culturais que têm por objetivo, além do divertimento e do descanso, o desenvolvimento e a integração social para a melhoria da qualidade de vida.

Entre as principais atividades desenvolvidas pelos moradores durante o tempo livre, destacaram-se: assistir televisão, visitar parentes, conversar com amigos e ir à igreja. A maioria dos entrevistados mencionou que sente falta de atividades sociais no bairro, como quermesses, bailes e jogos. Entre os moradores que afirmaram assistir televisão, foi comum algum tipo de expressão que justifica esta atividade:

A gente fica assistindo televisão por falta de opção mesmo, às vezes vou à casa dos vizinhos para fazer algo diferente, mas quando chego lá eles também estão assistindo tv.

(moradora, 34 anos)

Também se destaca a participação dos moradores em atividades religiosas, compondo 19,28% dos entrevistados. Este dado pode ser um indicativo que quanto maior a carência econômica de uma determinada população, mais intensos são os seus valores religiosos. Neste sentido, BUENO (2000:197), destaca que *“...a maior participação em atividades religiosas daqueles que possuem menor renda reflete a busca de saídas espirituais para dificuldades materiais...”*. A título de ilustração, é importante citar que no *Jardim Morada do Sol*, segundo os dados da Prefeitura Municipal para o ano 2000,

existem vinte e oito templos religiosos sendo a maioria denominações evangélicas.

Outro aspecto a ser destacado é a maior participação da população do *Jardim Morada do Sol* nos esportes (4,82%), e na *Associação e Amigos de Bairro* (3,21%). Este último demonstra a baixa expectativa dos moradores em relação a algum tipo de organização social que envolva a preocupação com os problemas do bairro.

eu acho que aqui no Morada do Sol deveria ter mais passatempo para o pessoal nos dias de domingo. Porque não tem nada para fazer...neste ponto está precisando de melhorar urgente.

(moradora, 25 anos)

Tabela 28. Distribuição da população entrevistada, segundo tipo de atividade realizada nos dias livres.

Tipo de atividade	Jardim Morada do Sol (%)
Assistir TV	22,89
Visitar parentes	18,88
Conversar com amigos	18,07
Igreja	19,28
Ir ao clube	8,84
Esportes	4,82
Associação de amigos do bairro	3,21
Passear pela cidade	0,80
Viajar	1,61
Ir ao cinema	0,40
Pescar	0,40
Leitura	0,00
Bingos/jogos	0,00
Bares/shows	0,00
Ouvir música	0,80
Total	100,00

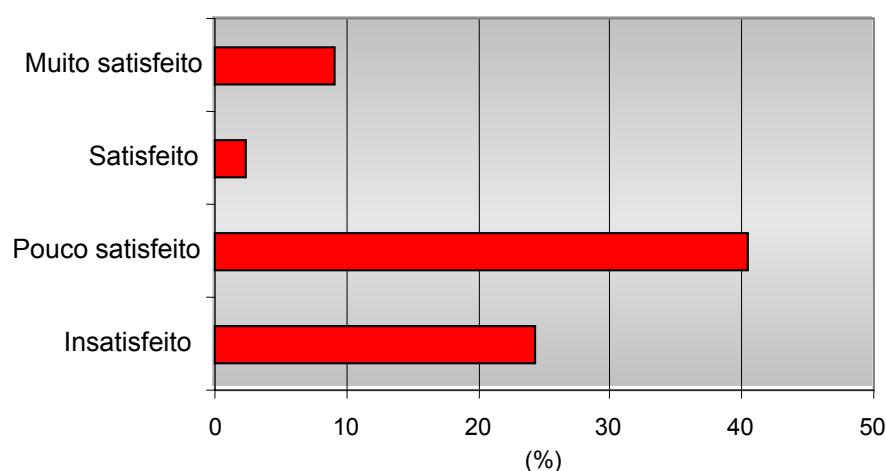
Fonte: Pesquisa de Campo, 2000

Organizado por: ALVES, A. 2000.

2.17. Atuação do poder público

Após a análise da percepção dos moradores com relação às diversas questões levantadas, pode-se dizer que no *Jardim Morada do Sol* alguns indicadores de qualidade de vida, como segurança pública, transporte público, áreas de lazer, etc., apresentam condições que não atingem os níveis de satisfação esperados pelos seus moradores. Esta realidade se reflete nas respostas obtidas na questão sobre a satisfação da população sobre a atuação do poder público no bairro, onde 40,41% dos entrevistados responderam estar pouco satisfeitos e 24,24% declararam estar insatisfeitos com o trabalho desenvolvido no bairro (figura 18).

Figura 18. Distribuição da população segundo o nível de satisfação com a atuação do poder público no bairro



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000

Organizado por: ALVES, A. 2000.

Durante a pesquisa de campo, pôde-se averiguar que, apesar da maioria dos moradores entrevistados apontar insatisfação com a atuação do poder público, eles também estavam confiantes em melhorias futuras no bairro.

Bem que o prefeito poderia olhar mais para nós aqui no Morada do Sol, o bairro já melhorou muito mas precisa mais coisas porque cresce muito rápido.

(morador, 48 anos).

É importante destacar a importância da participação dos atores sociais na implementação de ações e políticas de melhoramento da qualidade de vida dos moradores. Ninguém melhor que os próprios moradores para poder diagnosticar os problemas e apontar soluções práticas, pois são eles que estão em contato diariamente com os problemas e são eles que sofrem os efeitos dos mesmos. Portanto, para que os esforços do governo local tenham sucesso é necessário trabalhar com a comunidade através de políticas participativas.

2.18. Satisfação da população com o local onde vive

A questão sobre a satisfação da população em relação ao bairro foi incorporada à entrevista com o objetivo de avaliar de forma generalizada as condições de vida da população pesquisada. A satisfação da população com o bairro inclui várias dimensões, pois considera a percepção dos moradores em relação aos equipamentos de infra-estrutura física, social-econômica, ambiental, e por outro lado, também envolve o conjunto de relações emotivas e afetivas, desenvolvendo a identidade coletiva dos moradores com o lugar.

Um fator muito positivo registrado na pesquisa de campo foi a satisfação dos moradores com o bairro em geral (figura 19). Os resultados demonstraram que 54,55% dos entrevistados registraram estar satisfeitos com o bairro e 22,22% responderam estar muito satisfeitos. É válido registrar que muitos migrantes entrevistados relataram que as condições de vida no bairro apresentam algumas dificuldades; porém, são muito melhores do que aquelas apresentadas no local de origem. Isto significa que esta população, ainda que não possua um grau satisfatório de qualidade de vida, acredita na prosperidade do bairro:

(...) sou muito feliz de estar morando aqui no Morada do Sol. Para quem morava no fim do mundo, aqui está bom...

(morador, 53 anos).

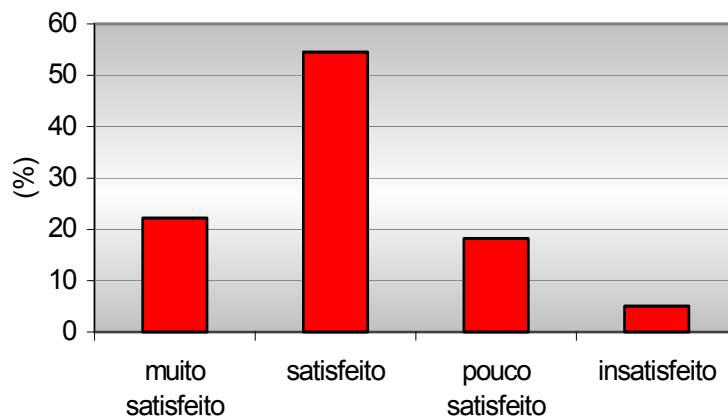
(...) mudamos para Indaiatuba em 1991. Ao chegar aqui viemos morar no bairro Morada do Sol, a vida era difícil, não tinha água o suficiente para todos, para lavar roupa, a louça e até para tomar banho às vezes faltava água. Hoje a Morada do Sol é uma cidade dentro de Indaiatuba (...) gosto muito da nossa cidade e me orgulho do meu bairro.

(moradora, 31 anos)

Eu nunca tinha visto falar neste nome Indaiatuba³² ou nunca prestado atenção. Mas meu marido veio e gostou, eu também vim, achei meio esquisito, mas gostei. Compramos um terreno e construímos nossa casa, no bairro Morada do Sol, hoje eu não gostaria de voltar para São Paulo muito menos para a minha terra natal (Minas Gerais)

(moradora, 56 anos).

Figura 19 - Distribuição da população segundo nível de satisfação relação ao bairro



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000

Organizado por: ALVES, A. 2000.

O processo de melhoria da qualidade de vida no bairro deve ocorrer através de políticas participativas que propiciem a interação da comunidade com o poder público. O planejamento urbano centrado na opinião, experiência e participação da população contribui para o fortalecimento da identidade coletiva dos moradores em relação ao bairro.

³² - Conforme nota número 6.

V. Considerações Finais:

Os problemas das cidades brasileiras, sobretudo das grande cidades, têm aumentado rapidamente. Uma das principais razões são as pressões que a concentração populacional vem exercendo sobre os equipamentos de infraestrutura urbana e sobre os recursos ambientais, o que resulta, conseqüentemente, na redução da qualidade ambiental e de vida dos seus habitantes. Entre estes problemas, destacam-se os relacionados às condições de acesso aos serviços públicos de infra-estrutura urbana, como a falta de moradia, o inadequado abastecimento de água, o déficit na disponibilidade de serviços educacionais, de saúde, transportes e segurança, e as questões ligadas aos impactos ambientais decorrentes. Além disso, a dimensão dos problemas é acrescida com a dificuldade de se desenvolver políticas públicas em cidades estabelecidas em contextos de urbanização desiguais e desordenados.

Neste sentido, as cidades médias têm sido consideradas como uma alternativa para aqueles que buscam uma melhor qualidade de vida, pela possibilidade de se configurarem como cidades com um sistema urbano mais adequado às necessidades e expectativas da população. Por outro lado, é importante ressaltar que são as cidades médias as que vêm apresentado, nas últimas décadas, crescentes níveis de crescimento demográfico com ativos processos de urbanização. Esta dinâmica de crescimento pode gerar problemas com distintos graus de intensidade e magnitude, invalidando a perspectiva atribuída a elas como alternativa para uma qualidade de vida satisfatória.

Este trabalho buscou, de um lado, buscou uma reflexão através da preocupação com a discussão sobre a temática da qualidade de vida e, de outro, adotou uma abordagem prática por meio do levantamento de campo realizado no bairro *Jardim Morada do Sol*, em Indaiatuba, São Paulo. A escolha do *Jardim Morada do Sol* se justificou pela dinâmica de crescimento do bairro e pelos problemas urbanos presentes no mesmo. Embora os problemas urbanos sejam extensivos a toda a cidade, penalizando todos os estratos sociais ali existentes, são nos estratos de baixa renda que os diversos impactos sociais e ambientais ocorrem com maior intensidade, propiciando a redução dos índices de qualidade de vida dos seus moradores.

A pesquisa de campo gerou informações para a análise da qualidade de vida dos moradores, tendo como pano de fundo os processos de transformação urbana e industrial ocorridos em Indaiatuba a partir da década de setenta. Através da análise das informações coletadas, pôde-se conhecer as percepções dos moradores com relação ao acesso e qualidade dos serviços urbanos e problemas decorrentes de impactos ambientais.

Os resultados da pesquisa de campo demonstraram que a maioria dos moradores estava, de uma maneira geral, satisfeita com o bairro. Apesar disso, houve registros de queixas relativas às deficiências de vários serviços públicos de infra-estrutura urbana. Os problemas mais enfatizados pelos moradores foram: (1) precariedade nos serviços de saúde; (2) segurança pública e transporte; (3) problemas ambientais (poluição do ar, sonora e ausência de tratamento de esgotos); (4) ausência de áreas de lazer e de atividades recreativas; (5) e a insatisfação com a atuação do poder público.

Com relação ao serviço público de saúde, os resultados demonstraram que 73,08% da população entrevistada vê o serviço gratuito de saúde como deficitário, sendo que 50% manifestou-se pouco satisfeita com o sistema e 23,08% insatisfeita. Segundo a pesquisa de campo, os principais problemas identificados foram a demora no atendimento devido a superlotação e a falta de médicos especializados.

Também deve-se acrescentar que a maioria dos moradores entrevistados (71,56%) tinha o serviço gratuito do Sistema Único de Saúde (SUS) como única opção de atendimento para as suas necessidades em saúde, o que sobrecarrega e limita as unidades de atendimento existentes no bairro.

Ao se analisar a opinião dos moradores sobre segurança, pôde-se observar que a maioria dos entrevistados (78,79%) estava pouco satisfeita ou insatisfeita com o sistema de segurança pública do bairro. Entre os principais problemas mencionados, estão a falta de proteção próximo a clubes e bares e a ausência de integração entre o trabalho da polícia e a comunidade.

Na atualidade, a crescente violência urbana tem modificado as condições de segurança, afetando diretamente os níveis de qualidade de vida. Segundo CARVALHO (1997:205), *“a violência econômica é a matriz de todas as outras formas de agressão, tendo como resposta a reação social por linchamentos, roubos, vandalismo, pichações e destruição do patrimônio público”*.

As frustrações causadas pelas desigualdades sociais estão refletidas no comportamento da sociedade, relacionando-se diretamente com a violência.

O sentimento de insegurança demonstrado pela população entrevistada não retrata somente o perfil do bairro, mas também a situação cada vez mais preocupante de todos os municípios da Região Metropolitana de Campinas, que têm se tornado cada vez mais violentos.

A problemática destacada pelos moradores com relação ao transporte público municipal também merece ser discutida. Os resultados do levantamento de campo demonstraram que a maioria dos moradores entrevistados (86,87%), utiliza o transporte público. Entretanto, 44,19% declararam que o serviço é deficitário (pouco satisfatório ou insatisfatório), sendo as principais deficiências a superlotação dos veículos, o tempo demorado das viagens com relação ao itinerário, o longo tempo de espera e o preço da tarifa. O problema do transporte público no bairro está diretamente relacionado à desequilibrada ocupação do solo urbano. O processo de rápido crescimento demográfico ocorrido em Indaiatuba, acompanhado da valorização e especulação imobiliária, que a população buscasse moradia em bairros cada vez mais distantes, aumentando as distâncias de transporte e os custos dos serviços de ônibus.

Entre os principais problemas existentes no bairro vinculados às condições ambientais, podemos destacar a poluição do ar, a ausência do tratamento de esgotos e a poluição sonora. A percepção dos moradores esteve relacionada, na maioria dos casos, aos constrangimentos e desconfortos que estes problemas provocam nas atividades cotidianas.

Segundo a maioria dos moradores entrevistados (51,79%), a poluição do ar é um dos problemas mais preocupantes porque causa impactos diretos e indiretos sobre a população. Na cidade de Indaiatuba, bem como toda a Região Metropolitana de Campinas, a expansão das atividades industriais contribui para o aumento de substâncias tóxicas liberadas na atmosfera. Além disso, em Indaiatuba a qualidade do ar também é afetada grande quantidade de veículos em circulação e pela atividade de queima cana-de-açúcar que afeta todos os municípios da região limítrofe de Piracicaba. Os moradores relataram que, além de dificultar a manutenção da limpeza da casa, a poluição do ar pode causar

diversos problemas de saúde como doenças respiratórias, ardor dos olhos, dor de cabeça, etc.

Os entrevistados também demonstraram apreensão com relação à poluição sonora que ocorre através da utilização indevida de buzinas, carros de propaganda com som muito elevado, clubes localizados em locais impróprios, etc. A poluição sonora, como outros problemas ambientais, está associada à falta de conscientização da população.

Outro problema identificado foi o mau cheiro do Córrego Barnabé, localizado na parte central do bairro. De acordo com os moradores, a poluição da água é causada, principalmente, pelo despejo de resíduos líquidos e sólidos provenientes das residências. Vale ressaltar que, além do desconforto causado pelo mau cheiro do córrego, existe a possibilidade de transmissão de doenças por veiculação hídrica e a desvalorização dos imóveis próximos a estas áreas.

Neste contexto, faz-se necessário a implementação de medidas ambientais preventivas. Entre elas, está uma maior fiscalização por parte do poder público da emissão de esgotos nos rios e córregos e uma maior eficácia na aplicação das leis sobre proteção de mananciais. Também é importante envolver os moradores através dos sindicatos, associações de classe, associações de produtores e associações comunitárias, na discussão e na implementação das medidas de preservação ambiental. Além de implantar e difundir campanhas de educação ambiental que visem a mudança de atitudes e condutas por parte da população no que tange ao lançamento de resíduos em rios e córregos.

Enfim, deve-se ressaltar que a defesa do ambiente não é responsabilidade exclusiva do poder público, mas sim de cada comunidade, de cada família, de cada indivíduo. Conforme a afirmativa de GOODALL (1999:88): *“If we truly care about the future of our planet, we must stop leaving it to “them” out to solve all the problems. It is up to us save the world for tomorrow; it’s up to you and me”*

Com respeito às áreas de lazer e equipamentos de recreação existentes no *Jardim Morada do Sol*, a maioria dos moradores entrevistados (78,79%), declarou estar pouco satisfeita ou insatisfeita. Entre as principais preocupações dos moradores, estão o reduzido número de áreas verdes, praças e parques.

As áreas destinadas ao lazer são espaços que exercem importante papel ecológico e social, porque promovem a interação entre os moradores com o entorno, permitindo que as pessoas se identifiquem com o meio ambiente e com os grupo sociais existentes. O aumento do senso de identidade do moradores com relação ao entorno propicia o aumento de atividades participativas em defesa do bairro e contra a degradação da qualidade ambiental e de vida.

As áreas verdes, por exemplo, além de contribuírem para o conforto climático também exercem influência positiva na conduta das pessoas, principalmente daqueles que estão expostos ao estresse dos centros urbanos.

De acordo com o trabalho de BARRETO (2002), uma das atividades que propicia maior atração das pessoas exerce maior atração de pessoas para áreas públicas é a possibilidade de olhar e estar em contato com outras pessoas. Os locais com alta atividade social atraem mais pessoas do que aqueles que têm baixa ou nenhuma atividade social; portanto, os espaços públicos apresentam melhores resultados quando estão relacionados à circulação natural de pessoas. Segundo este autor (2002:20): "*understanding human perception of the social environment is an issue of prime importance in designing spaces for people.*"

Ressalta-se, desse modo, a relevância do desenvolvimento de iniciativas para a construção e manutenção de cenários sócio-ambientais no *Jardim Morada do Sol* que promovam a integração dos seus moradores entre si e com o entorno, valorizando os elementos e a dinâmica da paisagem local.

Com relação às atividades desenvolvidas nos tempos livres os resultados demonstraram que os moradores têm preferência por assistir à televisão (22,89%), visitar parentes (18,88%), ir à igreja (19,28) e conversar com amigos (18,07). A maioria dos moradores entrevistados declarou, também, sentir falta de atividades sociais comunitárias no bairro tais como quermesses, bailes e jogos.

Os moradores entrevistados também relataram estarem insatisfeitos com a atuação do poder público no bairro: 40,41% dos entrevistados responderam estar pouco satisfeitos e 24,24% insatisfeitos. Este resultado provavelmente está relacionado ao desempenho dos outros indicadores analisados. A avaliação da atuação do poder público é, provavelmente, influenciada pelas carências e insuficiências existentes no acesso aos serviços públicos de infra-estrutura disponíveis no bairro. Deve-se lembrar que a busca por

um desenvolvimento urbano sustentável que conduza a uma melhor qualidade de vida ultrapassa os recursos e competências municipais envolvendo também o governo estadual e federal.

Entre as informações analisadas também se destacaram aspectos importantes relacionados à educação e ao nível de renda familiar dos moradores entrevistados. Entre os entrevistados, apenas 15,70% possuíam ao menos o nível fundamental completo, o que demonstra o baixo nível educacional dos moradores. Conforme já citado neste trabalho, a educação é um dos principais caminhos para a multiplicação de capacidades, aumento de oportunidades de trabalho e melhores salários. Esta afirmativa fica comprovada ao verificarmos que 53,98% dos entrevistados declararam que estavam fora do mercado formal e informal de trabalho e que o rendimento de 48,49% das famílias era de até cinco salários mínimos.

Os baixos níveis de escolaridade e de participação no mercado de trabalho associados a baixos rendimentos familiares contribuem para a exclusão sócio-econômica da população, limitando suas potencialidades e reduzindo o nível de qualidade de vida das mesmas. Por estes motivos, se faz necessário que os programas de políticas públicas envolvam projetos de incentivos à educação, voltados principalmente para as áreas que concentram a população carente, com objetivo de aumentar os níveis de escolaridade e a competitividade/produktividade da força de trabalho, o que, conseqüentemente, se reproduz em maiores rendimentos e melhores resultados na economia da sociedade local.

O Banco Mundial, através do informe *The Quality of Growth* (2000:51), destaca que para se obter melhores resultados em matéria de desenvolvimento e qualidade de vida é essencial o investimento não apenas no capital físico, mas também no capital humano e social, e no capital natural ou ambiental. De acordo com o informe:

As oportunidades existentes hoje, as novas tecnologias como a Internet, uma maior abertura política e econômica e o intercâmbio de conhecimentos e experiências técnicas, nunca foram tão amplas. Por outro lado, nunca foram tão grandes os desafios da pobreza, do crescimento demográfico, da degradação ambiental, dos transtornos financeiros e das gestões públicas inadequadas. O que se necessita é, simplesmente, um maior crescimento econômico centrado na "qualidade". Não se trata de um luxo, mas sim de

um fator decisivo para que os países possam aproveitar as oportunidades de uma vida melhor para sua atual geração e para as futuras.

Após a análise das entrevistas, algumas observações sobre a qualidade de vida dos moradores do bairro *Jardim Morada do Sol* devem ser consideradas. Verificou-se que os serviços públicos de infra-estrutura urbana existentes no bairro não acompanharam o mesmo ritmo de crescimento do bairro, gerando uma série de problemas, no atendimento das necessidades da população, particularmente os problemas de caráter social e ambiental. Outro ponto a ser lembrado é que a carência e/ou insuficiência dos serviços básicos afetam fundamentalmente as chamadas áreas de *urbanização recente* ou *periferia urbana*, como é o caso do *Jardim Morada do Sol*.

A identificação destas deficiências leva a uma reflexão sobre o modelo de desenvolvimento adotado pela cidade e a posição do poder público frente aos problemas que surgem devido à rápida expansão urbana. De acordo com BOEMER (1999:26)

um dos traços mais distintos das cidades latinoamericanas, à diferença das européias, é o grande déficit de serviços e equipamentos básicos que apresentam os bairros populares (...). E isso é uma clara expressão espacial de uma cidadania restringida.

A forma pela qual foi inserida a população migrante em Indaiatuba é um aspecto fundamental para a análise da atual distribuição espacial da população e das mudanças nos níveis de qualidade de vida. De um lado, o processo de crescimento industrial e populacional contribuiu para o desenvolvimento da cidade através da consolidação das funções urbanas. De outro, os efeitos da acelerada expansão urbana sobre os serviços públicos de infra-estrutura e o meio ambiente geraram uma série de impactos que afetam principalmente a qualidade de vida das populações mais carentes, como já se verificou neste trabalho.

Todas as questões levantadas ressaltam a necessidade de um detalhado plano de desenvolvimento urbano, com proposições de soluções referentes aos seus problemas e carências específicos, tais como o controle efetivo da expansão urbana e das redes de serviços, objetivando um desenvolvimento sustentável para o futuro. Para tanto, se faz necessário o fortalecimento das interações entre o poder público e

a população através de políticas participativas, de modo que as medidas implementadas sejam dirigidas à solução dos problemas específicos registrados pela população de cada bairro.

A participação cidadã consiste em um processo gradual, no qual há uma integração dos cidadãos na discussão de temas de interesse públicos. Através da participação os moradores têm a oportunidade de contribuir na tomada de decisões, controle e execução de ações que afetam a vida da comunidade. Além disso, a participação cidadã é uma condição necessária para o estabelecimentos de processos transparentes e democráticos

A necessidade de incorporar a participação da população, de forma direta e ativa, em favor da melhoria e proteção da qualidade ambiental e de vida, está presente em uma série de documentos internacionais históricos. Na *Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, mais conhecida como *Rio – 92*, foram apresentados uma série de princípios, denominados *Declaração do Rio sobre Meio ambiente e Desenvolvimento*, entre eles destaca-se o décimo que aborda a temática da participação cidadã:

O melhor modo de tratar as questões ambientais é com a participação de todos os cidadãos interessados, em vários níveis. No plano nacional, toda pessoa deverá ter acesso adequado à informação sobre o ambiente de que dispõem as autoridades públicas, incluída a informação sobre os materiais e as atividades que oferecem perigo em suas comunidades, assim como a oportunidade de participar dos processos de adoção de decisões. Os Estados deverão facilitar e fomentar a sensibilização e a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. (1992:anexo I)

Este processo participativo possibilita o envolvimento da população, particularmente dos grupos sociais mais excluídos, em atividades de colaboração e co-responsabilização que visem a constante melhoria da qualidade de vida. As palavras de Aung San Suu Kyi, vencedor do Prêmio Nobel da Paz de 1991, registradas no Relatório da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2002:52), ilustram esta perspectiva do desenvolvimento centrado na população:

O desenvolvimento como crescimento, progresso e realização de potencialidades depende dos recursos disponíveis e nenhum recurso é mais forte do que as pessoas dotadas de confiança no seu próprio valor como seres humanos.

Ante a atual problemática urbana, com indiscutível comprometimento do desenvolvimento sustentável das cidades, torna-se premente a implementação e multiplicação de práticas comunitárias pautadas pelo compromisso da defesa da qualidade de vida e do meio ambiente. Ampliar o debate público sobre um tema tão complexo é uma maneira de criar condições para um planejamento urbano sustentável efetivamente participativo e democrático.

Por último, é importante ressaltar que concordamos com a visão de SLATER (1985), sobre a necessidade da realização de pesquisas não somente por razões científicas, mas também pela luta por uma transformação social verdadeiramente democrática. Deste modo, espera-se que as reflexões contidas neste trabalho possam contribuir para subsidiar políticas e práticas sustentáveis que priorizem a defesa da qualidade de vida da população não apenas do *Jardim Morada do Sol* mas da cidade de Indaiatuba como um todo.

Bibliografia

AGENDA 21. **Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000.

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A qualidade de vida no Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1997.

ALVES, Adriana Corrêa. **O migrante paranaense em Indaiatuba: um estudo sobre o processo migratório e suas implicações**. Relatório de Estágio de Iniciação Científica, Rio Claro: Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, 1997.

ANDREW, Frank M. & WHITNEY, Stephen B. **Social Indicators of Well-Being: American's Perception of Life Quality**. New York: Plenum Press, 1976.

AMÉRIGO, María. **Satisfacción residencial. Un análisis psicológico de la vivienda y su entorno**. Madrid: Alianza, 1995.

BACHELARD, Gaston. **The Poetics of Space**. Boston: Beacon Press, 1994.

BAENINGER, Rosana. **Espaço e Tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista**. Dissertação de Mestrado, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Humana, UNICAMP, 1992.

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. *Ambiente, qualidade de vida e cidadania. Algumas reflexões sobre regiões urbano-industriais*, In: HOGAN, D. & VIEIRA, P. (orgs.). **Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: UNICAMP, 2ª edição, 1995.

_____. **Qualidade de Vida e suas Metáforas: uma reflexão sócio-ambiental**. Tese de Doutorado, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1996.

- BARRETO, Gustavo. **Building community: an environmental approach to crime prevention**. Master Thesis, Baton Rouge: The School of Landscape Architecture, Louisiana State University, 2002.
- BODEMER, Klaus, et al. *As políticas sociais urbanas no início do novo século*. **Rede nº 5 Políticas Sociais Urbanas**. Montevideu, abril de 1999.
- BORJAS, Jordi & CASTELLS, Manuel. **Local y Global: la gestión de las ciudades en la era de la información**. Madrid: Taurus, 1997.
- BRAVO, Maria Teresa. *Ciudades medias, planificación urbana y calidad de vida*, **Revista Geográfica Venezolana**, Mérida, nº. 2, v. 38, 1997, p. 153-164.
- BRAVO, Maria Teresa., VERA, Silvia Failache de. *El concepto de calidad de vida: una revisión de su alcance y contenido*, **Revista Geográfica Venezolana**, Mérida, nº. 2, v. 34, 1993, p. 275-295.
- BRASIL, Fundação IBGE. **Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1970**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1972.
- _____. **Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1980**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1983.
- _____. **Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1995.
- _____. **Contagem da População 1996**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1997.
- _____. **Censo Demográfico 2000: resultados preliminares**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2001.
- BRIDI, Milton. *Indústria leva migrantes a Indaiatuba*. **O Estado de São Paulo**, edição nº 37.711, 17 de janeiro de 1997, p. A-6.

BROCK, Dan. *Quality of life in health care and medical ethics*, In: Nussbaum M. & Sen, A. (eds.). **The Quality of Life**. Oxford: Clarendon Press, 1993, p. 35-57.

BROWN, David. *Using person-environmental perspectives as a measure of the quality of life in formal and informal settlements: a case study from Trinidad*, In: YUAN, Lim Lan; YUEN, Belinda & LOW, Christine. **Urban Quality of Life: critical issues and options**. Singapore: National University of Singapore, 1999, p. 169-195.

BUENO, Edir de Paiva Bueno. **A segregação sócio-espacial: a (re) produção do espaço em Catalão, Goiás**. Dissertação de Mestrado, Rio Claro: Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, 1999.

BURGESS, Jacquelin A. *Place-making: the contribution of environmental perception studies in planning*, **Journal of the Geographical Association**, London, nº. 285, v. 64, novembro, 1979, p. 317-326.

BUTTNER, Anne. *Grasping the dynamism of life world*, **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, nº. 66 v. 2, 1976, p.277-292

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa. *Metrópoles, cidades médias e pequenos municípios paulistas: estudo comparado da qualidade de vida e dinâmica sócioespacial*, In: Patarra, Neide (org.). **Migração, condições de vida e dinâmica urbana São Paulo 1980-1993**. Campinas: Unicamp, 1997.

CALDERÓN, Irma Teresa Guillén., JIMENÉZ, Ceres Isabel Boada. *De la pobreza a la calidad de vida*, **Revista Geográfica Venezolana**, Mérida, nº. 1 v. 37, 1996, p. 27-44.

CALVINO, Ítalo. **As Cidade Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CARLEY, Michel. **Indicadores Sociais: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

CARMO, Roberto Luiz do. **O conceito de qualidade de vida: uma primeira abordagem.** Escritos de Graduação, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1992.

_____. **População, meio ambiente e qualidade de vida: o caso de Campinas (1970-1991).** Dissertação de Mestrado, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1995.

CARRILLO, Alfonso Torres. *Barrios populares y identidades colectivas, Serie Ciudad y Habitat/ El barrio fragmento de la ciudad II*, Bogotá, documento nº. 6, 2000.

CARVALHO, Antonio Pedro Alves de. **Meio Ambiente Urbano e Saúde no Município de Salvador.** Tese de Doutorado, Rio Claro: Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, 1997.

CASTRO, Cláudio de Moura. O país do presente. **Revista Veja.** Ponto de Vista, edição 1614, 08 de setembro de 1999, p. 21. Disponível em:
http://www2.uol.com.br/veja/080999/p_021.html

CHRISTOFOLETTI, Antonio. (Org.). **Perspectivas da Geografia.** São Paulo: Difel, 1982.

CORRALIZA, José Antonio. *Arquitectura y calidad de vida: notas para una discusión*, In: CASTRO, Ricardo de. **Psicología Ambiental: intervención y evaluación del entorno.** Sevilla: Arquetipo, 1991.

DAVIS, Edward & FINE-DAVIS, Margaret. *Social indicators of living conditions in Ireland with European comparasion*, **Social Indicators Research**, nº. 25, 1997, p. 103-135.

DEL RIO, Vicente & OLIVEIRA, Livia. **Percepção Ambiental: a experiência brasileira.** São Paulo: Studio Nobel, 1996.

- DÍAZ, Keissy. *Los estudios geográficos sobre la calidad de vida en Venezuela*, **Revista Geográfica**, Caracas: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, nº. 02, julio-diciembre, 1985, p. 55-71.
- DIENER, Edward. & SUH, Eunkook M. *Measuring quality of life: economic, social and subjective indicators*, **Social Indicators Research**, 40, p.189-216, 1997.
- FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Ver a Cidade: Cidade, Imagem, Leitura**. São Paulo: Nobel, 1988.
- FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.
- GARCÍA, María Célia. *Sustentabilidad urbana, calidad de vida y uso de recursos: una reflexión en torno de las ciudades intermedias latinoamericanas*, In: VÉLASQUEZ, Guillermo Angel & GARCÍA, María Célia. **Calidad de vida: aportes para su estudio en Latinoamérica**, Tandil: Grafikart, 1999.
- GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. & SILVA, Barbara-Christine Nentwig. **Quantificação em Geografia**. São Paulo: Difel, 1981.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1991.
- GOODALL, Jane. **Reason For hope: A spiritual journey**. New Your: Warner Books, 1999.
- GRO HARLEM, Brundtland et al. **Our Common Future**. Report of the World Commission on Environment and Development. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- HAKKERT, Ralph. **Fontes de dados demográficos**. Belo Horizonte: ABEP, 1996.
- HERNÁNDEZ, Agustín. *Barrios y equipamientos públicos, esencia del proyecto democrático de la ciudad*, **Documento Social nº 12**, Madrid, 2000.

HOGAN, Daniel Joseph. *Crescimento populacional e desenvolvimento sustentável*, **Lua Nova, Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n° 31, p. 57-77, 1993.

JACOBI, Pedro. *A percepção dos problemas ambientais urbanos em São Paulo*, **Lua Nova, Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n° 31, 1993, p. 47-55.

KATZMAN, Martin T. *Urbanização no Brasil a partir de 1945*, In: BACHA, Edmar e KLEIN, Hebert. S. **A transição incompleta: Brasil desde 1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KNOX, Paul. **Social Well-Being: a spatial perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1975.

KUHNEN, Ariane. *Sociedade e meio ambiente: criação de sentido na interação entre a pessoa e seus espaços de vida*, **Olam - Ciência e Tecnologia**. Rio Claro, n.º 2, v.1, novembro, 2001, p. 62-78.

LEE, José Luis & VALDÉZ, Celso. **La ciudad y sus barrios**. Ciudad de México: UAM Xochimilco, 1994.

LEFÉBVRE, Henri. **La revolución urbana**. Madrid: Alianza, 1970.

LEFÉBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.

LEITE, Marcelo. *Onde você mora?* **Folha de São Paulo**. São Paulo, 11 de fevereiro de 1996. Disponível em:

http://www1.uol.com.br/folha/ombudsman/omb_19960211_1.htm

LIMA, Solange. T. *Percepção ambiental e literatura. Espaço e lugar no Grande Sertão: Veredas*, In: DEL RIO, Vicente & OLIVEIRA, Livia. **Percepção ambiental a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 2ª edição, 1996.

LOWENTHAL, David. Geography, experience and imagination: toward a geographical epistemology, **Annals of the Association of the American Geographers**. Washington, n°. 3, v. 51, 1961, p. 241-260.

- LYNCH, Kevin. **La imagen de la ciudad**. Ciudad de México: Gustavo Gili S/A. 2ª edición, 1985.
- MARANS, Robert. **The concept and measurement of neighborhood quality**. Washington, D.C.: U.S. Department of housing and Urban Development, 1981.
- MARTINE, George. *Migração e Metropolização, São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, n.º 1 v.2, 1987, p. 28-31.
- MATOS Ralfo. **Movimentos migratórios e difusão da pobreza nas microrregiões demográficas**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- MAZETTO, Francisco de Assis Penteado. **Análise da qualidade de vida urbana através do indicador de saúde (doenças transmissíveis): o exemplo de Rio Claro (SP)**. Dissertação de Mestrado, Rio Claro: Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, 1996.
- MCCALL, Storrs. *Quality of Life, Social Indicators Research*, nº 2, 1975, p. 229-248.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa quantitativa em saúde**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 3ª edição, 1994.
- NIÑO, Soledad. *Tres barrios de diferentes orígenes: un análisis a partir de sus pobladores*, In: **Pobladores urbanos, espacios y ciudades**, Santa Cruz de Bogotá: Ican, 1994.
- OLIVEIRA, Lívia. *Percepção do Meio Ambiente e Geografia, Olam - Ciência e Tecnologia*. Rio Claro, n.º 2, v.1, novembro, 2001, p. 14-28.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Constituição da Assembléia Mundial da Organização Mundial da Saúde**. New York: Conferência Internacional da Saúde, 19 de junho a 22 de julho de 1946.

PAULA, J. C. M. **População, poder local e qualidade de vida no contexto urbano de Ponta Grossa-PR**. Dissertação de Mestrado, Rio Claro: Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, 1993.

PEREIRA, William Alberto de Aquino. *Transporte urbanos e cidades sustentáveis*, **Revista Administração Municipal**, Rio de Janeiro, nº 223, v. 45, jan/fev 2000, p. 34-47.

PRED, Alan. *Structuration and Place: on the Becoming of Sense of Place and Structure of Feeling*, **Journal for the Theory of Social Behavior**, New York, nº. 13, v. 1, 1983, p. 45-68.

RASHBAUM, William K. *In new focus on quality of life, city goes after petty criminals*. **New York Times/ New York Region**, 22 de maio de 2002. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2002/05/22/nyregion/22CRIM.html>

RAVENSTEIN, Edward George. *The Laws of Migration*, **Journal of the Statistical Society of London**, London, nº. 2, v. 48, june, 1885, p. 167-235.

REDWOOD, John. *Reversión de polarización, ciudades secundarias y eficiencia en el desarrollo nacional: una vision teórica aplicada al Brasil contemporaneo*. **Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos y Regionales**, Santiago, nº 32, v. 32, 1984, p. 33-47 .

RELPH, Edward. **Place and Placelessness**. London: Pion Limited, 1976.

_____. *As bases fenomenológicas da geografia*, **Geografia**. Rio Claro, nº 7, v. 4, abril, 1979, p.1-25.

RIAÑO, Pilar. *Descifrando a cultura popular, investigación participativa en los barrios*, **Controversia**, Santa Cruz de Bogotá, n ° 166, 1991, p. 44-45.

ROBINETTE, Gary O. **Plants, People, and the Environmental Quality**. Washington, D.C.: Government Print Office, 1972.

ROGERSON, Robert J. *Quality of Life, Place and the Global City*, In: Yuan, Lim Lan; Yuen, Belinda & Low, Christine. **Urban Quality of Life: critical issues and options**. Singapore: National University of Singapore, 1999, p. 13-31.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ROSSI, Aldo. **La arquitectura de la ciudad**. Barcelona: Gustavo Gili, 1986.

SANTINI, Rita de Cássia Giraldi. **Dimensões do Lazer e da Recreação**. São Paulo: Angelotti, 1993.

SÃO PAULO - SEADE Fundação Estadual de Análise de Dados. **Pesquisa de Condição de Vida no município de Campinas 1994: Primeiros Resultados**. São Paulo: Fundação Seade, 1995.

_____. **Pesquisa de Condição de Vida no interior do Estado de São Paulo 1998: Primeiros Resultados**. São Paulo: Fundação Seade, 1999.

_____. **Análise Demográfica Regional: Grande São Paulo**. São Paulo: Fundação Seade, 1983.

SCHELP, Diogo. *Onde as coisas dão certo*. **Revista Veja**. Brasil, Santa Catarina edição nº. 1753, 29 de maio de 2002. Disponível em:
http://www2.uol.com.br/veja/290502/p_048.html

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy.(1993) *Estratégias de transição para o século XXI*. In: BURSZTYB, Marcel (Org.) **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 29-56.

SCHWEIZER, Peter José. *Casa, moradia, habitação*. **Revista de Administração Municipal**, vol. 44, nº. 221, Rio de Janeiro, abr/dez 1997, p. 16-32.

SEGATTO, Cristiane. *São Paulo perde população para cidades vizinhas*. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, edição nº 37.711, 17 de janeiro de 1997, p. A-6.

SERPA, Angelo. *Percepção e fenomenologia: em busca de um método humanístico para estudos e intervenções do/no lugar*. **Olam - Ciência e Tecnologia**. Rio Claro, n.º 2, v. 1, novembro, 2001, p. 29-61.

SLATER David. *Nuevos movimientos sociales y viejas preguntas políticas*. **Revista Foro**. Santa Cruz de Bogotá, nº 8, 1989, p. 4-20

SIMONETTI, Eliana. *Favelões urbanos*. **Revista Veja**. Edição nº. 1608, 28 de julho de 1999. Disponível em: http://www2.uol.com.br/veja/280799/p_070.html

SMITH, David M. **Qualitative Methods in Human Geography**. Cambridge: Plit Press, 1988.

STEIN, F. **Indaiatuba Ontem, Hoje e Sempre...** Indaiatuba: Prefeitura Municipal de Indaiatuba, 1981.

STOKOLS, Daniel. *Instrumental and spiritual views of people-environment relations*, **American Psychologist**, n.º. 45, 1990, p. 641-646.

STRONG, Maurice. *Environment and Development: The United Nations Road from Stockholm to Rio*. **Interdisciplinary Science Reviews**, nº 2, 1992, vol. 17, p. 112-115.

TRISTÃO, Gilson. *Morada do Sol faz 20 anos de migração paranaense*, **Tribuna de Indaiá/Caderno Cidade**, 25 de março de 2000, p. 10

TUAN, Yi Fu. **Topophilia: a study of environmental perception, attitudes and values**. New York: Columbia University Press, 1990.

_____. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM (UNDP). **Human Development Report 1990**. New York: Oxford University Press, 1990.

_____. **Human Development Report 2002**. New York: Oxford University Press, 2002.

WORLD BANK, THE. **The Quality of Growth**. Washington, D.C.: Oxford University Press, 2000.

YUAN, Lim Lan; YUEN, Belinda & LOW, Christine. *Quality of life in cities: Definitions, Approaches and Research*, In: YUAN, Lim Lan; YUEN, Belinda & LOW, Christine. **Urban Quality of Life: critical issues and options**. Singapore: National University of Singapore, 1999, p. 01-11.

ZIMMERMANN, Patrícia. *Qualidade de vida melhora, mas cresce concentração de renda no Brasil*, **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 de julho de 2002.

Disponível em: <http://www.uol.com.br/folha/brasil/ult96u34958.shl>

Anexo I

UNESP – Universidade Estadual Paulista – Campus de Rio Claro

Curso de Pós-Graduação em Geografia

Título da Pesquisa: Crescimento Demográfico e Qualidade de Vida Urbana no município de Indaiatuba (1970-1996)

Pesquisadora: Adriana Corrêa Alves

Prezado (a) Senhor (a):

Estou desenvolvendo uma pesquisa em Indaiatuba com o objetivo de avaliar os impactos do crescimento populacional na qualidade de vida da população local. Esta pesquisa, mais que um trabalho para a Universidade, poderá oferecer ao governo municipal e, para os setores privados, como associações de amigos de bairro, informações ordenadas que permitirão não só o entendimento de muitos problemas mas, principalmente, a orientação para suas soluções.

Assim, solicitando sua colaboração, agradeço antecipadamente,
Adriana Corrêa Alves.

Parte I:

1) Características Gerais da Família:

Nome:	Idade	Relação com chefe do domicílio ¹	Sexo ²	Estado Civil ³	Local de Nascimento	UF	Sempre morou no município? ⁴	Município onde morava/UF	Escolaridade ⁵	Trabalha? ⁶

1- E – esposo (a); F - filho (a); P – pai; M – mãe; I – irmão (a); A - avô (ó); O – outro

2- F – feminino; M – masculino

3- S – solteiro (a); C – casado (a); D – divorciado (a); V – viúvo (a); O – outro]

4- S – sim; N – não

5- AL – alfabetizado; AN – analfabeto; PC – Primário Completo; PI – Primário Incompleto; GC – Ginásio Completo; GI – Ginásio Incompleto; SC – Secundário Completo; SI – Secundário Incompleto; SC - Superior Completo; SI - Superior Incompleto.

6- S – sim; N – não

Parte II

2) Há quantos anos reside em Indaiatuba?

- Menos de 1 ano () 6 a 9 anos ()
De 1 a 2 anos () 10 a 13 anos ()
De 2 a 5 anos () 14 anos e + ()

3) Sempre morou neste bairro?

- Sim () Não ()

Em caso de resposta negativa, indique há quantos anos mora no bairro: _____anos.

4) Você tem parentes morando no mesmo bairro?

- () sim () não

5) Qual é a renda familiar total?

- Até 1 S.M. ()
Mais de 1 S.M. até 5 S.M. ()
Mais de 5 S.M. até 10 S.M. ()
Mais de 10 S.M. até 20 S.M. ()
Mais de 20 S.M. ()
Sem renda ()
Sem declaração ()

6) Tem alguém na família em idade escolar que não frequenta escola? Sim () Não ()

Em caso afirmativo, quais são os motivos?

- () Falta de vaga no sistema público de ensino
() Deixou a escola porque precisava trabalhar
() Acredita que não há necessidade
() Nunca frequentou
() Outros. Quais? _____

7) Quando há necessidade de atendimento à saúde você utiliza:

- () SUS ou Centros de Saúde Municipais
() Convênio médico particular
() Convênio médico da empresa
() Convênio médico do sindicato

8) Caso não possua convênio médico, está satisfeito com o sistema público de saúde?

- () muito satisfeito
() satisfeito
() pouco satisfeito
() insatisfeito

Parte III

9) A casa onde mora é:

- () própria () alugada () cedida () outro

10) Com relação a sua moradia você está

- () muito satisfeito
() satisfeito
() pouco satisfeito
() insatisfeito

Anexo II: População entrevistada no Jardim Morada do Sol por sexo e idade, 2000.

Grupos Idade	Jardim Morada do Sol		
	Homens	Mulheres	Total
0 – 4	14	11	25
5 – 9	29	36	65
10-14	27	25	52
15-19	28	24	52
20-24	30	16	46
25-29	22	26	48
30-34	21	26	47
35-39	16	16	32
40-44	22	16	38
45-49	6	8	14
50-54	4	5	9
55-59	5	3	8
60-64	1	3	4
65-69	4	2	6
70 e +	2	4	6
Total	231	221	452

Fonte: Pesquisa de Campo 2000.

Organizado por: ALVES, A. 2000.